

**ANA CLÁUDIA MARQUES PACHECO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O BANDEIRANTE: HEROÍSMO  
E CIVILIZAÇÃO NA TENTATIVA DE FORMAÇÃO DA  
IDENTIDADE MATO-GROSSENSE (1922 –1946)**

**Dourados, MS**

**– 2008 –**

**ANA CLÁUDIA MARQUES PACHECO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O BANDEIRANTE: HEROÍSMO  
E CIVILIZAÇÃO NA TENTATIVA DE FORMAÇÃO DA  
IDENTIDADE MATO-GROSSENSE (1922 – 1946)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração História, Região e Identidades.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos

Dourados, MS

– 2008 –

**ANA CLÁUDIA MARQUES PACHECO**

**AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O BANDEIRANTE: HEROÍSMO  
E CIVILIZAÇÃO NA TENTATIVA DE FORMAÇÃO DA  
IDENTIDADE MATO-GROSSENSE (1922 – 1946)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Dourados, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**DADOS CURRICULARES**  
**ANA CLÁUDIA MARQUES PACHECO**

NASCIMENTO 15/01/1973 – Campo Grande/MS

FILIAÇÃO José Marques Luiz  
Sônia Moraes Marques Luiz

1997/2000 Curso de Graduação em Pedagogia  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

2002/2004 Curso de Pós-Graduação – Lato Sensu em Educação – Currículo,  
Ensino e Avaliação  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

*Dedico este trabalho ao Manuel, vida  
minha, com quem compartilho tantas  
histórias...*

*Aos nossos filhos, Diogo, Jorge, João e  
Manuel, histórias entrelaçadas... razão  
de nossa luta.*

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Cláudio Alves de Vasconcelos, pela orientação e amizade.

À banca de qualificação, composta pelos professores: Dr. Osvaldo Zorzato, Dr. Eudes Fernando Leite e Dr. Cláudio Alves de Vasconcelos, pelas interessantes sugestões.

Ao Manuel, pelas riquíssimas discussões e valiosas contribuições sobre o tema por mim pesquisado. Agradeço a paciência e a dedicação, incomparáveis...

Aos meus filhos, Diogo, Jorge, João e Manuel, pela compreensão nos momentos em que não estive presente e, por me *agüentarem* e ainda me dizerem *te amo*, quando eu vivenciava momentos de aflição e angústia durante os estudos e a escrita deste trabalho.

Ao Programa de Mestrado, aos professores e aos colegas, pelas aulas de excelente qualidade, contribuindo, desta forma, para a construção do pesquisador.

A todos aqueles que direta, ou indiretamente torceram por mim, agradeço!

## RESUMO

Este trabalho busca investigar a influência da figura do bandeirante paulista na tentativa de formação da identidade mato-grossense, especificamente na produção historiográfica de Virgílio Corrêa Filho e na poesia produzida pelo bispo D. Aquino Corrêa, tendo como recorte cronológico os anos transcorridos entre 1922 e 1946. Para tanto, inicialmente, pesquisamos como a figura do bandeirante foi trabalhada por historiadores paulistas, que foram os homens que primeiramente escreveram sobre os sertanistas de São Paulo, antes que os dois intelectuais mato-grossenses se debruçassem para escrever e compor versos épicos sobre a história de Mato Grosso. Pesquisamos também quais foram os bandeirantes que atuaram na região hoje pertencente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, verificando que estes homens, embora heroicizados por diversos autores paulistas, cometeram inúmeros crimes contra índios no processo de devassamento do oeste. Os elementos conclusivos deste trabalho apontam para aspectos evidenciadores de que a escrita de Corrêa Filho e os versos de Dom Aquino seguem, claramente, o viés épico da historiografia apologética paulista, que heroiciza e glorifica mateiros e desbravadores que nada tinham de heróis. Tal qual ocorreu em relação aos autores de São Paulo, a figura do bandeirante foi também evocada em Mato Grosso, neste caso especificamente pela escrita de Corrêa Filho e pela poesia de Dom Aquino, buscando associar o herói paulista à formação da sociedade mato-grossense, configurando-se, portanto, como uma evidente tentativa de formação identitária.

Palavras-chave: Representações sobre o bandeirante – Identidade – Mato Grosso

## ABSTRACT

This work search to investigate the influence of the pioneer's from São Paulo illustration in the attempt of formation of the identity bush-grossense, specifically in Virgílio Corrêa Filho production of writing of the history and in the poetry produced by bishop D. Aquino Corrêa, tends as chronological cutting the years elapsed between 1922 and 1946. For so much, initially, we researched as the pioneer's illustration was worked by historians from São Paulo, that you/they were the men that firstly wrote on the inlander of São Paulo, before the two intellectuals bush-grossenses if they leaned over to write and to compose epic verses on the history of Mato Grosso. We also researched which were the pioneers that acted in the area today belonging to the states of Mato Grosso and Mato Grosso do Sul, verifying that these men, although transvestite in hero for several authors from São Paulo, committed countless crimes against Indian in the process of colonization of the west. The conclusive elements of this work appear for aspects explicit that Corrêa Filho's writing and Dom Aquino's verses proceed, clearly, the epic inclination of the from São Paulo apologetic historiography, that heroiciza and it glorifies inlanders and explorers that nothing had of heroes. Just like it happened in relation to the authors of São Paulo, the pioneer's illustration was also evoked in Mato Grosso, in this case specifically for Corrêa Filho's writing and for Dom Aquino's poetry, looking for to associate the hero from São Paulo to the formation of the society bush-grossense, being configured, therefore, as an evident attempt of formation of identity.

Word-key: Representations on the pioneer - Identity - Mato Grosso



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE HEROICIZAÇÃO DO BANDEIRANTE NA HISTORIOGRAFIA.....	21
CAPÍTULO II – BANDEIRANTES EM MATO GROSSO.....	48
CAPÍTULO III – O HERÓI BANDEIRANTE: PIONEIRO DA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE NA ESCRITA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO E NA POESIA DE DOM AQUINO.....	65
3.1. O bandeirante na escrita de Virgílio Corrêa Filho: <i>Paladino da causa patriótica</i> .....	65
3.2. <i>A odisséia triunfal bandeirante</i> na poesia de D. Aquino.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS.....	109

## INTRODUÇÃO

Este trabalho, busca investigar como a figura do bandeirante foi representada na escrita de Virgílio Corrêa Filho e na poesia de Dom Aquino, visando, sobretudo, a contribuir para o entendimento acerca de como este personagem histórico, na perspectiva destes dois autores, influiu na formação da identidade mato-grossense.

Este viés investigativo, que privilegia a questão da formação da identidade regional, a partir da obra de dois importantes autores mato-grossenses, foi suscitado pelas sugestões valiosas dos componentes da banca de nosso exame de qualificação, que apontaram a pertinência de uma produção que contemplasse preocupações mais direcionadas à história regional. Quando essas sugestões foram feitas, em agosto de 2007, já havíamos escrito o primeiro capítulo de nossa dissertação, e foi à partir de seu teor, de seu conteúdo, que os membros da banca propuseram a continuidade da pesquisa, de maneira a privilegiar a investigação acerca de como a figura do bandeirante foi enfocada pelos autores de Mato Grosso, levando em conta o quanto este personagem histórico, na produção destes autores, teria influído no processo de formação da identidade mato-grossense. Dada a pertinência dessas proposições, optamos por acatá-las. Naturalmente, essa opção determinou um novo rumo em nosso trabalho, já que até aquele momento, havíamos concebido como objeto de estudo *as representações sobre a figura do bandeirante na historiografia*, enfoque cuja bibliografia, preponderantemente produzida em São Paulo, já conhecíamos relativamente, posto que já havíamos realizado diversas leituras e produzido – como já o dissemos – o capítulo inicial de nossa dissertação. Portanto, para reajustar o foco de nossa temática, necessitamos também fazer uma considerável reordenação em nosso programa de leituras, que já não previa o estudo de poucas obras, mas de uma significativa quantidade delas, assinadas por autores como – dentre outros – Sérgio Buarque de Holanda, Affonso Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Miriam Ellis, Alcântara Machado, Cláudio Alves de Vasconcelos, Basílio de Magalhães, Luíza Volpato, Carlos Davidoff, John Manuel Monteiro, Carvalho Franco, Capistrano de Abreu, Pedro Taques, Antonio Ruiz de Montoya. Desta forma, às obras destes autores, que se configuram como indispensáveis para as intenções de nossa pesquisa, foram agregadas ainda várias outras, escritas por autores mato-grossenses, tais como Virgílio Corrêa Filho, Dom Aquino Corrêa, Estevão de Mendonça e outros. A essa considerável bibliografia, adicionaram-se ainda teses e

dissertações acadêmicas imprescindíveis, como as de Osvaldo Zorzato, Kátia Maria Abud, Lyllia Guedes Galetti, Manuel Pacheco Neto, Gilmar Yoshihara Franco e Lizandra Zago.

Durante a leitura dessas obras, cruzando e relacionando informações nelas contidas, começamos a formar um entendimento prévio acerca do novo rumo de nosso trabalho, um entendimento que, posteriormente, ao se tornar mais claro, fez com que vislumbrássemos a possibilidade de investigar como a figura do bandeirante paulista foi abordada na escrita de Virgílio Corrêa Filho, bem como na poesia do Bispo Dom Aquino. Essa opção se deu pelo fato de havermos constatado que, na produção de ambos os autores, a figura do bandeirante aparece reiteradamente, sempre cercada de triunfalismo e glorificação, visando a, antes de mais nada, afirmar a ancestralidade *heróica* do povo mato-grossense. Essa postulação principal, que heroiciza o bandeirante e o apresenta como o ancestral dos mato-grossenses, escamoteia o papel histórico do índio no oeste colonial, que não foi pouco significativo. Vários grupos nativos habitavam as terras hoje pertencentes a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dentre outras, cumpre citar as tribos guaicuru, paiaguá, caiapó, guató, chamacoco, coxiponé, bororo.

Invadidos em seus domínios ancestrais, os índios foram caçados, escravizados, mortos e, por fim, aliados de seu importante papel histórico. Durante muito tempo, os índios foram enfocados pela historiografia como simples coadjuvantes, ou melhor, meros figurantes, que apenas serviram de pano-de-fundo ao protagonismo bandeirantista. Alicerçado na obra de Sérgio Buarque de Holanda, Cláudio Alves de Vasconcelos discute a importância do índio na história de Mato Grosso, afirmando que “Além de guia, carregador, remador, o índio que servia nas monções teve papel fundamental no descobrimento de novas e mais ricas jazidas...” (1999, p. 24).

É importante dizer que, a maioria dos historiadores narra o descobrimento do ouro cuiabano como obra do bandeirante Miguel Sutil. Na verdade, o famoso ouro de aluvião foi descoberto por dois índios que procuravam mel. Esse achado foi revelado pelos próprios índios ao bandeirante Sutil. Assim foi encontrada uma das mais importantes jazidas auríferas da colônia. Vasconcelos, além de evidenciar isso, ainda acrescenta que:

A partir de acontecimentos como esse, o cenário da história de Mato Grosso ganhou um novo elemento: entre as matas, animais ferozes, grandes rios, mosquitos, cachoeiras, homens nus e selvagens, apareceu o ouro. O sonho e a sedução do aventureiro, do capitão ou

do rei, também lá estavam. Em um mesmo espaço encontravam-se dois elementos básicos para alimentar a meta bandeirante: o **índio** e o **metal precioso** (1999, p. 24).

Essas palavras são importantes, pois contribuem para que as reflexões sobre a história de Mato Grosso possam ser feitas a partir de uma ótica mais crítica, menos ufanista, que aceita o índio como um ator histórico de relevante importância. Essas palavras ainda contribuem para o entendimento de que os dois objetos de busca do bandeirante – o escravo índio e o ouro – existiam em Mato Grosso, explicando, assim, em desdobramento, o motivo do grande devassamento apesador e pesquisador de ouro na região. Mais à frente, na mesma obra, Vasconcelos se refere crítica e contundentemente à *história na qual o índio é um acessório, um componente ilustrativo* (199, p. 33).

A história de Mato Grosso evidencia, ressalta a figura do desbravador paulista, procurando afirmar que neste personagem histórico está a ascendência dos mato-grossenses. Neste processo, ressaltam-se o bispo Dom Aquino e o engenheiro Virgílio Corrêa Filho. Em relação ao primeiro, com pertinência escreveu Zorzato:

Quanto ao resgate da origem bandeirante, pode ser percebida [...] ainda na criação do hino e do brasão de Mato Grosso, em 1918. De autoria do bispo e Presidente do Estado, Dom Francisco de Aquino Corrêa, a bandeira aparece desfraldada no brasão onde estampa-se um braço armado... (1998, p. 34).

O braço armado é o braço do próprio bandeirante, exatamente igual ao que aparece no brasão da cidade de São Paulo. Este braço bandeirante é na verdade uma cópia daquele que aparece no centro do escudo da capital paulista, aparecendo também centralizado no brasão criado por Dom Aquino. O próprio bispo, em carta enviada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, admite ter copiado tal figura heráldica. Isso ficará claro neste trabalho. Reproduzimos aqui, os brasões de Mato Grosso e da cidade de São Paulo, para que possa ser averiguada a semelhança entre ambos:



Em 1922, portanto, quatro anos depois da criação do hino e do brasão de Mato Grosso:

... por ocasião das comemorações do centenário de Independência do Brasil, Corrêa Filho reforça o orgulho mato-grossense de descender ‘dos sertanistas que integraram a base física da nacionalidade brasileira’... (ZORZATO, 1998, p. 34).

Essa afirmação de Corrêa Filho, bem como muitas outras que enaltecem os bandeirantes, aparecem na obra *Matto Grosso*, encomendada ao intelectual cuiabano pelo próprio Dom Aquino, então Presidente do Estado de Mato Grosso.

Dom Aquino e Virgílio Corrêa Filho são figuras imprescindíveis para qualquer investigação sobre a construção da identidade de Mato Grosso, posto que foram atores históricos de grande projeção, que se movimentaram na cúpula do próprio poder político e ainda publicaram suas idéias, influenciando a sociedade em seu próprio contexto histórico, enquanto ainda viviam. Como aponta Zorzato (1998), outros autores contribuíram para a formação da identidade mato-grossense, especialmente aqueles que se tornaram colaboradores ou membros do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso<sup>1</sup>. No entanto, para as dimensões próprias de uma dissertação de Mestrado, naturalmente não nos aventuramos a investigar todos eles, optando por investigar a escrita de Virgílio Corrêa Filho e a poesia produzida por D. Aquino, buscando, em seu interior, a evocação da figura do bandeirante, como um personagem central, fundamental, na formação da sociedade mato-grossense, ou seja, na formação da própria identidade de Mato Grosso. No caso de Corrêa Filho, utilizamos suas obras *Matto Grosso* (1922), *Pantanaís Matogrossenses* (1946) e *O bandeirismo na formação das cidades* (1946). Já no caso de Dom Aquino Corrêa, lançamos mão da obra intitulada *Terra Natal* (1940), coletânea somente de poesias escritas pelo bispo ao longo de sua vida. Sobre essas obras de Corrêa Filho e Dom Aquino teceremos considerações complementares à frente, quando comentarmos o último e fundamental capítulo deste trabalho, que não poderia ter sido escrito, com a devida reflexão, caso não o antecedessem os dois outros que o alicerçam.

---

<sup>1</sup> O autor aponta nomes como Antônio Fernandes de Souza, Firmo Rodrigues, Filogônio de Paula Corrêa e João Barbosa de Faria, destacando porém, os nomes de Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho, como *os de maior expressão para a memória historiográfica mato-grossense* (Zorzato, 1998, p. 28).

Feitas tais considerações indispensáveis para o entendimento deste estudo, passemos a apresentar os capítulos que o compõem. O primeiro deles, intitulado *O processo de heroicização do bandeirante na historiografia*, busca reunir elementos que demonstrem que a heroicização da figura do bandeirante, na historiografia, não remonta, de forma alguma, a tempos recentes. É um processo. Um processo cujas raízes se encontram no século XVIII, quando Pedro Taques de Almeida Paes Leme escreveu a célebre *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*, obra que, conforme aponta Luiza Volpato, buscava exaltar *os feitos* dos sertanistas paulistas. Essa obra de Taques é o ponto de partida de nossa investigação historiográfica, neste primeiro capítulo. Para as intenções de nossa investigação, a *Nobiliarquia* acrescentou muitos elementos, pois além de apresentar o desbravador paulista como um personagem épico, enfoca o *heroísmo* do bandeirante Pedro Leme da Silva nos Campos da Vacaria, região que, dentre outras áreas, abrange o perímetro onde hoje se ergue a cidade de Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Lá, Pedro Leme teria protagonizado uma cena de grande bravura contra uma tropa castelhana, que teria tentado ludibriar os homens que compunham sua bandeira. Este chefe bandeirante, cujo heroísmo na Vacaria foi narrado com tintas carregadas por Taques, era pai de dois outros bandeirantes que atuaram em Mato Grosso – neste caso, as minas cuiabanas –, os irmãos João Leme e Lourenço Leme, conhecidos por irmãos Leme, homens que cometeram diversos crimes e acabaram sendo condenados, perseguidos e finalmente mortos pela justiça colonial. Ter analisado como Taques abordou os *feitos* destes bandeirantes em Mato Grosso – Pedro, João e Lourenço Leme – foi para nós de particular interesse, pois estes personagens se movimentaram dentro do espaço geográfico onde posteriormente medrou uma produção historiográfica e poética que louvou seu grupo social, ou seja, os bandeirantes.

A partir da obra de Taques, procedemos a uma análise cronológica acerca da heroicização da figura do bandeirante, enfocando momentos e contextos históricos que foram importantes nesse processo, tais como: os anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, quando as elites paulistas se alicerçaram na figura do bandeirante, buscando legitimar-se no poder; a década de 1920, quando o governo paulista financiou a publicação de diversas obras sobre o passado paulista; a *Revolução Constitucionalista* de 1932, oportunidade em que a figura do bandeirante figurou massivamente na propaganda antivarguista dos paulistas; o início da década de 1940, quando Cassiano Ricardo instrumentalizou a figura do bandeirante sob um novo prisma, buscando associá-la ao *governo forte de Vargas*; os festejos dos 400 anos de fundação

de São Paulo, ocorridos em 1954, quando mais uma vez o governo paulista investiu massivamente na publicação de diversas obras sobre o bandeirismo; o surgimento, a partir da década de 1980, de uma historiografia acadêmica de cunho revisionista – que até hoje vem se fortalecendo –, empenhada em questionar, sob o prisma do rigor científico, toda a aura mítica que havia sido construída ao redor da figura do bandeirante; a permanência, no início deste século (XXI), do entendimento do bandeirante como herói, por parte do senso comum.

No Capítulo II, intitulado *Bandeirantes em Mato Grosso*, buscamos investigar quais foram os mateiros paulistas que andaram pelas terras hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, espaço geográfico que interessa, propriamente, aos fins de nossa pesquisa. O estudo levado a cabo para a escrita deste capítulo, acabou por revelar que, além de Pedro Leme e seus filhos João e Lourenço, mateiros estes já abordados no Capítulo I, muitos outros bandeirantes devassaram os sertões existentes na área em questão: Manuel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos (o pai), Antônio Pires de Campos (o filho, apelidado de Pai-Pirá), Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), Bartolomeu Bueno da Silva (filho, segundo Anhanguera), Miguel Sutil, Pascoal Moreira Cabral, Fernando Dias Falcão, Antônio Raposo Tavares. Estes e outros bandeirantes cruzaram o oeste colonial em diversas direções e empresas distintas, invadindo áreas ancestralmente habitadas por inúmeras tribos nativas, espalhando entre elas o apresamento, a escravização, a morte, a guerra. No entanto, estes invasores foram heroicizados por muitos autores que se propuseram a escrever a história do Brasil, bem como por vários homens que se debruçaram para escrever a *história* de Mato Grosso, ou *versejar* sobre ela, como foi o caso específico de Virgílio Corrêa Filho e Dom Aquino Corrêa.

Passemos agora a comentar o terceiro, último e fundamental capítulo de nosso trabalho, intitulado *O herói bandeirante: pioneiro da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho e na poesia de Dom Aquino*. O capítulo divide-se em dois textos, que intitulam-se respectivamente “O bandeirante na escrita de Virgílio Corrêa Filho: *paladino da causa patriótica*” e “*A odisséia triunfal bandeirante na poesia de Dom Aquino*”. Primeiramente, enfoquemos Corrêa Filho, buscando saber quem foi ele e como procedemos à investigação a respeito da figura do bandeirante em sua obra.

Virgílio Corrêa Filho nasceu no dia 08 de janeiro de 1887, em Cuiabá, onde passou a sua infância. Descendendo de duas tradicionais famílias mato-grossenses,

Alves Corrêa e Correa da Costa, aos 15 anos Corrêa Filho foi enviado ao Rio de Janeiro para estudar, como era comum entre os filhos das famílias mais ricas da época. Em 1908, com 21 anos, formou-se em engenharia civil, pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Já no ano seguinte, começou a trabalhar como engenheiro da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Três Lagoas. Como engenheiro, trabalhou ainda nas Estradas de Ferro Central do Brasil e Mogiana, respectivamente em 1912 e 1914. Em 1918, já casado há seis anos com Edith, filha de Pedro Celestino<sup>2</sup>, Corrêa Filho associou-se a seu pai, coronel Virgílio Alves Corrêa, indo trabalhar com ele na fazenda Baía das Pombas, onde permaneceu apenas até o ano seguinte – 1919 –, quando foi nomeado professor do Liceu Cuiabano e da Escola Normal. Suas atividades docentes duraram pouco, pois logo o Bispo Dom Aquino, então na presidência do Estado, convidou-o a assumir a direção da Repartição de Terras, em Cuiabá. Pouco depois que Corrêa Filho assumiu este cargo, Dom Aquino deu a ele a incumbência de escrever uma *memória* sobre Mato Grosso, para fazer parte das comemorações de Centenário da Independência, que então se aproximava. Assim, nasceu a obra *Matto Grosso* (1922), que iniciou Corrêa Filho na escrita da história. Franco afirma que depois do lançamento deste livro, o autor:

... fez da escrita da história local uma atividade permanente de ora em diante. Corrêa Filho sempre se manteve vinculado às instituições oficiais de saber, como o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1931) e o Conselho Nacional de Geografia (1939) e, conseqüentemente, ligado às posturas históricas dessas instituições (2007, p. 49).

Corrêa Filho granjeou grande expressão até mesmo fora das fronteiras de Mato Grosso. Sobre isso escreveu Zorzato:

... Virgílio Corrêa Filho [...] destaca-se como expressão nacional [...] destaca-se como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Conselho Nacional de Geografia. Sua vasta obra torna-o uma autoridade nacional sempre que o assunto se refere a Mato Grosso (1998, p. 30).

Nos anos iniciais de sua carreira como pesquisador e escritor da história de Mato Grosso, duas ocorrências foram importantes para a futura projeção do intelectual cuiabano: a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e o apoio e as subvenções do Bispo Dom Aquino. Trindade (2001) afirma que para Corrêa Filho, foi importante a:

---

<sup>2</sup> Pedro Celestino foi um importante chefe político em Mato Grosso, ao tempo de Virgílio Corrêa Filho, tendo ocupado, dentre outros cargos, o de Presidente do Estado de Mato Grosso, de 1922 a 1926.



... sua participação como sócio-fundador do **IHGMT**, em 1919 [...] ao contribuir para a elaboração de uma identidade mato-grossense construída com o objetivo de evidenciar a importância de Mato Grosso para a formação e consolidação da unidade nacional. As diversas publicações de sua autoria cumpriram os desígnios de D. Aquino, Bispo e Presidente do Estado de Mato Grosso, além de presidente fundador daquele *Instituto*, à época preocupado com a constituição de um corpo de “apóstolos de um patriotismo iluminado e sadio”, que deveria comprometer-se com a preservação da “memória nacional” (2001, p. 14).

A carreira de Corrêa Filho foi de fato, de não pouca expressão. Ele participou de diversos eventos internacionais, como representante do Conselho Nacional de Geografia, em 1947 foi agraciado com o título de sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – anteriormente era sócio efetivo –, em 1950 foi eleito secretário geral do Conselho Nacional de Geografia, em 1952 assumiu o cargo de chefe da Divisão de Administração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1958 foi agraciado com o título de sócio grande benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Seu falecimento ocorreu no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1973, e seu corpo foi velado no próprio prédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, antes de ser sepultado no cemitério São Francisco Xavier.

Para a realização deste nosso estudo, como já mencionamos preliminarmente, utilizamo-nos de suas obras *Matto Grosso* (1922), *Pantanaís Matogrossenses* (1946) e *O Bandeirismo na formação das cidades* (1946). A obra *Matto Grosso*, a mais conhecida do autor, marca seu início na trilha da pesquisa historiográfica, revelando de pronto e largamente, a heroicização superlativa da figura do bandeirante paulista, uma figura civilizadora, que enfrentou bravamente muitos perigos, uma figura que acabou lançando as sementes da ancestralidade do povo mato-grossense. No livro *Matto Grosso*, dentre outros muitos elogios tecidos aos bandeirantes, Corrêa Filho afirmou: “... sobejam-nos razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas insignes [...] a quem devemos o devassamento de nossos sertões” (1922). Como se percebe, é aqui bem clara a intenção de exaltar o próprio povo mato-grossense, pelo fato de descender dos bandeirantes. Essa idéia, ao longo de *Matto Grosso*, é repetida – com outras palavras – mais de uma vez. Em *Pantanaís Matogrossenses*, obra sintomaticamente elogiada por Affonso Taunay – no prefácio do décimo primeiro volume de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* – Corrêa Filho dedica diversas páginas ao avanço dos paulistas em Mato Grosso, mencionando os nomes de vários bandeirantes, dando destaque ao heroísmo de Pedro Leme nas *campinas das vacarias* (CORRÊA FILHO, 1922, p. 41) e

mencionando a *arrancada assombrosa de Antônio Raposo Tavares* (CORRÊA FILHO, 1922, p. 39).

As monções, expedições fluviais que se sistematizaram no trajeto Porto Feliz-Cuiabá – após a descoberta do ouro – são também abordadas em diversas páginas de *Pantanaís Matogrossenses*, com detalhes de fato bastante significativos a respeito dos rios, cachoeiras e varadouros existentes ao longo do percurso. No trabalho intitulado *O bandeirismo na formação das cidades* (1946), a exaltação de Corrêa Filho aos bandeirantes acentua-se ainda mais. O autor afirma-se *parente* – no sentido de descendente – dos bandeirantes, *nascido na própria localidade em que se imortalizou Pascoal Moreira Cabral* (CORRÊA FILHO, 1946, p. 50). Ao longo de todo o texto são encontradas muitas expressões elogiosas aos paulistas, que teriam dado *passadas épicas* (p. 35), *levando tudo de roldão* (p. 34). *Lutadores impávidos* (p. 35), os paulistas foram os responsáveis por *emprezas gigantescas [...] feitos inigualáveis [...] tarefas sobrehumanas* (p. 35). Eles eram, para o autor, *atrilados desbravadores [...] vagavam pelos sertões, arrebatados por irresistíveis pendores* (p. 37). Na verdade, estes são apenas alguns fragmentos deste trabalho extremamente grandiloquente de Corrêa Filho, um trabalho que enfoca os bandeirantes como heróis, em relação aos quais o autor afirmou a sua *admiração, de raízes atávicas seguramente* (p. 31), objetivando, mais uma vez, reiterar sua descendência bandeirante. *O bandeirismo na formação das cidades* integra um livro de artigos e conferências, intitulado *Curso de Bandeirologia*. Neste livro, que foi financiado pelo Departamento de Informação de São Paulo, encontram-se trabalhos de Affonso de Taunay – uma das maiores influências de Corrêa Filho –, Alfredo Ellis Júnior, Afonso Arinos de Mello Franco, Sérgio Buarque de Holanda e Joaquim Ribeiro.

A análise de *Matto Grosso, Pantanaís Matogrossenses* e *O bandeirismo na formação das cidades*, revelou que, para Corrêa Filho, que se identifica ele próprio como *parente* dos paulistas, a identidade dos mato-grossenses encontra sua raiz nos bandeirantes, que foram os heróis que trouxeram a civilização para os sertões do oeste.

Passemos agora a tecer considerações sobre o Bispo Dom Aquino, bem como sobre sua produção poética – reunida na obra *Terra Natal* (1940)– que menciona os sertanistas paulistas reiteradamente. Primeiramente, cumpre esclarecer que nossa opção por analisar sua obra poética se deu quando nos deparamos com a seguinte afirmação de Zorzato: “Dom Aquino celebra-se entre seus conterrâneos, em parte porque registra,

em versos, verdadeira narrativa epopéica, fatos e personagens considerados importantes para a memória local” (1998, p. 23).

Na obra intitulada *D. Aquino: política, violência e conciliação*, Iolanda Pierin de Barros afirma que:

No exame da história de Mato Grosso, um Estado do Centro-Oeste do Brasil, destaca-se, na Primeira República (1889-1930), a figura de um Bispo, Poeta e Orador, Dom Francisco Aquino Corrêa que, no período de 1918-1922, foi presidente do Estado e que, em 1927, entrou para a Academia Brasileira de Letras (1996, p. 17).

Francisco de Aquino Corrêa nasceu em Cuiabá, no dia 02 de abril de 1885, filho de Antônio Tomás de Aquino Corrêa e de Maria Gaudie Ley. Em 1901 entrou para o noviciado salesiano de Cuiabá, viajando para Roma dois anos depois, quando matriculou-se na Academia de Santo Tomás de Aquino e na Universidade Gregoriana. Em 1907 doutorou-se em Filosofia pela Academia de Santo Tomás de Aquino, e, no ano seguinte doutorou-se em Teologia, pela Universidade Gregoriana. EM 1909, no dia 17 de janeiro, o jovem padre, que um dia seria Bispo e Presidente de Mato Grosso, celebrava sua primeira missa, na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Em 1910 o religioso regressou a Cuiabá, e em 1912 assumiu o cargo de Diretor do Liceu Salesiano de São Gonçalo, na mesma cidade. Em 1918 assumiu a presidência do Estado de Mato Grosso, acreditado pelo povo – que o tinha em alta cota – como uma alternativa pacificadora à ferrenha rivalidade dos grupos políticos que então dominavam o Estado. Em 1921, ainda em seu mandato como Presidente de Mato Grosso, foi elevado a Arcebispo de Cuiabá. Em 1922, depois do término de seu mandato presidencial, Dom Aquino tomou posse do arcebispado metropolitano de Cuiabá, e no mesmo ano publicou a primeira edição do livro de poesias *Terra Natal*. Cinco anos depois, em 1927, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, publicando também, no mesmo ano, o primeiro volume de *Discursos*, cujo segundo volume surgiria em 1945. Em 1938, chefiou a delegação brasileira na Conferência Internacional de Educação, realizada em Genebra. Quatro anos mais tarde, publicou o primeiro volume de *Cartas Pastorais*, cujo segundo volume viria à luz em 1947, mesmo ano em que seria publicado o livro *Nova et Vetera*. Em 1951, o Bispo publicou *Uma flor do clero cuiabano*, e quatro anos depois, já no fim da vida, publicou a biografia de *Dom José Antônio dos Reis*, primeiro bispo de Cuiabá (1832-1876). Prestes a completar 71 anos Dom Aquino faleceu em São Paulo, em 22 de março de 1956.

Foi este literato prolífico e *político conservador*<sup>3</sup> quem heroicizou os bandeirantes paulistas em seu livro de poesias *Terra Natal*. Foi este homem hábil nos versos quem escreveu que Mato Grosso só surgiu para a história por obra dos paulistas:

Salve rio de ondas gaias...  
 ... quando eles (os bandeirantes) entraram sob a flórea  
 Umbela do teu bosque verdejante,  
 Foi que o sol despontou da nossa história (1940, p. 49).

Nos versos de Dom Aquino, os bandeirantes são, significativamente, heróis:

... O heroísmo, que ao sol destas douradas  
 Praias, deixou tão luminosa esteira.  
 Vosso rude arcabuz de pederneira  
 Reboa ainda as glórias alcançadas;  
 E há frêmitos de homéricas jornadas,  
 Nos trapos e na cruz dessa bandeira...

Salvem heróis! Salve [...] Bandeirantes!  
 Fenícios do sertão! Monções errantes,  
 À conquista imortal da minha terra! (1940, p. 117).

Esta é apenas uma pequena amostra acerca do teor dos versos de Dom Aquino Corrêa, um poeta que enfatiza reiteradamente o heroísmo dos bandeirantes, os descobridores de sua terra, os homens que iniciaram a história de sua terra e plantaram as sementes da sociedade mato-grossense.

Chegando ao final da apresentação deste trabalho, podemos afirmar, preliminar e sucintamente que a análise que fizemos da escrita de Virgílio Corrêa Filho e da poesia de Dom Aquino, revelou que ambos os intelectuais heroicizaram o bandeirante, descrevendo-o como um personagem épico, que após enfrentar o perigo das matas, deu início à história de Mato Grosso e à formação da sociedade mato-grossense.

Em Dom Aquino, tanto no brasão por ele criado, quanto na poesia por ele *versejada*, o bandeirante *domina em chefe*<sup>4</sup>. Em Corrêa Filho, o herói de Dom Aquino, que também é herói para ele mesmo, é apontado como o *avô*<sup>5</sup> dos mato-grossenses, o ancestral que deixou um legado aos seus descendentes, aos seus *parentes*<sup>6</sup>.

<sup>3</sup> Assim José Sebastião Witter adjetivou o religioso na apresentação da obra *Dom Aquino*, de autoria de Iolanda de Barros, já aludida neste trabalho.

<sup>4</sup> Criador do brasão de Mato Grosso – como já vimos à página 11 –, em cujo centro aparece o braço de um bandeirante empunhando uma bandeira, Dom Aquino escreveu que este braço *domina em chefe* a sua criação heráldica

<sup>5</sup> Na obra *Matto Grosso* (1922, p. 475), Corrêa Filho chamou os bandeirantes de *avôs* dos mato-grossenses.

<sup>6</sup> Como já mencionamos anteriormente, à página 17, Corrêa Filho afirmou ser *parente* dos bandeirantes, no trabalho *O bandeirismo na formação das cidades* (1946).

Para nós, não há dúvida de que Corrêa Filho e Dom Aquino, reproduziram a heroicização do bandeirante – já verificada, como já vimos, desde o século XVIII –, utilizando-se do personagem resultante deste processo na afirmação da identidade mato-grossense, ou seja, no enaltecimento da população de Mato Grosso, conotando-a como herdeira do legado heróico, glorioso dos bandeirantes.

## CAPÍTULO I

### O PROCESSO DE HEROICIZAÇÃO DO BANDEIRANTE NA HISTORIOGRAFIA

O bandeirante é um personagem histórico bastante avultado. Seu protagonismo é recorrente, nos livros de história mais convencionais, fazendo com que sua figura dominante sobrepuje outros importantes atores históricos do Brasil Colonial.

Sobre isso, escreveu Monteiro:

Dentre os diversos mitos sobre a formação da nacionalidade brasileira, o bandeirante certamente ocupa um lugar de destaque. Desbravador dos sertões incultos, temível conquistador de povos selvagens, esta figura heróica marca presença tanto nos manuais de história quanto nos monumentos e nos nomes de ruas, estradas e escolas no Brasil inteiro (2000, p. 105).

A construção da figura do bandeirante é um processo que não tem nada de recente. Os primórdios desse processo remontam ao século XVIII, quando Pedro Taques de Almeida Paes Leme escreveu sua célebre *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*<sup>7</sup>, uma genealogia das famílias mais proeminentes de São Paulo, obra que revela os pendores de Taques para a grandiloquência vocabular e a adjetivação

---

<sup>7</sup> A *Nobiliarquia* exigiu de seu autor cinco décadas de pesquisas. Citando palavras de Frei Gaspar da Madre de Deus, que foi o melhor amigo de Taques, escreveu Taunay: “... de todos os modos, mesmo os mais áduos, procurava Pedro Taques documentar-se, afã que, no dizer de frei Gaspar, o levou ‘durante alguns cinqüenta anos a examinar os cartórios de todas as vilas da capitania de S. Paulo e S. Vicente, assim seculares como eclesiásticos’. Nestes anos imenso trabalhou. O enorme edifício da *Nobiliarquia* lenta e firme cresceu” (TAUNAY, 1954, p. 26). Mais à frente, citando trecho de uma carta escrita por Taques – já no fim da vida – ao amigo Frei Gaspar, escreveu Taunay: “Desanimado ao último ponto escrevia a frei Gaspar, contando-lhe quão doloroso lhe era não poder realizar o projeto caríssimo de toda a existência: a impressão da *Nobiliarquia*. ‘Assim vai traçando o destino para verificar-se o próprio prognóstico de que, por minha morte, não de ter os rapazes, nas noites de S. João, papel para traques, se, antes destas não produzirem as melancolias da minha pobre vida a resolução de reduzir tudo a cinzas, desenganando assim aos meus inimigos que eu mesmo reconheço que os meus escritos são mais dignos de fogo que de luz’” (TAUNAY, 1954, p. 33). O genealogista faleceu em 1777, sem ter o contentamento de ver sua obra publicada: “Afastara-se-lhe para o irrealizável o projeto tão caramente acariciado de fazer ‘ver ao mundo a sua *Nobiliarquia* pelo benefício da imprensa’, apesar de tudo, nela trabalhou até o último sôpro” (TAUNAY, 1954, p. 41). Os manuscritos da *Nobiliarquia*, que haviam ficado sob a posse do desembargador João de Azeredo Coutinho – parente distante de Taques –, foram passados às mãos de diversas pessoas proeminentes, tais como Dom Francisco de Lemos, José A. de Toledo Rendon, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, Fernandes Pinheiro – Visconde de São Leopoldo, Dona Maria Benedita de Toledo Arouche e finalmente Dr. José Feliciano Pinheiro, que teve a feliz iniciativa de entregá-los ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1855. Essa instituição providenciou a primeira impressão da *Nobiliarquia* catorze anos depois, em 1869, na *Revista do Instituto*, publicação periódica do sodalício sediada no Rio de Janeiro. Foram necessários quatro números (do 32 ao 36), da revista, para que todos os manuscritos da *Nobiliarquia* fossem publicados.

superlativa, no que concerne às virtudes e qualidades das pessoas elencadas em seu alentado *tomo*. Preocupado fixamente com títulos de nobreza ancestral, Taques elaborou uma obra singular, que oferta uma versão, digamos nobilitantes da Vila de São Paulo de Piratininga, núcleo populacional cuja vida material foi, nos dois primeiros séculos da colonização, marcada pela carência e pela pobreza. Não por acaso, comentando a obra de Taques, observou Taunay<sup>8</sup>:

É inegável que, possuído de intenso bairrismo [...] fechado em tão restrito âmbito provinciano, deixou-se o linhagista resvalar pelo terreno da megalomania. A todo o instante nos fala em nobres, senão nobilíssimas famílias, freqüentemente mesmo, sem certo discernimento, pois coloca no mesmo pé de igualdade a descendência dos obscuros portugueses emigrados para São Paulo e a de casas realmente ilustres ... (1954, p. 68).

Essas palavras de Taunay são bastante precisas, uma vez que a leitura da *Nobiliarquia* revela, de forma clara, uma preocupação excessiva – diga-se, até mesmo fixa – de Taques, no que concerne a títulos ancestrais de nobreza das famílias paulistas.

Refletindo também sobre as discrepâncias observadas na obra de Taques, em relação às condições econômicas observadas na vila de São Paulo de Piratininga, escreveu Taunay:

[...] nos parece que Pedro Taques se deixa arrastar pelas tendências ao exagero [...] ao descrever os bens dos antigos ‘potentados’ paulistas. Dá-lhes situações e opulência que não condizem com a antiga pobreza do planalto piratiningano, a penúria pelos inventários revelada: pois São Paulo tornou-se rico da segunda metade do século XIX em diante (1954, p. 69).

De fato, a leitura dos inventários e testamentos dos antigos paulistas revela, de maneira bastante evidente, a ausência de abundância material que marcou a vida daqueles homens rústicos. Na obra *Vida e Morte do Bandeirante* – basicamente elaborada a partir do estudo dos testamentos deixados pelos sertanistas piratininganos, Alcântara Machado contribui, de maneira significativa, para o desvelamento acerca da dimensão das posses do bandeirante, este paradigmático personagem histórico, entendido pelo senso comum como um homem de botas, chapéu, gibão (escupil), mosquete e alfanje, devassador de matas espessas e descobridor das riquezas minerais do Brasil. A obra de Alcântara Machado é a antítese da elaboração textual *aristocratizante* de Taques que segundo Luiza Volpato, tinha “o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas” (VOLPATO, 1985, p. 19).

---

<sup>8</sup> Cumpre mencionar que, a despeito dessas conscienciosas e críticas palavras, Taunay, por diversas vezes demonstrou seu pendor para os elogios e a apologia ao bandeirismo.

A *Nobiliarquia* é uma obra enaltecadora dos antigos moradores de São Paulo de Piratininga. Em trechos narrativos que abordam expedições sertanistas, a *pena* de Taques parece correr sem freios, construindo frases que ressaltam atos de bravura e coragem, de maneira perceptivelmente superlativa. Exemplos claros desse viés de escrita heroizante, podem ser encontrados na versão que o célebre linhagista oferece sobre a atuação de Pedro Leme da Silva, que nos Campos da Vacaria, teria protagonizado uma cena temerária. Para que iniciemos a constatar isso, averiguemos essas palavras:

Pedro Leme da Silva [...] foi torto e coxo [...] este paulista soube desempenhar os nobres espíritos do sangue que lhe adornava as vênas como mostrará a ação de valor e fidelidade, que praticou na campanha e sertão da vacaria... (TAQUES, 1954, p. 19).

Essas palavras elogiosas a esse singular bandeirante – que coxeava e apresentava uma anômala inclinação em seu tronco – são, constatadamente, apenas *introdutórias*, na narrativa de Taques sobre o que teria ocorrido nos campos do oeste da colônia. Ao descrever a saída da expedição de São Paulo, bem como a chegada e o arranchamento na Vacaria, o autor em questão formulou mais adjetivos elogiosos ao mesmo sertanista:

Debaixo do comando de Pedro Domingues [...] capitão-mor do seu troço [...] saiu Pedro Leme da Silva que era destemido e grande soldado de arcabuz e capaz para qualquer facção de temeridade, quanto mais de valor [...] postou o corpo da tropa nas campanhas da vacaria [...] formaram um arraial [...] casas de palhas, a que no Brasil chamam ranchos. Aproveitava-se a gente dêste corpo da abundancia dos gados que [...] multiplicam nestas campanhas sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza... (TAQUES, 1954, p. 19).

Cumprе esclarecer que o chamado *sertão da vacaria* é uma vasta área de terras planas, situada no atual estado de Mato Grosso do Sul. Essa área era também conhecida como *Campos da Vacaria*:

... campos limpos, campos da vacaria, como se chamavam já no século XVII [...] deviam descer os animais no tempo da vazante para alcançar os lambedouros salinos e os pastos nos lugares ainda úmidos do cerrado. Os carreiros abertos nas quebradas iriam dar passagem, por sua vez, aos sertanistas [...] não é difícil acreditar que a presença ali desse gado alçado, restos dos rebanhos outrora existentes nas reduções jesuíticas do Itatim, compensasse para aqueles homens as amofinações de um mundo hostil onde às constantes ameaças de febres e flechas se somava a temperatura mortificante (HOLANDA, 1986, p. 47).

Também sobre essa área, escreveu Wehling A. e Wehling M. J.:



O sul de Mato Grosso já era conhecido desde o início do século XVII pelos bandeirantes [...] a região foi palco de frequentes choques entre bandeirantes – que a denominavam ‘sertão da vacaria’ – e espanhóis (1994, p. 117).

Feitos esses esclarecimentos a respeito da *paragem* em pauta, voltemos à Taques, visando a averiguar a que ponto chegarão as adjetivações elogiosas ao bandeirante Pedro Leme da Silva, que nas campanhas do oeste, teria, num rasgo de muita coragem, afrontado os brios de um mestre-de-campo espanhol, um cabo de tropa que tinha sob seu comando, nada menos que três centenas de homens. Lembremos que a expedição de Pedro Leme, segundo o célebre linhagista, já havia se arranchado na Vacaria:

Neste sertão pois se achava a tropa, como em arraial [...] quando apareceu um mestre de campo castelhano, da província do Paraguai, com o seu troço de cavalaria até tresentos soldados. Com cortez urbanidade e oculta política cumprimentou aos paulistas, presenteando ao capitão-mór da tropa com a excelente erva chamada congonha [...] deteve-se ali o tal mestre de campo com o seu terço de cavalaria alguns dias, tendo feito o seu abarracamento em distância de peça de artilharia do nosso arraial... (TAQUES, 1954, p. 20).

Segundo o autor, as intenções ocultas do chefe expedicionário castelhano não tardaram a se revelar, pois:

... ele em uma manhã veio ao nosso campo com um suficiente corpo de soldados de pé, que lhe serviam de guarda e procurando ao capitão-mor da tropa paulistana, travaram prática sobre a vastidão daqueles sertões e seus habitantes gentios bravos, contra cujas forças triunfavam sempre os portugueses da vila de São Paulo em suas entradas [...] sutilmente foi o tal castelhano dispendo o material discurso do capitão-mor, de alguns de seus oficiais e soldados que se achavam na prática, entre os quais, assistia Pedro Leme, sem mais caráter que o de soldado raso daquele corpo (TAQUES, 1954, p. 20).

Na seqüência, o autor descreve que o chefe castelhano, maneiroso com as palavras, afirmou serem aquelas terras pertencentes à coroa espanhola, convidando os seus interlocutores portugueses a assinar um documento, reconhecendo formalmente tal posse:

Persuadiu o dito mestre de campo que aquele sertão da vacaria era todo de conquista de el-rei seu amo, como primeiro senhor da província do Paraguai, por cuja razão não deviam os paulistas duvidar desta preferência, e que para todo o tempo assim constar era muito justo (visto se achar naquela ocasião, um e outro pastando em dito sertão) que assinasse o capitão-mor por sim com

seus oficiais e soldados um termo deste reconhecimento. Para este efeito trazia já o mestre de campo lavrado um termo em folha de papel, que logo apresentou para o determinado fim de ser assinado (TAQUES, 1954, p. 20-21).

A cena, parece ser não de todo, mas pelo menos um pouco improvável. No coração do continente agreste, um espanhol é portador de um documento já pronto, de antemão escrito. Este documento é apresentado a alguns portugueses, que começam a assiná-lo seqüencialmente, como se fossem todos eles letrados. É sabido que uma parcela significativa dos bandeirantes não sabia ler e escrever. No entanto, não cumpre aprofundar aqui essa discussão, mas sim apenas mencionar que essa cena descrita por Taques, deve ser vista com prudência. Já o enaltecimento ao heroísmo de Pedro Leme faz parte, inapelavelmente, de nossas preocupações principais, uma vez que a heroicização é a faceta mais recorrente das representações sobre a figura do bandeirante na historiografia. No caso presente, o bandeirante propalado como herói foi um homem que embora *torto e coxo*, impediu que seus colegas de tropa continuassem assinando o termo apresentado pelo espanhol. Verifiquemos as palavras de Taques:

Sem a menor repugnância pegou a pena o [...] capitão-mor e assinando-se, foram fazendo o mesmo outras pessoas, que chegaram ao número de cinco, quando repentinamente enfurecido Pedro Leme pelo acordo [...] pegou na sua arma e levantando-lhe as molas, rompeu brioso nestas palavras [...] ‘Vossa Senhoria, pelo poder com que se acha neste lugar, será senhor da minha vida, mas não da minha lealdade. Estas campanhas são e sempre foram de el-rei de Portugal, meu senhor, e por nós e nossos avós penetradas, seguidas e trilhadas quase todos os anos a conquistar bárbaros gentios seus habitantes. O sr. capitão-mor e mais senhores, que tem assinado sem advertência o contrário desta verdade, ou estão abandonados como lezos ou como temerosos; eu não, nem os mais que aqui nos achamos em toda esta tropa. Porque não havemos de assinar este papel... (1954, p. 21).

Taques apresenta Pedro Leme como um fidelíssimo vassalo da coroa portuguesa, um heróico e vigilante guerreiro que percebendo a artimanha do manhoso espanhol, desafia-o abertamente, de arcabuz em punho, declarando que as terras da vacaria pertenciam ao seu rei, o soberano lusitano. Essa atitude exemplarmente corajosa, insuflou o brio dos expedicionários paulistas, que imediatamente assestaram suas armas, postando-se prontos para o combate, para o tiroteio:

... a este exemplo já todo o corpo paulistano tinha pegado em armas, com cujo brioso movimento foi tão prudente o mestre de campo castelhano, que sem articular vozes, nem obrar ação alguma, se tirou para fora [...] ficando seu intento sem efeito e adiantando os

primeiros passos articulou este seguinte desafogo: miren el tuerto! E Pedro Leme ouvindo-lhe o vitupério, lhe deu em alta voz esta resposta: E coxo também! Recolheu-se o castelhano ao seu quartel, e na manhã seguinte levantou o campo e dele se ausentou sem ação alguma... (TAQUES, 1954, p. 21).

Após narrar esse ato de bravura, o autor em pauta adjetivou-o como “briosa resolução, que evitou o maligno intento do castelhano” (TAQUES, 1954, p. 21), tratando de elogiar ainda mais seu protagonizador, comentando sobre o massivo reconhecimento posterior por ele granjeado, não apenas em São Paulo, como também na própria corte portuguesa:

Aplaudiu-se muito em São Paulo a ação de Pedro Leme [...] estas vozes chegaram a Portugal a informar do lance acontecido ao Sr. D. Pedro... (TAQUES, 1954, p. 21).

Na seqüência, o linhagista afirma que no final do século XVII, o próprio rei ordenou que seu próprio agradecimento fosse expressado a Pedro Leme, através de um importante emissário:

... chegando em 1698 a São Paulo Arthur de Sá e Menezes, governador e capitão-general do Rio de Janeiro e capitãias do Sul, confessou ao capitão Bartholomeu Paes de Abreu, pai do autor destas memórias, e ao reverendo Dr. João Leite da Silva e a outras pessoas que tinham vindo a cumprimentá-lo e dar-lhes as boas vindas, que Sua Magestade lhe ordenava, que da sua parte agradecesse a Pedro Leme a ação do honrado vassalo, que praticara na campanha da vacaria... (TAQUES, 1954, p. 21).

Como vemos, Taques afirma que seu próprio pai – Bartholomeu Paes de Abreu, em companhia de outras pessoas – ouviu da boca do ilustre enviado real, as expressões de agradecimento do rei ao sertanista *torto e coxo*.

Acerca do legado glorioso que essa ação de Pedro Leme teria determinado, escreveu Taques:

... conserva-se na memória seguida de pais a filhos a verdade do fato daquele lance, em que teve todo o louvor Pedro Leme, o Torto, cujo nome, procedimento e a inveja da sua heróica resolução existe até agora... (1954, p. 20).

Sobre as penetrações de Leme nos sertões ainda mais remotos, além das planuras da vacaria, escreveu o autor da *Nobiliarquia*:

Penetrou Pedro Leme os sertões que hoje são minas do Cuiabá, vencendo a navegação de rios caudalosos, com o precipício de altas caxoeiras, em cujas viagens deixou o seu valor por herança aos dois

filhos perseguidos e infelizes João e Lourenço Leme (TAQUES, 1954, p. 22).

Não há dúvida que o linhagista exagera nos predicados atribuídos a Pedro Leme. É bastante claro que Taques procura enaltecer, heroicizar esse bandeirante que foi nada mais, nada menos, que o pai de João Leme e Lourenço Leme, os lendários irmãos Leme, dois homens que mesmo vivendo no meio violento do bandeirismo, acabaram sendo considerados foras-da-lei, ou seja, bandidos.

Procurados pela justiça colonial, João e Lourenço Leme acabaram arcando com as conseqüências dos atos funestos que praticaram. Não foram *perseguidos* gratuitamente, como se depreende das palavras de Taques. Não foram *infelizes*, foram bandoleiros que fizeram não poucas vítimas, tornando, assim, inúmeras pessoas infelizes.

Esses dois filhos de Pedro Leme, são descritos por Taques como excelentes sertanistas, homens destros, conhecedores dos segredos das matarias:

Estes dois irmãos fizeram várias entradas no sertão a conquistar barbaros gentios de diversas nações: com êste exercicio adquiriram grande pratica da disciplina militar e conhecimento dos incultos sertões dos rios grandes chamados Paranã, do Uvaí, do Paraguai e outros; e dos que hoje são navegados pelos que vão em canoas para as minas do Cuiabá. Eram temidos dos mesmos barbaros principalmente dos indios Paiaguazes (TAQUES, 1954, p. 22).

Cumprе esclarecer que embora adjective os irmãos Leme como valorosos sertanistas, o autor em pauta faz uma ressalva a respeito dos méritos desta célebre dupla, afirmando: “Porém, degenerou êste merecimento do valor em algumas extorsões e insolencias que executaram em diversas ocasiões” (TAQUES, 1954, p. 22).

Dentre os delitos praticados por estes criminosos, o linhagista destaca o seguinte:

Estes, antes de passarem ao Cuiabá, tinham obrado na vila de Itu o barbaro atentado de tirarem com violencia da casa de seus pais, para suas concubinas, a tres donzelas, filhas bastardas de João Cabral, e delas entregaram uma para estupro a Domingos Leme, amigo e parente dos insultores. Não satisfeitos desta cruel violencia roubaram ao mesmo Cabral uma filha de legitimo matrimonio para casar com Angelo Cardoso, a quem deram em dote os mesmos bens do agravado velho Cabral, tirados do seu poder contra a vontade e por força de armas. Deste desgosto enlouqueceu Cabral e perdeu logo a vida (TAQUES, 1954, p. 31).

Afora este rapto de quatro moças, filhas de um único pai, o autor da *Nobiliarquia* cita ainda um assassinato praticado pelos irmãos Leme:

Entre outras mortes que tinham executado foi a de Antonio Fernandes de Abreu, pessoa nobre, e decendente do honrado e famoso paulista, o sargento-mór Antonio Fernandes de Abreu (TAQUES, 1954, p. 31).

Este assassinato, como veremos adiante, foi crucial para que a justiça colonial iniciasse a perseguir implacavelmente os dois facínoras. Por ora, cumpre frisar que os dois delitos mencionados – o rapto quádruplo e o assassinato –, foram cometidos em Itu, antes que os irmãos Leme fossem para as recém-descobertas minas de Mato Grosso, onde tomaram posse em cargos elevados, indicados pelo “fingido amigo Sebastião Fernandes do Rego” (TAQUES, 1954, p. 30), que em momento posterior desfecharia fatal golpe nos filhos de Pedro Leme – seus indicados– favorecendo a denúncia de seus crimes às autoridades coloniais.

Porém, antes que ocorresse tal denúncia, Fernandes do Rego vislumbrava os dividendos posteriores que acabaria obtendo, convencendo Rodrigo César de Menezes a confiar cargos elevados a dois bandidos paulistas. Sobre isso escreveu Pedro Taques de Almeida Paes Leme:

O General Cezar, levado do conceito que formava do tal Sebastião Fernandes do Rego, elegeu no cargo de provedor dos quintos das minas de Cuiabá a Lourenço Leme da Silva e em mestre de campo regente a João Leme da Silva (TAQUES, 1954, p. 30).

Desconhecedor dos crimes perpetrados pelos Leme, o governador Rodrigo César de Menezes, investiu de autoridade dois homens que em pouco tempo enriqueceriam em Cuiabá, mercê de suas práticas não necessária e totalmente lícitas. Donos de muitas arrobas de ouro, acumuladas num prazo de apenas três anos, os *terríveis irmãos Leme*<sup>9</sup> foram recebidos com pompa em seu retorno a São Paulo, tendo como anfitriões o próprio governador e o *falso amigo* Fernandes do Rego. Acerca disso, escreveu o linhagista:

Tendo, pois, chegado [...] os dous irmãos Lemes, em fins do dito ano de 1719 ao Cuiabá, se recolheram ambos a São Paulo no anode 1722, abundantes e ricos de arrobas de ouro. Foram recebidos do general Cezar com todas as demonstrações de honras, que, liberal, sabia praticar com os seus suditos benemeritos. Era por este tempo muito estimado e privado do dito Cezar um Sebastião Fernandes do Rego, homem de negocio e de grandes maximas para saber

<sup>9</sup> Assim Holanda (2000, p. 48) adjetiva esses sertanistas na obra *Monções*.

conservar a sua introdução. Ele foi quem hospedou com grandeza aos Lemes na sua chegada a São Paulo, contraindo por este modo com eles uma muito particular amizade. Com este trato de hospedagem praticaram ditos Lemes muitas ações de liberalidade ou de desperdício, repartindo grandes folhetas de ouro bruto com alguns magnatas da terra, e arbitrio simulado do fingido amigo Sebastião Fernandes do Rego. Aos ditames deste se entregaram totalmente os dous irmãos Lemes, que, suposto eram pessoas de principal nobreza, comtudo não tinham adorno algum [...] tratamento civil (TAQUES, 1954, p. 30).

Parece estar claro que o autor procura ressaltar que os irmãos Leme foram vítimas de um trapaceiro, um homem que se fazia passar por amigo, enquanto queria, na verdade, apossar-se da riqueza amealhada pelos dois sertanistas nas minas cuiabanas. A rusticidade dos filhos de Pedro Leme é afirmada no texto, como característica que os tornava ingênuos, ante as urdiduras de Fernandes do Rego, negociante arguto, ágil no *tratamento civil* e na dissimulação.

Na continuidade da narrativa sobre o retorno dos Leme a São Paulo, bem como respeitante aos estratagemas ardilosos do homem que intencionava assenhorear-se do polpudo *cabedal* portado pelos sertanistas, afirmou o autor ora enfocado:

Viram-se em São Paulo estes Lemes aplaudidos e obsequiados, cobrindo por então o segredo do tempo os crimes que tinham de algumas ações de despotismo, que tinham obrado na vila de Itu [...] recolheram-se os Lemes para a vila de Itu [...] estes irmãos tinham entregue o seu grande cabedal ao tal Sebastião Fernandes, de cujas fingidas palavras e simulada amizade se tinham capacitado para esperarem dele que mandasse vir um numeroso comboio de pretos, e carregação de fazendas sêcas e generos comestíveis, para com este negocio embarcarem para o Cuiabá. Correu o tempo, e o Rego, premeditando o meio da ruína dos dous irmãos para se aproveitar [...] do grande cabedal que deles tinha recebido, concorrendo para a sua diabólica sugestão a oculta e intrínseca amizade que tinha com o desembargador Manuel de Mello Godinho Manso, ouvidor-geral e corregedor da Comarca de São Paulo, fez ressuscitar para o castigo e confisco de bens os delitos que tinham cometidos os dous irmãos João e Lourenço Leme (TAQUES, 1954, p. 30-31).

Para *ressuscitar* os crimes dos Leme, Fernandes do Rego fez contato com o filho homônimo de Antonio Fernandes de Abreu, que desde o assassinato do pai – pelas mãos dos dois mateiros em questão<sup>10</sup> – se retirara para Minas Gerais. O astuto negociante convidou o filho do morto a comparecer na Capitania de São Vicente, visando a denunciar a dupla de matadores ao juiz Mello, seu parceiro nesse ardid. Verifiquemos as palavras do genealogista:

---

<sup>10</sup> Crime ao qual já aludimos preliminarmente à página 27.

Do morto Antonio Fernandes de Abreu ficou um filho do mesmo nome e apelido, que se retirou para as Minas Geraes, onde lhe chegaram as cartas de convite de Sebastião Fernandes do Rego, de quem aceitando os conselhos e a proteção, se poz a caminho e chegou a São Paulo a tempo que os dous irmãos Leme se achavam em Itu esperando a carregação e o comboio dos pretos de que temos falado. O dito Antonio Fernandes de Abreu denunciou perante o Dr. Corregedor Mello contra os Lemes, não só da morte feita a seu pai, mas também de todos os crimes que tinham pêlas suas insolências, executado na vila de Itu [...] nesta denúncia, entrou também a morte que no sítio do Camapuan tinha feito João Leme a um carijó da sua administração por desconfiança de que tinha tratos ilícitos com uma sua concubina da mesma administração, a qual também foi morta; e com estes dous cúmplices, pela desconfiança de João Leme, perdeu a vida um rapaz pelos indícios de ser o terceiro neste ilícito trato. Antes de executadas estas tres mortes, mandou ao padre Antonio Gil, presbitero secular de São Pedro, que confessasse aos tres desgraçados carijós, o que foi feito. Foram mortos com tanta desumanidade, que o varão incurso na culpa do crime, foi primeiramente castrado e depois morto e esquartejado pelas próprias mãos de João Leme (TAQUES, 1954, p. 31-32).

Formalizadas tais denúncias por intervenção de Antonio Fernandes de Abreu – cumpre frisar, a convite de Fernandes do Rego – “Ordenou o desembargador Manoel de Mello Godinho Manso a prisão dos dous criminosos Lemes, que se achavam na vila de Itu” (TAQUES, 1954, p. 33). Depois disso, os dois assassinos escaparam mais de uma vez de cercos organizados para prendê-los, porém acabaram caindo nas garras da justiça colonial: Lourenço foi morto pelas forças repressivas enquanto dormia numa tapera abandonada, sendo que João Leme, capturado vivo, foi enviado para a Bahia, onde foi executado.

Entendemos ter sido o destino final destes sertanistas nada mais que o resultado, a conseqüência punitiva de Suas vidas voltadas para a delinqüência, o crime, o homicídio. João e Lourenço Leme foram bandidos. Por isso foram perseguidos e *justiçados* pela justiça colonial. Embora não oculte que estes bandeirantes cometeram delitos, Pedro Taques de Almeida Paes Leme se esforça por apresentá-los como “desafortunados, perseguidos e infelizes” (TAQUES, 1954, p. 22), cuja má sorte final foi causada pelos ardis de um espertalhão que cobiçava suas muitas arrobas de ouro. No texto da *Nobiliarquia*, os irmãos Leme são notadamente descritos como vítimas de um ludíbrio, homens que foram enganados e roubados, embora houvessem cometido algumas *insolências* anteriores.

É perceptível o pendor de Taques não apenas para a defesa dos paulistas que arrola em seu trabalho genealógico – como ocorreu aqui em relação aos irmãos Leme –,

como também a sua tendência para o enaltecimento da bravura sertaneja e da lealdade vassálica, como ficou claro na narrativa acerca do suposto rompante heróico protagonizado muitos anos antes pelo pai dos criminosos em pauta – Pedro Leme, o célebre *El Tuerto* –, nos Campos da Vacaria.

Ao escrever sobre Fernão Dias Pais asseverou o linhagista:

Este paulista soube conciliar um grande nome e igual respeito com grande paixão ao real serviço em todas as ocasiões que se ofereceram dele, e o seu nome depois de encher as praças do Brasil, passou aos ouvidos dos srs. reis [...] porque [...] mereceu honrosas cartas de agradecimento firmadas pelo real punho... (TAQUES, 1954, p. 61).

Notório enaltecedor das relações cultivadas entre os paulistas antigos – inclusive descrevendo os brasões de armas de não poucos deles - e a realeza portuguesa, o linhagista se presta a reproduzir na íntegra – pelo menos assim assegura – as cinco cartas recebidas por Fernão Dias, dos reis Afonso VI e Pedro II, entre 1664 e 1678. O teor dessas missivas reais aponta para a clara intencionalidade de insuflar o ânimo vassálico de Fernão Dias, visando a mantê-lo sempre como um homem a serviço da coroa portuguesa, um chefe influente, que não media esforços para postar-se sempre de prontidão, no que dizia respeito ao atendimento aos desígnios régios. Nesse momento, é pertinente lembrar que honrarias e mercês eram muito caras aos paulistas. E cartas escritas por reis eram honrarias bastante elevadas, principalmente se acenassem com a possibilidade de concessão de títulos. Sobre isso, escreveu Volpato:

... era fundamental que o rei colocasse esses vassallos a seu serviço, a fim de que eles se utilizassem de seu conhecimento do interior do Brasil e de sua técnica de penetração pelo sertão para descobrir riquezas. Para atingir esse intento o monarca era aconselhado a usar determinadas estratégias: para os paulistas mais valiam honrarias do que riquezas. O rei era aconselhado a oferecer, em troca das peregrinações, títulos e mercês [...] com esse intuito, o rei D. Afonso VI escreveu cartas de próprio punho aos bandeirantes mais famosos [...] desse teor era a carta recebida por Fernão Dias Pais em 1664 (1985, p. 91).

Não apenas Volpato comenta essa maneira de ser dos paulistas. Também Taunay<sup>11</sup> aborda essa questão. Porém, ambos os autores não reproduzem trechos das missivas recebidas por Fernão Dias, diferentemente de Taques, que envereda por uma extensa reprodução epistolar, abrangendo toda a correspondência enviada pelos monarcas ao famoso bandeirante. Reproduzidas uma após a outra, as cinco cartas régias

<sup>11</sup> TAUNAY, Afonso. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1951. (Tomo II)



revelam, de fato, a sagaz intencionalidade da coroa, no sentido de estimular Fernão Dias pela via de sua vaidade. Porém, para que essa questão ficasse satisfatoriamente esclarecida, bastaria que o linhagista citasse os trechos reveladores dessa astúcia específica do reino em relação aos paulistas. Não foi essa a opção de Taques, pelo simples fato de que seu objetivo não era, absolutamente, explicitar os estratagemas da realeza, pela qual era sabidamente fascinado, mas sim demonstrar o quão Fernão Dias era tido em alta conta pelos reis lusitanos. Se Volpato, nas últimas décadas do século XX, pretendeu explicitar que o reino manipulava a vaidade dos sertanistas mais respeitados – entre eles, Fernão Dias –, no século XVIII Taques se locupletava, ao atestar a grande consideração gozada pelo caçador de esmeraldas<sup>12</sup> junto à coroa. Para o linhagista, Fernão Dias foi um homem que “mereceu honrosas cartas [...] firmadas pelo real punho” (TAQUES, 1954, p. 61), como talvez já tenha ficado claro.

Através da glorificação e heroicização de Pedro Leme, da *vitimização* dos irmãos João e Lourenço Leme e dos elogios solenes tecidos à Fernão Dias – um homem que ordenou o enforcamento de seu próprio filho bastardo –, pode ser constatado o grande comprometimento de Taques com o enaltecimento dos bandeirantes.

Um século depois de Taques, a construção ideológica da figura do bandeirante avançou perceptivelmente, assumindo dimensões consideráveis, alimentada pelas intencionalidades da elite do Estado de São Paulo, que na incipiência da instalação da República, pretendia engendrar sua permanência no poder.

Sobre isso, escreveu Volpato:

O interesse pelo estudo do tema das bandeiras surge no final do século XIX e toma corpo no início da centúria seguinte. Esse é o período em que os cafeicultores paulistas, impulsionados por um surto de desenvolvimento que o governo imperial não tinha como atender [...] ascenderam ao poder através da Proclamação da República [...] instalados no poder, os grupos que dirigiam a empresa cafeeira colocaram a maquinaria político-administrativa a serviço de seus objetivos [...] foi a ideologia da nação veiculada pela visão mítica do bandeirante que possibilitou a identificação dos interesses dos cafeicultores paulistas com os interesses nacionais (1985, p. 19).

No contexto do alvorecer da República, o bandeirante foi veiculado como magno ascendente dos paulistas de então, os integrantes da cúpula cafeeira, homens austeros, cujas proezas, virtudes e qualidades tinham raízes profundas, espaiadas e alojadas desde tempos remotos, que remontavam aos dias gloriosos de sua

---

<sup>12</sup> Assim ficou conhecido Fernão Dias na história do bandeirismo, em virtude de sua última jornada sertaneja, que procurava por esmeraldas, mas que acabou achando apenas turmalinas.

ancestralidade sertanista. Os donos do poder nos primórdios da República descendiam dos intrépidos desbravadores das selvas da colônia. Essa era a ordem de idéias ressaltada pelo grupo político dos barões do café. Averiguemos essas palavras de Volpato:

[...] os paulistas, descendentes dos bandeirantes, deveriam assumir o destino que lhes estava reservado e, a exemplo de seus ancestrais, tomar a liderança do país. Aos paulistas os brasileiros deviam as conquistas e as riquezas do passado; aos paulistas os brasileiros deviam o desenvolvimento do presente. Sua liderança não deveria ser questionada, porque lhes era própria (1985, p. 19).

Aproximadamente trinta anos depois do prorrompimento da República, a instrumentalização política da figura do bandeirante prosseguia, agora orquestrada não pelo poder central, mas pelo governo de São Paulo que, além de promover uma plethora de publicações sobre o sertanismo, ainda investiu em pesquisas sobre o tema, demonstrando, de maneira clara, sua disposição em postar seu grande poder econômico a serviço de tal empresa. Não por acaso, o então governador paulista, Washington Luís, foi bastante admirado por não poucos investigadores do passado paulista, mormente Taunay que, na obra *São Paulo nos primeiros anos*, impressa em 1920, antes de qualquer outra palavra, escreveu: “Ao Dr. Washington Luís Pereira de Souza, homenagem grata”. Na mesma obra, louvando a postura do governador em relação à história paulista, o prolífico historiador teceu comentários encomiásticos sobre a “[...] ação contínua do Exmo. Sr. Dr. Washington Luís, tão profundo sabedor quanto cioso zelador das tradições da grande urbe que governa” (TAUNAY, 2003, p. 15). Esse panegírico que um historiador faz a um político de grande expressão é, de certa forma, um tanto sintomático. Um político que entre outras coisas, detém o poder de decisão acerca do incentivo pecuniário a ser destinado às publicações sobre o passado paulista. Chefe político e historiador ... relação baseada em interesses recíprocos? Hegemonia política e publicação de livros?

Observemos o que escreveu Laima Mesgravis:

Taunay foi um dos consolidadores do mito bandeirante, que tão bem serviu à hegemonia paulista na primeira república, quando comprovava, através da história, uma espécie de direito natural à liderança do país (2003, p. 08).

Como já mencionamos, na década de 1920 foi torrencial a publicação de obras sobre o bandeirismo. Para clarificar um pouco isso, observemos agora as palavras de Volpato:

Durante a década de 20 o governo estadual paulista estimulou e financiou projetos de pesquisa sobre o tema das bandeiras. Ao mesmo tempo, publicou documentos sobre o assunto, como a obra *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* de Pedro Taques de Almeida Paes Leme [...] e os inventários dos bandeirantes. Estes estímulos surtiram efeito e foram editados diversos trabalhos sobre o bandeirismo, entre eles a mais volumosa obra sobre o assunto, *História Geral das Bandeiras Paulistas* de Afonso d'E. Taunay (1985, p. 19).

Cumprе lembrar que *História Geral das Bandeiras Paulistas* é uma obra de grande fôlego, perfazendo onze grandes volumes, contendo centenas de páginas cada um. Destes alentados livros, seis foram publicados na década de 1920, mercê do incentivo econômico editorial propiciado pelo governo do estado. Tal influxo pecuniário também trouxe à luz do grande público a *Nobiliarquia* de Taques e os inventários dos sertanistas paulistas, desta forma ampliando sobremaneira as iniciativas individuais no que dizia respeito ao estudo do bandeirantismo, uma vez que grande quantidade de fontes foi disponibilizada em curto espaço de tempo. Faz-se ainda necessário mencionar que, Washington Luís também desempenhou importante papel por ocasião da publicação das Atas da Câmara Municipal de São Paulo, relativa aos primeiros séculos de funcionamento da edilidade. No prefácio da obra *São Paulo nos primeiros anos*, Taunay expressa seu reconhecimento por essa iniciativa de Washington Luís. Como se vê, nos primeiros decênios do século XX, estimulada formalmente pelo poder político de São Paulo, foi produzida uma torrente de obras e documentos sobre o passado bandeirante. Isso tudo, corroboremos, ocorreu até aproximar-se o final dos anos de 1920.

Verifiquemos agora o que ocorreu pouco tempo depois, quando eclodiu a Revolução Constitucionalista de 1932. Na época, várias obras historiográficas já haviam sido produzidas, logrando disseminar e amadurecer no senso comum, a figura do bandeirante herói, que então não encontrava qualquer contraponto crítico na historiografia, uma vez que as obras clássicas de Sérgio Buarque de Holanda – *Raízes do Brasil e Monções* – respectivamente de 1936 e 1945 – ainda não haviam sido publicadas. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, tal como acontecera em 1889, com a instrumentalização ideológica tramada pela elite cafeeira, a figura do bandeirante herói foi mais uma vez revivificada. Sobre isso, observemos o que escreveu Pacheco Neto:

[...] o mito do bandeirante – gestado com fins político-ideológicos no final do século XIX –, foi novamente evocado com intenções

parecidas na terceira década da centúria seguinte, quando do deflagrar da Revolução Constitucionalista de 1932, oportunidade em que o estado de São Paulo, tendo à testa seus dirigentes, pretendeu, sob o pretexto da reinstauração dos princípios democráticos, mudar os rumos do poder nacional, então exercido ditatorialmente por Getúlio Vargas. Na iminência da luta armada, bem como em seu transcurso, a ancestralidade bandeirante figurou massivamente na propaganda feita pelos representantes do poder paulista. O passado de glória dos bravos piratininganos foi revivido em hinos, jornais, panfletos e através da imprensa falada. Mandatários do progresso no passado, os habitantes de São Paulo precisavam demonstrar sua força novamente, agora não com mosquetes ou arcabuzes, mas com baionetas e fuzis calibre 44, configurando-se como os vanguardistas, os iniciadores de um novo tempo para o Brasil. O povo que já desbravara os sertões da colônia agora devassaria as brenhas fechadas da ditadura getulista (2008, p. 20-21).

Torna-se interessante observar que alguns anos depois, o mito bandeirante foi direcionado para rumos diametralmente opostos aos interesses dos *revolucionários* paulistas. Já com o Estado Novo implantado<sup>13</sup>, surgiu em 1942 a obra *Marcha para Oeste*, de autoria de Cassiano Ricardo. Referência para o estudo da concepção épica e heroizante do antigo sertanista piratiningano, este trabalho eleva o culto ao bandeirante a patamares nunca antes imaginados. Irrefragavelmente, *herói*, o bandeirante de Cassiano Ricardo é uma figura austera, rígida, perfeitamente ajustada à intencionalidade do governo central. Acerca disso, verifiquemos o que escreveu Volpato:

Derrubada e República Velha, o mito bandeirante da nacionalidade ressurgiu na obra de Cassiano Ricardo, como símbolo da ditadura nacionalista do Estado Novo [...] símbolo ideológico da ditadura nacionalista do Estado Novo, a bandeira deveria ser capaz de se identificar também com o governo forte. Para isso Ricardo confere ao brasileiro o gosto pelo governo forte, o qual seria proveniente da admiração pelo chefe bandeirante (1985, p. 19-20).

Formulando pertinentes comentários acerca do protagonismo bandeirante, tão presente na obra de Ricardo, alertando ainda para o caráter notadamente ideológico da produção do mesmo autor, escreveu Vasconcelos:

Cassiano Ricardo em *Marcha para Oeste* seguiu o rumo historiográfico adotado por Affonso de E. Taunay. Para ele o índio também surgiu em decorrência da expansão bandeirante paulista. Porém não podemos desprezar o seu comprometimento com o *espírito nacionalista e unificador* abraçado por Getúlio Vargas (1999, p. 20).

---

<sup>13</sup> O estado Novo iniciou-se em 1937, após a dissolução do Congresso Nacional, a 10 de novembro, golpe de estado que explicitou o recrudescimento das intenções ditatoriais de Getúlio Vargas.

Em Ricardo (1942), o bandeirante é instrumentalizado para legitimar o governo forte ... O governo de Vargas. É curioso constatar que o mesmo ator histórico, menos de uma década antes, servira como instrumento ideológico para os artífices paulistas da Revolução Constitucionalista, visando desalojar Vargas do poder. Ricardo é um dos principais *construtores* da figura mítica do bandeirante herói. Sua obra mais famosa, *Marcha para Oeste*, é, em boa parte, uma abundante compilação de representações sequenciais sobre os paulistas antigos. Ler Ricardo suscita, de forma imediata, um significativo sentido de alerta, de prudência no que se relaciona ao conceito de *história de cola e tesoura*, desenvolvido por R. G. Collingwood (1972) na obra *A idéia de História*. Para esse autor europeu, a história de cola e tesoura é aquela: “[...] construída com base na extração e combinação dos testemunhos de diversas fontes” (COLLINGWOOD, 1972, p. 316).

A idéia de história de *cola e tesoura* evoca a imagem de uma discursividade feita de retalhos, repleta de múltiplos fragmentos, todos eles simplesmente reproduzidos. Se reproduzir fragmentos de produções historiográficas consideradas *científicas* já não acrescenta muita coisa ao conhecimento, o que poderia ser dito da reprodução de *retalhos* de um texto épico, que promove o heroísmo de personagens históricos, como o de Cassiano Ricardo? É certo que, nesse caso, a reprodução mitológica estaria sendo efetivamente levada a cabo. Para qualquer estudioso do bandeirantismo, a obra de Ricardo deve ser refletida, relativizada com senso crítico, nunca tomada como aproximação da *verdade* ou *realidade*. Nas mãos de um historiador de *cola e tesoura*, o trabalho de Ricardo turvaria ainda mais a compreensão acerca dos bandeirantes e seu contexto. Nesse sentido, torna-se pertinente refletir sobre essas palavras de Collingwood, que postulam a necessidade de:

[...] abandonar o mundo da história de cola e tesoura, trocando-o por um outro mundo, em que a história não se escreve copiando [...] mas chegando a conclusões pessoais... (COLLINGWOOD, 1972, p. 319).

A sistematização organizada de caça aos índios, se deu nas primeiras décadas do século XVII. Essa sistematização ocorreu, uma vez que, a população indígena próxima a São Paulo estava rarefeita, e as bandeiras partiam, então, em busca de índios no sertão distante.

Em Cassiano Ricardo (1942), as bandeiras são apresentadas como agrupamentos de homens onde reinava a democracia. Observemos:

[...] o fenômeno bandeira, porém, constitui o fato social “constante e especial do planalto”. Este é o ponto de partida característico [...] O que se nota, a olhos vistos, é uma relação de causa e efeito entre o fato social e o histórico. Na bandeira, o primeiro explica o segundo. Coisa que justifica o dito de alguém para quem a história vem a ser a “biografia dos fatos sociais”. Explico melhor o meu pensamento: a realidade social do planalto produziu o fenômeno social da bandeira. As bandeiras (fatos históricos) são as datas, os roteiros e os episódios heróicos desse fenômeno bandeira. Constituem, pois, os seus dados biográficos. Mas qual era a realidade social do planalto? A miscigenação (democratização biológica) determinava a democratização social [...] o meio social isento de preconceitos de cor só existe em virtude dessa “democratização biológica” [...] sem mameluco não teria havido bandeira, sem democratização biológica não teria havido mameluco (RICARDO, 1942, p. 128).

Para Cassiano Ricardo (1942), a miscigenação é um processo vívido de democratização social, próprio do Brasil. E continua: “O hibridismo étnico da sociedade brasileira em sua origem não encontra coisa semelhante em nenhum agrupamento humano” (RICARDO, 1942, p. 129).

Na nota aos leitores da segunda edição de *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo corrobora: “A bandeira nasce – num sentido étnico – com ‘a primeira geração de mamelucos’. A democratização pela mestiçagem é, pois, o seu nascedouro. Mestiçagem resultante do conúbio dos brancos com as cunhãs do reino guaianás” (RICARDO, 1942, p. 21).

Em outras palavras, é bastante perceptível que para Ricardo, as bandeiras se caracterizavam pela igualdade entre seus membros, uma vez que esta se originou da democratização pela mestiçagem entre brancos e índias. Essa postulação de Ricardo é uma falácia, uma vez que os índios participantes das bandeiras ocupavam postos de obediência, não de mando. Vejamos as palavras de Megale, na obra *Filologia Bandeirante*:

Com relação a quem eram essas pessoas que assim iam para o sertão, a bibliografia existente as identifica como um conjunto heterogêneo de pessoas, com predominância de mamelucos, na expressão dos jesuítas, com número menor de portugueses ou filhos de portugueses com mulher branca, mas estes eram os principais, os chefes... (MEGALE, 2000, p. 22).

Torna-se bastante claro que os postos de mando eram ocupados pelos “portugueses ou filhos de portugueses com mulher branca”, não por indígenas ou mamelucos, salvo raras exceções, quando a miscigenação tinha ascendência bastante

remota. À guisa de exemplo, no tocante à chefia das bandeiras, podemos citar: Antônio Raposo Tavares, português, nascido em 1598 em São Miguel de Beja. Filho de Fernão Vieira e Francisca Pinheiro da Costa Bravo. Veio de Portugal com seu pai e fixou-se em São Paulo pelo casamento com Beatriz Furtado de Mendonça, filha de Manuel Pires. Fundou uma fazenda para os lados de Quintaúna, onde reuniu grande número de índios apresados nas suas contínuas entradas ao sertão. Conforme Franco:

[...] a ele deve o Brasil, na realidade, os tratos de terra dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e a parte meridional do Mato Grosso, onde se achavam localizados essas doutrinas, respectivamente do Guairá, do Tape e do Itatim (1989, p. 411).

Por volta do ano de 1628, Antônio Raposo Tavares chefiou uma das expedições que tinha como objetivo invadir as reduções do Guairá. Observemos o que diz Franco:

[...] noventa homens, em sua maioria mamelucos e dois mil e duzentos índios tupis, aliados dos primeiros e famosos por sua crueldade se dispunham a invadir o Guairá. O chefe dos mamelucos era Antônio Raposo Tavares [...] Antônio Raposo Tavares chefe indiscutível de toda a expedição, o qual ordenou fosse a redução atacada. Desse modo, a 30 de janeiro de 1629, foi iniciado o ataque ao Guairá, sendo arrasada a doutrina de Santo Antônio e cativado todo o gentio válido ali existente, cerca de duas mil almas (1989, p. 412-413).

O ataque ao Guairá, por Antônio Raposo Tavares e outros paulistas a ele subordinados, destruíram não apenas a redução de Santo Antônio, como também a de São Miguel, Jesus Maria, Cairu, Ibiaguira, Encarnação, São Paulo, Arcanjos e São Tomé.

Português ... chefe bandeirante ...

Um outro exemplo: Fernão Dias Pais, paulista, filho de Pedro Dias Leme e Maria Leite. Seu pai (Pedro Dias Leme), era também paulista, filho dos portugueses Fernando Dias Pais e Lucrecia Leme, foi bandeirante que realizou entradas antes de 1633, ano do seu falecimento. Exerceu cargos na Câmara de São Paulo, onde teve o posto de capitão da vila. Sua mãe (Maria Leite da Silva), era filha de Pascoal Leite Furtado. Fernão Dias Pais teve oito irmãos, sendo o primogênito. Foi o bandeirante que mais largo renome deixou na história da expansão geográfica brasileira, depois de Antônio Raposo Tavares. Segundo consta no *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, de autoria de Franco, este bandeirante,

[...] devassou desde 1638 regiões dos atuais Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo, segundo alguns,

chegado até o Uruguai. Uma de suas últimas entradas, foi à serra de Apucarana, nos sertões do Paraná, onde conquistou três tribos guaianás que trouxe para suas terras em São Paulo, situando-as à margem do rio Tietê, logo abaixo da vila de Parnaíba, tendo dessa forma a administração duma aldeia com cerca de quatro a cinco mil índios em 1661 (1989, p. 282).

Paulista ... filho de paulistas ... neto de portugueses ... chefe de bandeira...

Podemos também citar, Manuel Preto. Este era português, filho de Antônio Prêto. Veio na armada de Diogo Flores de Valdes, em 1582. Foi casado com Águida Rodrigues, filha dos portugueses Gonçalo Madeira e Clara Parente Cardoso. Manuel Prêto foi um dos maiores sertanistas de São Paulo no século XVII e desde 1602 já caçava índios no sul brasileiro. Nesse ano ainda era adolescente e tomou parte na entrada de Nicolau Barreto ao Guairá. Por volta de 1619, já tinha o título de mestre-de-campo. Em 1623 e 1624 capitaneou nova entrada ao Guairá, destruindo algumas reduções jesuíticas e trazendo numerosa escravaria indígena para São Paulo.

Sobre o ataque às reduções do Guairá, escreveu Carvalho Franco:

[...] em agosto deste mesmo ano de 1628, como mestre-de-campo, pôs-se à frente duma grande bandeira, tendo como capitão-mor seu imediato a Antônio Raposo Tavares e dirigindo-se para a região do Guairá, ali atacou e arrasou a maioria das reduções jesuíticas existentes, bem como algumas dos campos de Iguazu (1989, p. 324).

Português ... mestre-de-campo ...

Observemos agora, alguns dados sobre Domingos Jorge Velho. Ele era paulista, filho de Francisco Jorge Velho e Francisca Gonçalves. Foi um dos maiores sertanistas do seu tempo, tendo agido contra índios bravos e principalmente contra os negros rebelados dos Palmares, cuja conquista obteve em sua totalidade.

Vejamos as palavras de Carvalho Franco sobre Domingos Jorge Velho:

Desde antes de 1671 andava ele à caça de índios no nordeste brasileiro [...] no último ano citado, saiu ele do Sobrado traçando uma trajetória que durou até 1674 [...] é sabido que acompanhou o sertanista Domingos Afonso Sertão até o Piauí e depois de terem ambos combatido os pimenteiras, prosseguiu sozinho, por lado diferente, isto é, atingiu o Ceará para afugentar os cariris. Guerreou também os icós e sucurus. Descendo, foi destroçar os cabaças e os Coremas, na Paraíba [...] Em 10 de fevereiro de 1699 foi nomeado por Matias da Cunha, a mandado da Metrópole, chefe duma tropa, para dominar os índios do Maranhão, Ceará e Pernambuco [...] firmou com tais serviços a sua patente de mestre-de-campo (1989, p. 429).



Paulista ... filho de paulistas ... mestre-de-campo...

Esses exemplos foram aqui apresentados, para que se evidenciasse claramente, a chefia, a liderança bandeirantista, exercida pelos portugueses ou seus descendentes, nunca por índios. Porém, anteriormente, citamos o fato de que excepcionalmente, mamelucos comandavam bandeiras, frisando, no entanto, que a ascendência indígena, nestes casos, era bastante remota, como foi o caso do bandeirante Domingos Jorge velho. Observemos essas palavras de Holanda, em *Raízes do Brasil*:

[...] Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares e desbravador do Piauí. Na ascendência do grande régulo parnaibano o elemento português predomina francamente, embora, para acompanhar a regra, não isento de mestiçagem com o gentio, pois se não falham os genealogistas, foi tretaneto, por um lado, da filha de Piquerobi e, por outro, da tapuia anônima de Pedro Afonso (1981, p. 91).

Após todas essas averiguações, evidencia-se a inconsistência da afirmação da existência de bandeiras democráticas, tão propaladas por Ricardo (1942).

As bandeiras, grupos humanos nada democráticos, literalmente caçavam índios como animais, capturando-os para o mortificante trabalho escravo. Na historiografia, como vimos, são abundantes os relatos acerca das barbaridades e assassinatos perpetrados pelos sertanistas paulistas que foram, sem dúvida, atores históricos significativos do Brasil Colonial. Tais atores históricos são entendidos, no senso comum, como desbravadores corajosos e cristãos, responsáveis pelas dimensões continentais do Brasil. Isso é decorrente das produções da historiografia apologética que não raro, desconsidera a carência econômica vivida por esses desbravadores muitas vezes homicidas, matadores de índios. Homens pobres e práticos, em busca de solução para seus problemas. Conhecer os atores históricos do passado – nesse caso, os bandeirantes – à luz do exercício da criticidade é, de certa forma, um empreendimento libertador. Na obra *Paisagens da História*, Gaddis (2003) propõe uma importante reflexão acerca do sentido de libertação existente na investigação do passado. Averiguemos:

[...] conhecer o passado libera aquele que aprende sobre as opressões impostas por construções anteriores do passado [...] o passado, portanto, pode libertar-nos... (GADDIS, 2003, p. 166).

Entendidas aqui como elementos turvadores, *opressores* das intenções de compreensão acerca dos homens que chefiavam as expedições bandeirantistas, as

*construções* contidas na produção de Cassiano Ricardo são como peias, cadeias das quais devemos nos libertar.

Suspeitamos estar claro que as representações envolvendo a figura do bandeirante avançavam pelo século passado, sempre ajustando-se estrategicamente às intencionalidades políticas que se apresentavam em contextos diferenciados.

No ano de 1954, durante as comemorações alusivas aos 400 anos da cidade de São Paulo, várias obras consideradas clássicas foram reeditadas, como os três volumes da *Nobiliarquia Paulistana*, de Taques; *Relatos Monçoeiros*, de Taunay; *Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, de Luiz D'Alincourt e outras. Percebe-se aqui um novo alento às publicações sobre o sertanismo, a exemplo do que ocorrera mais de trinta anos antes, com o auxílio do governo do estado de São Paulo. Mencionemos também que, ao avizinhar-se o IV Centenário de São Paulo, Affonso de E. Taunay publicou *História das Bandeiras Paulistas* – condensação, em três tomos, da extensa *História Geral das Bandeiras Paulistas* –, em cuja introdução escreveu:

A aproximação da efeméride gloriosa de 1954 levou-me a considerar que, ao se comemorar a passagem do quarto centenário da fundação da capital das bandeiras, conveniente seria proporcionar ao público uma exposição abreviada, dos feitos daqueles que ‘[...] pelo Brasil, com forte braço ganharam os sertões de imenso espaço para o ânimo seu inda pequenos’ como, em 1822, versejava Evaristo da Veiga, em altissonante som.

A terra dos bandeirantes fazia aniversário. Quatro séculos de existência ... era preciso reafirmar, mais uma vez, a identidade ancestral do povo paulista, então já tantas vezes reiterada na historiografia. Àquela altura já eram bem conhecidas as obras de Cassiano Ricardo, Basílio de Magalhães, Alfredo Ellis Júnior e Affonso Taunay.

A representação do bandeirante herói, realizador de épicas empresas, pululava e repuluvava nas páginas daquela historiografia de vocabulário rebuscado e pomposo. Essa representação por vezes polimorfa – já que servira aos interesses da elite cafeeira em 1889, atendera às intencionalidades dos revolucionários paulistas de 1932, e reforçara as qualidades do ‘Governo Forte’ em 1940 –, robusteceu-se ainda mais depois do IV Centenário de São Paulo, mercê do caráter revivificador das glórias passadas, naturalmente propiciado pela passagem de tal efeméride, com óbvias reverberações para a posteridade. Esse longo processo de construção da figura do bandeirante remonta, como vimos, ao século XVIII. Desde então, num ritmo cada vez mais crescente – bem como multifacetado –, a figura do bandeirante foi sendo alçada a um patamar de evidente protagonismo, talvez não igualado na historiografia brasileira.

Os questionamentos acerca desse mito construído, bem como a crítica em relação às representações político-ideológicas oriundas dessa construção historiográfica, avolumaram-se a partir da década de 1980, através das obras *Entradas e Bandeiras* e *Bandeirismo: verso e reverso*, respectivamente de autoria de Luíza Volpato e Carlos Davidorff. Cumpre ressaltar que tais autores não foram de forma alguma, os primeiros a assumir uma postura teórica crítica em relação ao mito bandeirantista. Décadas antes, Sérgio Buarque de Holanda já apresentava, na obra *Monções – 1945* – uma versão antitética à formulação fantasiosa da historiografia apologética. O sertanista de Holanda não é um homem de botas, chapéu, escupil, mosquete e alfange, mas um homem pobre, que anda descalço pelas veredas do sertão, tendo no índio “seu principal iniciador e guia” (HOLANDA, 2000, p. 16).

Na obra de Holanda, o índio não aparece como *pano de fundo* ou *coadjuvante* do protagonista europeu, que faustosamente paramentado, *arrosta* as matarias do *hinterland*<sup>14</sup>, enfrentando desassombradamente os perigos ocultos em paragens longínquas, incógnitas. O bandeirante de Holanda é uma figura de indumentária simples, que reflete sua própria adaptação aos costumes nativos. Seus artefatos de ataque e defesa são as flechas e, eventualmente, alguma arma de fogo. Doze anos depois de *Monções*, Holanda publicava *Caminhos e Fronteiras*, obra que aprofundou alguns conceitos já enunciados no clássico que a antecedeu, destarte descendo a detalhes interessantes acerca do aprendizado do sertanista com o homem natural da terra, uma relação que favoreceu a sobrevivência do devassador que, de mero aprendiz, tornou-se com o tempo, um sertanejo destro no uso das armas agrestes, bem como conhecedor de inúmeras técnicas de sobrevivência nas matas espessas de então.

Embora tenha lançado tais obras nas décadas de 1940 e 1950, Holanda, apesar de respeitado, não logrou espalhar, num prazo imediato, sua concepção acerca do bandeirante paulista. Entendemos isso como bastante natural, já que a densa produção da historiografia apologética, bem mais antiga, há muito estendera seus *tentáculos* pelos recessos mais recônditos da sociedade, estabelecendo-se solidamente no senso comum.

O bandeirante apresentado por Holanda tornou-se, finalmente, mais veiculado, com o adensamento da historiografia crítica, a partir do início da década de 1980, cujos autores negavam a figura heroicizada do antigo habitante do planalto paulista, um homem de seu tempo, pobre e comum.

---

<sup>14</sup> Termo reiteradamente usado por Alfredo Ellis Júnior (1936) na obra *Os primeiros troncos paulistas*, referindo-se ao interior do continente.

Em 1976<sup>15</sup>, pouco antes do mencionado adensamento historiográfico-crítico ao bandeirismo, escreveu Holanda:

Foi antes de tudo a vontade de corrigir os efeitos da carência de mão-de-obra para a faina rural o que fomentou muitos episódios próprios da sociedade do planalto. Há no entanto os que, ainda hoje, só querem achar o germe e a lei íntima desses episódios no coração aventureiro do sertanista. Ou então no empenho que o moveria, de ver dilatados os senhorios da Coroa de Portugal neste continente. É de representações semelhantes que deve ter nascido uma já vasta e frondosa iconografia, onde tudo, a começar pela indumentária atribuída a heróis tão assinalados contra a realidade relutante da história, deve exibi-los a posar sobranceiros para a eternidade, como se tivessem cuidado de organizar a glória póstuma. A verdade, escondida por essa espécie de mitologia, é que eles foram constantemente impelidos, mesmo nas grandes entradas, por exigências de um triste viver cotidiano e caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo (1986, p. 26).

Em 1985, ao publicar *Entradas e Bandeiras*, Luíza Volpato lançou críticas à historiografia apologética e seus autores, especialmente Cassiano Ricardo. Claramente influenciada por Holanda, Volpato observa, com propriedade, a presença e o papel das representações iconográficas nos livros didáticos:

Nos capítulos referentes à expansão territorial, o bandeirante é apresentado, na grande maioria das vezes, como herói responsável pelas dimensões continentais do país. As ilustrações do texto apresentam quase sempre a figura de um sertanista de botas de cano alto, chapéu de aba larga, gibão acolchoado, com uma escopeta ou um bacamarte na mão. No texto é passada a visão heróica do bravo que vencendo dificuldades sem fim, conquistou áreas imensas para a Colônia e descobriu riquezas no interior do Brasil (VOLPATO, 1985, p. 17).

Mais à frente, na mesma obra, tecendo comentários críticos acerca do mito bandeirante, escreveu Volpato:

Essa versão mítica está tão amplamente divulgada e tão profundamente enraizada, que faz parte do senso comum e é tida e aceita como correta e definitiva. Ela permeia praticamente toda a literatura sobre o assunto e dificulta a busca de uma interpretação crítica do fenômeno bandeirantista (1985, p. 17).

Em 1994, veio à luz *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*, de autoria de John Manuel Monteiro, obra que tornou-se, em pouco tempo, referência indispensável, leitura bastante recomendada para os pesquisadores do

---

<sup>15</sup> *O Extremo Oeste*, última obra historiográfica de Holanda, publicada postumamente.

passado paulista, mormente aqueles cujo recorte cronológico medeia entre os séculos XVI e XVII. Na sinopse da obra, escreveu Luis Felipe Alencastro:

[...] *Negros da terra* relança e renova a historiografia do bandeirismo. Nascido sob estímulo das elites locais, os estudos sobre o movimento bandeirantista forjaram as bases culturais da identidade paulista na primeira metade do século XX [...] *Negros da terra* derruba esta mitologia periclitante [...] minimizada pela historiografia apologética, a questão do apresamento indígena é tema central na obra de John Manuel Monteiro, que enfoca a escravidão indígena como um importante componente do processo colonizador no planalto paulista.

Para que verifiquemos isso, vejamos essas palavras de Monteiro:

A formação da sociedade paulista no período colonial estava estreitamente ligada ao processo de transformação de um sertão inculto em núcleos populacionais razoavelmente estáveis, processo acompanhado pela evolução da escravidão indígena (2000, p. 189).

Nada épico, nada herói, o bandeirante de Monteiro não protagoniza a história do Brasil Colonial, mas aprisiona e escraviza um ator histórico imemorial, que estava aqui muito antes dele. Importante lembrar que Cassiano Ricardo, talvez o maior de todos os apologistas do bandeirismo, pretendeu direcionar o entendimento da questão do desbravamento para a busca de minérios valiosos. Ricardo postulava que mitos sobre riquezas e fortunas escondidas nos sertões foram, prioritariamente, os principais elementos motivadores das marchas sertanistas, chegando a afirmar que “esses mitos, sim – arrastaram os grupos terra adentro” (RICARDO, 1942, p. 46).

Em 1999, Cláudio Alves de Vasconcelos publicava *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Nesta obra, tecendo considerações críticas sobre as postulações de Ricardo, escreveu Vasconcelos:

Na obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo tentou eximir o bandeirante de responsabilidade sobre a chamada fase da *bandeira de preta*, dando um significado mais complexo ao bandeirantismo (1999, p. 104).

No ano 2000, Lylia da Silva Guedes Galetti, formulando pertinentes assertivas acerca das representações sobre Mato Grosso, observou que a figura do bandeirante serviu de base para a elaboração ou construção dos *heróis* mato-grossenses na historiografia regional.

Observemos essas palavras:

Nos quadros do Instituto Histórico Mato-Grossense, fundado em 1919, é ainda a conquista territorial e a defesa da fronteira contra os

espanhóis, na esteira da narrativa fundadora do IHGB<sup>16</sup>, que vão produzir os heróis e grandes personagens da história regional, tidos como herdeiros das qualidades atávicas dos bandeirantes paulistas ... (GALETTI, 2000, p. 80).

Vejamos que Galetti demonstra a influência exercida pela historiografia dominante nos primeiros decênios do século XX, contribuindo para o entendimento de que as produções dos Institutos Históricos fundamentavam-se nas representações épicas e heroizantes acerca dos bandeirantes.

Entendendo que tais representações foram disseminadas a partir das produções paulistas, escreveu também Galetti:

Nestas representações [...] consolidadas no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, o povoamento e a colonização de Mato Grosso se definirão como um importante capítulo da grande epopéia fundadora da *base física da nacionalidade*, levada a cabo pelo bandeirante: a conquista dos sertões do oeste e a demarcação da fronteiras coloniais que teriam garantido ao Brasil a sua dimensão continental (2000, p. 79-80).

Dessas palavras, depreende-se o entendimento de que Mato Grosso entra para a história como palco da expansão bandeirante. Para que possamos verificar o quão são próprias as palavras de Galetti, observemos o que afirmou um dos mais conhecidos membros do Instituto Histórico Mato-Grossense, Virgílio Corrêa Filho:

[...] não se enganaram os destemerosos representantes do bandeirismo paulista ao plantarem no centro geométrico da América do Sul o arraial, a cujo engrandecimento consagraram os melhores esforços de que seriam capazes. A audácia afigurava-se maior da marca. Mas o acerto da escolha garantir-lhe-ia a expansão futura, como prova cabal da força criadora daqueles rudes sertanejos, cujos descendentes, aprimorados pela cultura, aqui se reúne para ouvir um parente afastado, nascido na própria localidade em que se imortalizou Pascoal Moreira Cabral e sua gente (1946, p. 50).

Essas palavras foram proferidas pessoalmente em 1946, diante de Affonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Júnior, Afonso Arinos de Mello Franco e Joaquim Ribeiro, por ocasião das conferências que deram corpo à obra intitulada *Curso de Bandeirologia*, patrocinada pelo Departamento Estadual Paulista de Informações. Fica claro que, ao expressar-se, Virgílio Corrêa Filho atribui aos bandeirantes qualidades como destemor e audácia, além de reputá-los como os responsáveis pela expansão territorial. Porém, mais significativa ainda é a sua clara intenção de firmar sua ancestralidade ou ascendência, uma vez que ele próprio porta-se

---

<sup>16</sup> Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

como um descendente, um *parente afastado* dos sertanistas paulistas, cujo local de nascimento foi a paragem descoberta pelo bandeirante Pascoal Moreira Cabral.

Corroboremos que essa breve abordagem que ora fazemos acerca de Virgílio Corrêa Filho visa, sobretudo, verificar o quão são pertinentes as asserções de Galetti, quando em 2000 argumentou acerca da influência da historiografia tradicional ou apologética – heroicizante do bandeirante – em relação aos autores mato-grossenses, pela via dos Institutos Históricos.

Neste ponto de nosso texto, cumpre observar que na cronologia por nós traçada sobre a construção da figura do bandeirante, avançamos desde o século XVIII até o final do século XX, quando começou a espriar-se um entendimento antitético em relação à figura tradicional do bandeirante. Contudo, tal entendimento parece estar mais circunscrito ao restrito círculo dos pesquisadores acadêmicos. O *novo* bandeirante ainda não faz parte do imaginário coletivo. O bandeirante mestiço, descalço e *indianizado* nos costumes ainda não é, de forma alguma, uma figura largamente conhecida, *inscrita* no senso comum. Prova disso é a matéria de seis páginas intitulada *Faroeste Caboclo*, publicada na revista *Aventuras na História*, edição nº 25, de setembro do ano de 2005. A revista mencionada é da Editora Abril, com distribuição massiva por todo o território nacional, trazendo como proposta editorial a abordagem de temas históricos em linguagem coloquial, simples e objetiva, não sendo, portanto, uma publicação científica, na acepção literal da palavra. Contudo, cumpre informar que a matéria *Faroeste Caboclo* traz participações dos historiadores Ronaldo Vainfas e John Manuel Monteiro. Observemos este trecho da reportagem:

[...] mas é bom tirar da cabeça a imagem heróica daqueles patriarcas com chapelão, pistola luzindo e botas de couro que se vê por aí. ‘O curioso é que só nos últimos dez ou quinze anos se tenha passado a revisar com mais empenho tal visão tradicional, embora a crítica dela venha de longe’, diz o historiador Ronaldo Vainfas, da UFF (Universidade Federal Fluminense). Os bandeirantes do mundo real, que saíram de São Paulo para varrer o interior do Brasil nos séculos 17 e 18, eram selvagens, paradoxalmente muito parecidos com os índios cujo cativo ou assassinato era seu ganha-pão (LOPES, 2005, p. 49).

Vejamos agora este outro trecho da mesma matéria:

Sempre descalços, os caçadores de índios usavam tanto o arco e a flecha quanto espadas, facões e armas de fogo. Suas armaduras eram couro de anta ou camisas cruas de algodão acolchoado. E, como qualquer cacique, comandavam guerreiros indígenas – seus escravos. ‘Eles não substituíram os caciques. Ainda assim, é intrigante como as relações de poder e reciprocidade mostram um padrão tupi’, diz o

historiador John Manuel Monteiro, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) (LOPES, 2005, p. 50).

Toda a argumentação da reportagem prossegue no mesmo viés crítico. Além disso, as ilustrações que acompanham o texto são contraposições claras à iconografia heroizante do bandeirante. A *chamada de capa* alusiva à matéria foi assim elaborada: “*Bandeirantes: a nova face dos caras que expandiram as fronteiras do Brasil*”.

Feitas essas considerações, formulemos as seguintes perguntas: Acaso o bandeirante descalço e mestiço fosse já de amplo conhecimento público, teria a revista em pauta se dado ao trabalho de fazer um texto ilustrado sobre o tema, buscando ainda o respaldo de abalizados pesquisadores acadêmicos? Mostraria a revista *a nova face* de conhecidos atores históricos, caso essa *nova face* já fosse conhecida pela maior parte dos brasileiros?

Neste momento, cumpre refletir um pouco sobre o que escreveu – acerca do mito bandeirante – Vianna Moog:

[...] houve uma imagem que foi promovida a símbolo e isto é sumamente importante. Uma vez idealizada uma imagem e convertida em símbolo, será muito difícil deslocá-la ou substituí-la (1985, p. 173).

Escritas na década de 1950, essas palavras parecem ser adequadas para qualquer reflexão sobre as representações da figura do sertanista paulista, pois direcionam o leitor para o entendimento acerca das dificuldades de estabelecer-se uma nova versão ou visão, um novo *olhar* sobre um personagem histórico, mitificado, cristalizado como herói nas páginas da historiografia apologética.

Estamos já no final da primeira década do século XXI, porém continua dominante, de maneira bastante evidente, o resultado da construção ideológica da figura do sertanista paulista. O herói bandeirante, descobridor do ouro e dilatador das fronteiras do Brasil, prossegue imponente neste início de século, impedindo que vislumbremos o homem descalço que atormentado pela pobreza, saiu pelas matas brasileiras, apresando índios e despovoando áreas consideráveis, semeando desertos atrás de si. Esse homem precisa ser, com urgência, mais amplamente conhecido.



## CAPÍTULO II

### BANDEIRANTES EM MATO GROSSO

Corria o ano de 1722. Andando pela selva à cata de mel, dois índios encontraram o ouro de Cuiabá, dando ensejo à célula germinal de onde surgiria a atual capital de Mato Grosso, cidade que pelo censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – de 2007, abriga 526.830 habitantes. Os indígenas em questão caminhavam, então pelas veredas estreitas de seu próprio elemento ou ambiente, ou seja, a floresta. Contudo, a paragem específica por onde os dois nativos avançavam era, sob o ponto de vista do civilizado, considerada distante e afastada, já que se situava no âmago do continente, quase exatamente em seu centro geográfico. Segundo as palavras de Taunay, a:

... descoberta se realizara prometendo imensos proventos. Verdade é: em região incomparavelmente menos acessível que a das Minas Gerais, e a enorme distância da costa, ilhada no coração da selva, atingível após a mais penosa e perigosa das travessias [...] este segundo eldorado se devia novamente aos paulistas... (1951, p. 13)

Estas palavras estão escritas no Capítulo I de sua obra intitulada *História das Bandeiras Paulistas* (Tomo I) onde sequer uma única palavra consta a respeito do achamento do ouro de Cuiabá pela dupla de nativos já mencionada. Essa omissão é na verdade, algo que não nos causa surpresa, já que o papel histórico do índio sempre foi escamoteado, vilipendiado ou no mínimo minorado na produção de significativa parcela da historiografia brasileira. No artigo intitulado *O escravo índio, esse desconhecido*, asseverou John Monteiro:

Sublinhamos a importância da presença indígena nos primeiros séculos da história do Brasil. Não se trata de um simples “resgate” do homem esquecido, nem de uma exaltação dos oprimidos ou vencidos da história. Antes procuramos demonstrar que a história, embora escrita e distorcida por uma pequena minoria com interesses próprios, foi feita e vivida por agentes muitas vezes desconhecidos. De fato, a história dos índios apresenta um claro exemplo da omissão de um ator significativo nos livros de história mais convencionais, pois com a construção da figura do bandeirante, entre outros mitos da colonização, o papel histórico dos índios foi completamente apagado (2000, p. 119).

A grande maioria dos historiadores, ao abordar o achamento do ouro cuiabano, não menciona os índios que procuravam mel em meio à mata mato-grossense<sup>17</sup>. Na inércia deste silêncio historiográfico, duas vozes se fazem ouvir, configurando-se como exceções louváveis: Sérgio Buarque de Holanda, em *Monções* e C. R. Boxer, em *A idade de ouro do Brasil*. Averigüemos o que escreveu este último autor, acerca do encontro do ouro cuiabano:

Como também acontecera em Minas Gerais, muitos mineiros tiveram pouco ou nenhum lucro, enquanto poucos, mais felizes, fizeram descobertas realmente ricas. Entre êsses estava um paulista chamado Miguel Sutil e seu sócio português João Francisco. Quando ocupado em plantar uma roça na margem do rio Cuiabá, Sutil mandou, certo dia, dois de seus carijós à floresta, afim de conseguir algum mel selvagem. Os ameríndios voltaram depois de escurecer e não traziam mel algum, mas, quando Sutil começou a repreendê-los por terem desperdiçado seu tempo, o mais ladino entre os dois selvagens interrompeu-o, dizendo: “Vós viestes a buscar ouro ou mel?” Seguindo as palavras com a ação, os carijós entregaram a seu senhor vinte e três grãos de ouro, pesando 128 oitavos. Sutil e seu sócio ficaram excitadíssimos com tal golpe de sorte ... Mal amanheceu, no dia seguinte, os dois carijós guiaram-os... O ouro estava tão próximo da superfície que podia escavá-lo com as mãos, e quando, ao anoitecer, voltaram para o seu acampamento, Sutil tinha conseguido meia arroba de ouro, e seu sócio mais de 600 oitavas (BOXER, 1963, p. 225).

Habitantes ancestrais do Brasil, os indígenas há muito haviam trilhado as veredas das matas coloniais, há muito já haviam perlongado, vadeado ou navegado os cursos d'água, os rios que sulcavam os *desertos*, à época jamais explorados por portugueses ou espanhóis. Muito antes do sorocabano Miguel Sutil, muitos índios já haviam pisado e repisado o húmus da floresta primitiva, que medrava onde hoje se ergue Cuiabá.

O primeiro explorador não-índio a penetrar profundamente em terras hoje pertencentes a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi o sertanista paulista Manuel de

---

<sup>17</sup> É válido lembrar que, dentre vários autores que não mencionam os dois índios que descobriram o ouro cuiabano, constam duas autoras cujas obras são consideradas críticas e de cunho revisionista. Na obra intitulada *A conquista da terra no universo da pobreza* – dissertação de mestrado transformada em livro – escreveu Luiza Volpato: “... Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro nas margens do rio Coxipó em 1719. Com a descoberta de nova jazida, por Miguel Sutil, junto ao córrego da prainha em 1722, o povoamento foi transferido para as imediações do Morro do Rosário e elevado à categoria de vila – Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá – por Rodrigo César de Menezes em 1727” (1987, p. 30-31). Já na tese doutoral intitulada *Nos confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, Lylia da Silva Guedes Galetti escreveu: “Coube ao sorocabano Miguel Sutil o grande achado de 1722, às margens do córrego da Prainha, onde no mesmo ano, se levantou o arraial do Senhor Bom Jesus de Cuiabá” (2000, p. 56).

Campos Bicudo<sup>18</sup>. O nome desse bandeirante está associado, inextricavelmente, ao início do desbravamento sistemático do oeste, levado a cabo pelos habitantes da Vila de Piratininga, homens mateiros por excelência.

Na obra *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, Francisco de Assis Carvalho Franco escreveu que Manuel de Campos Bicudo:

...Realizou vinte e quatro entradas nos sertões do rio Grande e do rio Paraguai, sendo três como soldado e vinte e uma como capitão-mor da tropa. Das suas expedições sabemos que cerca de 1671, com seu filho Antônio Pires de Campos e sempre à caça do indígena, vislumbrou as minas do celebrado Martírios [...] Em 1675 ganhava ele o norte de Mato-Grosso, chefiando temerária algara contra os selvícolas. Em 1679, andava no Rio Paraguai... (FRANCO, 1985, p. 73).

Antonio Pires de Campos cresceu acompanhando as jornadas sertanejas de seu pai, Manuel de Campos Bicudo<sup>19</sup>. A célebre narrativa da Serra dos Martírios, como se depreende dessa citação de Franco, teria surgido de uma dessas incursões de Bicudo no oeste, quando seu filho teve a oportunidade de brincar com granetes do abundante ouro que existia na região, além de haver contemplado a mítica Serra dos Martírios. Tempos depois desse alegado avistamento por Pires de Campos, propalou-se cada vez mais a narrativa acerca de uma maravilhosa montanha, resplandecente e brilhante, a sinalizar o ponto onde jaziam fantásticas riquezas minerais.

Desta forma, na última década do século XVII, circulava entre os sertanistas o mito de:

<sup>18</sup> Aqui a ressalva quanto aos exploradores anteriores, remontando até o século XVI.

<sup>19</sup> Numa dessas jornadas, ocorreu, ao acaso, em pleno sertão oeste, o encontro da tropa de Manuel de Campos Bicudo com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), que trazia consigo seu filho homônimo, ainda adolescente, que seria conhecido no futuro como o segundo Anhanguera. Nessa oportunidade, o filho de Campos Bicudo – Antônio Pires de Campos –, então também bem jovem, travou amizade com o segundo Anhanguera, ainda um bandeirante mirim. Estes dois jovens, embora não se associassem futuramente em empreitadas sertanistas, foram os dois maiores propaladores da existência da Serra dos Martírios, que se ergueria incógnita em algum lugar do oeste, nas matarias primitivamente perlustradas por seus respectivos pais, Manuel de Campos Bicudo e Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera. Sobre o avistamento da Serra dos Martírios, bem como sobre o encontro das duas bandeiras em pauta, nos sertões do oeste, escreveu Basílio de Magalhães: “Manuel de Campos Bicudo fizera 24 entradas no sertão, devassando a vasta zona que se estende desde o Planalto dos Parecis até a parte meridional do Paraguai. Na que realizou [...] com a mira de conquistar os índios serranos levou apenas 60 homens, além do filho Antônio Pires de Campos, de 14 anos de idade. Após muitos meses de viagem [...] se lhes deparou uma serra, a que, por desenhos naturais observados nos penhascos e semelhantes aos símbolos da paixão de Cristo, deram o nome de Martírios, outra célebre lenda na nossa história, análoga à das Minas de Prata, até hoje sem descobridor [...] lá, no recesso do sertão [...] com eles foi dar a bandeira do primeiro Anhanguera [...] da qual fazia parte o filho, então de 12 ou 13 anos de idade...” (MAGALHÃES, 1944, p. 173). Esses dizeres de Magalhães, além de abordar o encontro das duas bandeiras, bem como a lenda dos martírios, auxiliam a reflexão acerca da grande área percorrida por essas expedições no oeste, abrangendo regiões não apenas pertencentes a Mato Grosso do Sul, mas também ao Paraguai e à Goiás.

... uma serra dourada, avistada uma vez e para sempre perdida no mais recôndito dos sertões do oeste. Chamaram-na dos *Martírios* porque, por *obra da natureza*, conforme versão do sertanista Antônio Pires de Campos, apresentava *umas semelhanças da Coroa, lança e cravos da paixão de Jesus Cristo*. Seu relato sugere a visão de paredões de cristais onde o sol se refletia iluminando a mata, por ela serpenteando um rio, em cujo leito rebrilhavam pepitas de ouro em grande profusão. Pires de Campos teria catorze anos de idade, quando teria avistado, pela primeira e última vez, a Serra dos Martírios. Acompanhava uma bandeira chefiada por seu pai, o sertanista Manuel de Campos Bicudo. Realizada por volta de 1670, a bandeira varara a região entre os rios Cuiabá e Paranatinga, em busca de índios para aprisionar. Nesse trajeto, os sertanistas teriam avistado a serra fantástica e armado pouso nas margens do rio que lhe corria aos pés. Ali, lembrava-se Pires de Campos de ter brincado com os preciosos granetes amarelos, aos quais só viria a dar importância passados muitos anos, quando foram descobertas as Minas Gerais e o ouro passou a ser valorizado (GALETTI, 2000, p. 54-55).

Pires de Campos, asseverando haver presenciado grande opulência mineral nas matas do oeste, quando de uma das jornadas que havia feito em companhia de seu pai – que é a que Galetti apontou –, alimentou a idéia de retornar àquela região longínqua, que tantas recordações lhe trazia, insuflando-lhe anseios de riqueza. Convém lembrar que essas cogitações animavam Pires de Campos antes da descoberta do ouro de Cuiabá, pelos dois índios meleiros de Miguel Sutil.

No artigo intitulado *As bandeiras na expansão geográfica do Brasil*, escreveu Myriam Ellis:

Das primeiras expedições responsáveis pelo descobrimento do ouro em Mato Grosso, cumpre citar, em primeiro lugar, a de Antônio Pires de Campos, que mais ou menos em 1716 marcou o rumo até Cuiabá à procura da Serra dos Martírios. Já estivera por aquelas paragens, quando adolescente, em 1675, em companhia do pai, Manuel de Campos Bicudo. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme, seguindo o mesmo caminho, descobrira ouro no Coxipó Mirim (1997, p. 295).

Como se percebe, a rota trilhada por Pires de Campos, norteou o avanço de Moreira Cabral por terras mato-grossenses, por volta de dois anos depois.

Sobre as atividades sertanistas de Antônio Pires de Campos, bem como acerca de seu pioneirismo na subida do rio Cuiabá, escreveu Carvalho Franco:

Desde adolescente, em 1673, tomou parte em entradas nas regiões do baixo Mato Grosso e de Goiás, com seu pai e depois, em 1679, com seu sogro, Salvador Jorge Velho, nas minas de Paranaguá [...] Concebeu então o projeto de voltar à região dos araes, onde já havia estado com seu pai [...] saiu desse modo cerca de 1716 para a região do baixo Mato Grosso [...] ali começou a perseguir o gentio

aripoconé, subindo como pioneiro o rio Cuiabá, arrasando-lhe várias aldeias... (1989, p. 103).

Também sobre o pioneirismo de Pires de Campos no rio Cuiabá, afirmou Holanda: “O próprio rio Cuiabá, percorreu-o Antônio Pires de Campos [...] foi o primeiro descendente de europeus a atingir essas remotas paragens...” (2000, p. 43-44).

O sertanista em questão acabou morando em Cuiabá:

Fixou-se ao pé da Serra de São Jerônimo, junto a uma lagoa que se chamou depois do Pires e de onde mofava, em 1725, da idéia do seu amigo, o segundo Anhanguera, Bartolomeu Bueno da Silva<sup>20</sup>, ainda estar en selvado, na obsessão da busca do ouro dos araaés, por trilhas que nunca foram sabidas (FRANCO, 1989, p. 103).

Já longevo, Pires de Campos retornou à São Paulo, onde ainda exerceu o cargo de capitão-mor da vila de Itu, lá falecendo em 1749, com noventa anos de idade. Seu filho homônimo, conhecido por “Antônio Pires de Campos – O Moço”, também atuou intensamente em Mato Grosso, onde era conhecido pelos bororos como “Pai-Pirá”, que significa “Pai Comum”, “Pai de todos”.

Sobre este sertanista, escreveu o Padre Manuel Aires do Casal<sup>21</sup>, citado por Franco:

No meio do século passado, vivia entre o Parnaíba e o Rio Grande uma horda de bororos, cujo cacique era então um paulista chamado Antônio Pires de Campos, moço de muita esperteza, habilidade e gênio para fazer desse povo quanto dele se pretendesse por sua entremediação. Este homem a quem seus crimes fizeram procurar tal sociedade, morreu entre os anos de cinquenta a sessenta de uma flechada num braço, em um encontro com os caiapós. Seus camaradas medicaram-lhe o braço muitos dias com toucinho assado quente [...] choraram-no por espaço de um mês, como o “Pai Comum” (1989, p. 103).

Dessas palavras, depreende-se o entendimento de que o Pai-Pirá foi um criminoso, um foragido da justiça, um homem astuto, que refugiou-se entre os bororos, tornando-se um líder entre eles e fazendo deles o que queria. Cumpre esclarecer que este Antônio Pires de Campos – O Moço, foi um dos maiores assassinos de índios das matas do oeste, agindo como um agente importante da ação colonizadora portuguesa, até que morresse neste mister. Sobre essa questão, escreveu Carvalho Franco:

<sup>20</sup> À frente abordaremos a atuação do segundo Anhanguera em terras mato-grossenses.

<sup>21</sup> Estes escritos de Aires do Casal são de 1817, de sua obra *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do reino do Brasil*.

... O Moço [...] guerreou os caiapós de 1739 até fins de 1751, em que morreu pelas mãos dos mesmos [...] É certo que em 1741 se achava em Cuiabá e dali foi, com seus bororos de arco e flecha, para Goiás, substituir Ângelo Prêto de Godói, na luta contra o gentio caiapó... (1989, p.130-104).

A eficácia dos métodos violentos do Pai-Pirá, à frente de sua *horda* de bororos, acabou por conferir-lhe a confiança do governador de Goiás, que já no ano seguinte firmava um acordo com o mateiro paulista, explorando-o desabridamente, mediante mirrado pagamento. Carvalho Franco esclarece que o bandeirante em pauta, no ano de:

... 1742 fez um ajuste com o governador de Goiás, Dom Luís de Mascarenhas, para combater todos os índios que infestam as minas dessa região e de Cuiabá, tais como os guaicurus, paiaguás, caiapós e outros. O governador pagava-lhe a irrisória quantia de uma arroba de ouro. Dessa guerra resultou os mineiros dessas paragens poderem viver sossegados cerca de sete anos (1989, p. 103).

As intervenções do paulista como se percebe, surtiram resultados de prazo duradouro. De 1741 a 1748, os habitantes das minas vivenciaram um período em que a agressividade indígena feneceu quase completamente. Contudo, com o revivescimento da resistência nativa, foi feito um novo acordo entre o governador goiano e o Pai-Pirá:

Volvendo porém o flagelo, a 15 de junho de 1748, novo ajuste foi celebrado entre o bandeirante e o mesmo governador, mediante a mercê do hábito de Cristo, tença de cinqüenta mil réis e o ofício durante toda sua vida de escrivão da superintendência geral das minas... (FRANCO, 1989, p. 103).

Está claro que desta feita, o acordo foi bem mais compensador para o sertanista, que a partir de então, deu continuidade ao combate aos índios de maneira ainda mais encarniçada:

... Antônio Pires de Campos, o Moço, foi então ocupar, com seus bororos, o Rio das Pedras, em 1748, no caminho de Goiás e daí começou a lançar bandeiras parciais contra o gentio caiapó, espalhados entre o rio Mogi e a Vila Bela. Foi uma refrega tão crua que por muito tempo os caiapós não ousaram mais aproximar-se das lavras mineiras. Ao recomçarem porém os seus ataques, Antônio Pires de Campos, o Moço, saindo-lhes ao encalço, foi flechado por um desses selvícolas, com flecha ervada (FRANCO, 1989, p. 103-104).

Essa flechada, como já abordamos anteriormente<sup>22</sup>, pôs fim à carreira nada pacífica do mateiro em questão. Sua morte ocorreu entre o final de 1751 e o início do próximo ano, já que em 25 de janeiro de 1752, uma carta do conde dos Arcos informava o conselho ultramarino sobre o ocorrido.

Tempos depois, um sacerdote católico escrevia sobre o Pai-Pirá:

Consta que fez barbaridades espantosas e grande mortandade, chegando até a aldeia grande do caiapó [...] nas vizinhanças de Camapuã, em que se não animou a entrar por serem inumeráveis os seus habitantes: mas aliviou de alguma sorte o povo, tornou mais praticável o caminho de São Paulo (Padre Souza, *apud* FRANCO, 1989, p. 104).

Também um militar, o alferes José Pinto da Fonseca, deixou escrito um relato onde transparece claramente a crueza das ações de Pires de Campos, o Moço. Para que possamos averiguar essa questão, observemos essas palavras:

... Antônio Pires de Campos, paulista e tratando a esta nação dos carajás debaixo de paz e amizade por alguns dias, no fim deles lhes deu de improviso na principal aldeia, não dando vida nem ainda aos próprios inocentes, de cujos gemidos ainda hoje soam os ecos nos ouvidos desses miseráveis, não podendo referir estas justas queixas, sem que as lágrimas testemunhem a sua dor. Feito este estrago, apanhou muitos prisioneiros e os conduziu em correntes para seus cativos. Passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho amarrar estes prisioneiros em árvores, fazendo dar-lhes por divertimento muitos açoites, que era para os fazer conhecer cativo. Pelas fazendas do sertão, trocou muita desta gente por gado e cavalos e a maior parte fugiu para a sua pátria, publicando nela a tirania dos brancos (COSTA, *apud* FRANCO, 1989, p. 104).

Não há dúvida de que as ações do Pai-Pirá foram violentas. Franco deixa isso claro, alicerçado no Padre Aires do Casal, no padre Souza e Silva e no alferes Pinto da Fonseca.

Na verdade, a violência contra os índios, nesse caso especialmente contra os caiapó, era resultante do processo de colonização que então ocorria nas regiões centrais do Brasil. O inexorável avanço das forças colonizadoras, provocou o ânimo guerreiro e a resistência dos habitantes ancestrais daqueles sertões, desencadeando uma situação de claro acirramento da violência, tanto por parte dos devassadores, quanto por parte dos indígenas. Os sertões do centro-oeste, constituíram um palco – como ocorreu em outras regiões do Brasil –, que ofertou um cenário de homens que, sem qualquer demonstração de respeito, invadiram os domínios de outros homens. Procurando escravizá-los, bem

---

<sup>22</sup> Página 52.

como tirar de suas terras um metal amarelo, que lhes servia para auferir lucro pecuniário – já que eles nem sabiam o que significava isso –, mas para enfeitar, para ornamentar seus objetos pessoais, tais como colares, braceletes e botoques. O devassamento trouxe a violência, que por sua vez gerou a resistência, não raro também através da violência. Invasores, intrujões, os bandeirantes nada de bom trouxeram aos índios. No caso específico dos Pires de Campos em Mato Grosso (pai e filho, ambos respectivamente – é bom lembrar – filho e neto do patriarca Manuel de Campos Bicudo, que também atuara em Mato Grosso), registrou-se uma atuação que remontou a dezenas de anos, causando danos sérios e irreparáveis à população autóctone.

Em seu estilo rebuscado, superlativo e triunfalista, sobre os homônimos Pires de Campos, notórios matadores e escravizadores de índios, escreveu Taunay:

Das maiores figuras do bandeirantismo foram certamente os dois ituanos<sup>23</sup>, homônimos, Antônio Pires de Campos, pai e filho [...] à notável existência do primeiro Antônio Pires de Campos pontuaram enormes jornadas nas terras do âmagu de nosso continente [...] o seu grande campo de atuação vieram a ser enormes áreas mato-grossenses e goianas, onde sertanizou dezenas de anos (1951, p. 253).

Não muito longe deste trecho, na mesma página, o autor em pauta corrobora que o primeiro Pires de Campos: “... Deve ter realizado enormes jornadas no imenso território mato-grossense, jornadas que se efetuaram no decurso de muitos anos” (TAUNAY, 1951, p. 253).

O mesmo historiador ainda procura lembrar que, quando menino, acompanhando seu pai Manuel de Campos Bicudo, o primeiro Antonio Pires de Campos encontrou, nas matas do centro-oeste, com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, que trazia consigo seu filho homônimo, ainda bem jovem, em faixa etária equivalente à de Antônio Pires de Campos<sup>24</sup>: “Entre 1670 e 1673 se realizou a expedição aos Araés em que Pires e Bartolomeu Bueno, ambos meninos, se encontraram” (TAUNAY, 1950, p. 44).

---

<sup>23</sup> No Museu de Itu, terra natal dos bandeirantes em questão, há um grande painel iconográfico, de autoria de Antônio Luiz Gagni, ofertando uma imagem que representa o Pai-Pirá à frente de seus bororos. Informação obtida em TAUNAY, 1951, p. 257

<sup>24</sup> Este Pires de Campos chegou a possuir farta escravaria, em sua fazenda nas proximidades de sua terra natal: “Afazendara-se [...] em Itaici, a vinte quilômetros de Itu. Ali chegou a ter centenas de índios aldeados (TAUNAY, 1951, p. 253).



Acerca disso, porém noutros termos, Taunay afirmou que o primeiro Antônio Pires de Campos<sup>25</sup>: “Sertanizando, menino ainda, com seu pai, Manuel de Campos Bicudo, teve [...] o ensejo de se encontrar com a bandeira dos dois Anhangueras, pai e filho, em terras mato-grossenses ou goianas” (TAUNAY, 1951, p. 253).

Os homônimos Bartolomeu Buenos da Silva se notabilizaram na história do sertanismo, como dois preadores de índios e pesquisadores de riquezas minerais, ambos oriundos do planalto piratiningano.

Sobre Bueno da Silva, o pai, escreveu Franco:

... Em 1682 penetrou o sertão [...] e descobriu ouro [...] teve ele o apelido de Anhanguera, pois vários autores atribuem-lhe o fato de ter deitado fogo certa quantidade de álcool, dizendo ao gentio que era água, e que ele, quando quisesse, faria o mesmo aos rios do local, o que sobremodo aterrorizou o dito gentio que o ficou chamando “Diabo Velho”, que tal é o significado de Anhanguera (1989, p. 372)

Sobre essa mesma expedição chefiada pelo primeiro Anhanguera, na obra *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, escreveu Magalhães:

... Afora os muitos escravos que apresou [...] deparou-se igualmente ouro ao sertanista audaz, a quem os índios o revelaram, amedrontados pela ameaça de serem queimados os seus rios, como o paulista fizera à cachaça, que antes ele pusera a arder numa escudela (1944, p. 174).

Apresador contumaz, o Diabo Velho – ou *sertanista audaz*, como elogiosamente o adjetivou Magalhães – era também um homem que não estava desatento, de maneira alguma, às possibilidades de encontrar minerais valiosos. E para encontrá-lo, não titubeava o paulista em amedrontar os nativos, usando de estratégias ou ardis, que renunciavam possibilidades por eles – os índios – desavisadamente consideradas aterrorizantes, tais como rios e cursos d’água em chamas.

Na obra *Viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá*, o militar português Luiz D’Alincourt<sup>26</sup> também aborda essa artimanha do álcool/aguardente em chamas, utilizada pelo primeiro Anhanguera. Não reproduziremos aqui o que escreveu este autor sobre este artilheiro específico, pois quanto a isso já citamos Franco (1989) e Magalhães (1944), que convergem com o lusitano ora em pauta. As palavras deste artilheiro acerca

<sup>25</sup> Em rodapé à página 50, já mencionamos a importância dessa expedição, no que diz respeito à disseminação posterior da lenda da Serra dos Martírios, por parte do Anhanguera segundo e do primeiro Antônio Pires de Campos.

<sup>26</sup> D’Alincourt nasceu em Oeiras, no ano de 1787. Assentou praça na brigada real e serviu no regimento de artilharia de Lisboa, de onde se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1809. Terminou sua vida em 1841, com a patente de major do corpo de engenheiros.

do bandeirante ludibriador, acrescentam ainda outra desleal estratégia, que teria sido por ele posta em prática nos sertões do oeste:

... Este homem astucioso, duro por natureza [...] soube melhor que nenhum inventar, e pôr em prática diversos estratagemas para iludir os índios, a fim de os cativar; e além do da aguardente, de que já falei, outro me ocorre não menos notável e que pinta bem a sua astúcia, e a credulidade indiana. Vendo-se [...] com grande número de índios em frente todos fortes, e bem feitos; e contente com a idéia da presa, mas não ousando tomá-la de viva força [...] entretendo-os com quinquilharias ... (D'ALINCOURT, 1953, p. 103-104).

A estratégia das *quinquilharias* é bastante mencionada na historiografia, como parte integrante da chamada *abordagem pacífica*. Contudo, segundo D'Alincourt, o primeiro Anhanguera acrescentou algo à este ludíbrio. Diante de índios que podiam se converter em perigo concreto, caso se julgassem aviltados, Bartolomeu Bueno iniciou uma encenação artilosa, que até mesmo pareceria cômica ou ridícula, caso o fim perseguido não fosse o apresamento. Com a participação dos componente de sua tropa, o *Diabo Velho* forjou uma espécie de dança, que visava, unicamente, facilitar o acorrentamento dos indígenas. Cumpre mencionar que, em toda a bibliografia que percorremos, não encontramos qualquer outra menção sobre essa ação que teria sido praticada pelo primeiro Anhangüera. Para que averigüemos como teria ocorrido esse episódio nos sertões do oeste, observemos que D'Alincourt, afirma que o apresador em pauta foi:

... logo armando com seus uma dança, deitando primeiro ao pescoço de cada um deles o anel das correntes, que levava preparadas, principiaram a mover-se com muita agilidade ao compasso de pandeiros; e outros instrumentos toscos, de madeira que os índios ficaram penetrados de admiração e pesarosos de não saberem tão encantadora folia: Anhanguera [...] convidou os selvagens significando-lhes que facilmente aprenderiam a dança, de que tanto tinham gostado, e cheia de alegria aquela simples gente aceita o convite; então Bartholomeo, como por distinção aos maiores, principia por estes, e os vai dispondo, deitando-lhes os férreos colares ao pescoço [...] mas bem depressa conheceram o seu engano: Anhanguera, apenas os vê encadeados, levanta a máscara, e dá a lei aos mais índios, que ou fogem, ou facilmente se submetem [...] e com esta vil traça, em um momento, faz perder para sempre àquela gente singela os lares pátrios, e a conduz a ser entre cristãos, pela primeira vez, desgraçada. Eis aqui a heroicidade, e o verdadeiro fito das façanhas do velho Bartholomeo! [...] que os seus compatriotas mencionam como um herói... (1953, p. 103-104).

Como se percebe, o autor português, procura desbaratar o heroísmo que se atribuía ao famoso bandeirante, que caçando índios para escravizar, devassou as matarias do centro-oeste, no início da década de 1680.

Com muita propriedade, escreveu ainda D'Alincourt:

Correram os tempos, e diversos Paulistas descendo uns rios, e subindo outros penetraram até Cuyabá, e Matto Grosso, por onde fizeram descoberta riquíssima; o ouro principiou a conduzir-se em grande cópia para S. Paulo, e este metal, que tem feito derramar tanto sangue, e, por milhares de vêzes, desvairar os homens de seus justos deveres, aparecendo com profusão na Capital, despertou em Bartholomeo Filho as idéias, que na companhia de seu pai tinha adquirido quarenta anos antes, e desejoso de alcançar honra, se determinou a descobrir Goyas (1953, p. 104).

Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, teria um papel ainda mais destacado do que o do pai, no que diz respeito ao desbravamento do centro-oeste, já que o encontro do ouro de Goiás se deveu a ele. Bueno Filho, na verdade, pretendia atingir as mesmas paragens remotas que atingira com seu pai, quatro décadas antes e, segundo reza a tradição, encontrar a Serra dos Martírios. A busca por essa montanha onírica havia, inclusive, motivado diversas outras expedições anteriores, organizadas por outros sertanistas. Em decorrência desse afã, deu-se a descoberta do ouro em Cuiabá, no centro geográfico da América do Sul, além de influir, de maneira direta, no achamento do ouro de Goiás.

Para que possamos refletir acerca dessas questões, torna-se pertinente observar que Franco afirma que o segundo Anhanguera:

... desde os 16 anos andava no sertão acompanhando seu pai e herdou-lhe a alcunha, sendo chamado o segundo Anhanguera. Foi um dos deslumbrados da Serra dos Martírios. Esta ficção surgira em São Paulo, no último quartel do século XVII, com as praças vindas da região dos araes, com a bandeira de Antônio Pires de Campos, o velho. Falava-se duma nova serra de ouro, perdida naquele imenso sertão vago. Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, assegurava que ali também estivera, em companhia do velho Pires de Campos, e que o achado fora de Manuel Peres Cañamares, dando assim o caráter de veracidade a tal murmúrio. E o certo é que a busca da serra dos Martírios influenciou sobremaneira na descoberta do ouro de Cuiabá e foi a causa direta da achada desse metal no território de Goiás (1989, p. 372).

Segundo Taunay, as andanças do segundo Anhanguera pelas matas do coração da colônia, procurando as paragens trilhadas em sua infância, fizeram-no deparar com sinais evanescentes, que ainda indicavam a antiga jornada que fizera em sua meninice,

com seu progenitor. O sertanista também encontrou indígenas que não guardavam lembranças nada boas de seu pai:

Diz a tradição que encontrara ainda vestígios da passagem de seu pai, e que entre os índios Goyas haviam vivas recordações do terrível Anhanguera. Eram já passados quarenta anos... (TAUNAY, 1950, p. 67).

Por não poucos reveses passou a tropa do segundo Anhanguera. O desnorteio, como em tantas outras expedições bandeirantes, acabou contribuindo para outras vicissitudes maiores, como o esgotamento de víveres.

Alicerçado na leitura da *Corografia História*, de Cunha de Mattos, Taunay infere que:

... na divagação enorme pelas solidões centrais haja o Anhanguera entrado em terras hoje mato-grossenses nas cabeceiras do rio das Mortes (1950, p. 71).

Ainda sobre o desnorteio do segundo Anhanguera Taunay cita o Padre Silva e Souza:

Não tendo outra bússola que a sua vista e a eminência dos montes, estando de alguma sorte apagadas as idéias que tinha adquirido do país, vagando por uma e outra parte em dilatado giro [...] perdendo o norte [...] a procurar ainda o sitio [...] que lhe parecia fugir às suas diligências [...] traspassou todo o [...] Mato Grosso e se alongou até o Rio Paraná, onde de todo se julgou perdido... (1950, p. 68-69).

O alferes português José Peixoto da Silva Braga, que foi membro dessa expedição do segundo Anhanguera, nos auxilia a refletir acerca das precárias condições alimentares vivenciadas pelos sertanistas, escrevendo sobre o parco:

... provimento [...] que prometia o mato, e como este não era muito, nem todos tinham quem lhe caçasse, obrigou a alguns a matarem e comerem um cavalo que tinha quebrado uma perna, e eu fui um dos que nos aproveitamos dele... (SILVA BRAGA, *apud* TAUNAY, 1950, p. 51).

Taunay segue explicando que as plagas percorridas pelos sertanistas errantes não eram nada insignificantes, abrangendo uma vasta área do Brasil centro-ocidental:

A região dominada pelas cadeias Araéz cobria terras hoje goianas e mato-grossenses, no sertão chamado de Amaro Leite. E Araéz é o nome de um afluente do Rio das Mortes e confluenta portanto do Araguaya (TAUNAY, 1950, p. 66).

Citando Alencastre, o autor da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, buscou evidenciar as agruras vivenciadas pelo segundo Anhanguera e sua tropa. A miséria, a fome, a morte, e por fim, o pânico acometeu os andantes:

Três anos andaram errantes por essa imensa campanha, banhada pelos tributários do Araguaya e Paranahyba [...] de envolta com todos os contratemplos surge uma séria contrariedade; entre os seus companheiros começava a reinar não só o descontentamento como a mais completa desunião. Não queriam alguns prosseguir [...] era justificável o pânico de que se tinham muitos tomado: dos soldados e escravos muitos tinham falecido, e alguns de fome, tal era a miséria que reinava (ALENCASTRE, *apud* TAUNAY, 1950, p. 66).

Em meio a tudo isso, os bandeirantes ainda marcharam dois dias inteiros sem encontrar nem mesmo uma gota d'água<sup>27</sup>.

O achamento do ouro goiano, pela bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva (filho), ocorreu após muitas andanças, em terras hoje pertencentes a Mato Grosso do Sul.

Mais de setenta anos antes, na primeira metade do século XVII, as expedições capitaneadas por Raposo Tavares tornaram-se célebres, especialmente aquelas que destruíram as missões jesuíticas do Guairá. A violência e o apresamento que lá ocorreram registraram-se nos anais da história, passando para a posteridade quase como uma compilação de cenas dantescas, que embora deva ser relativizada – devido ao claro antagonismo que caracterizava as relações entre missionários (que são os autores de boa parte dessa produção) e paulistas –, certamente não permite que pretendamos descortinar, de forma alguma, um panorama necessariamente pacífico, isento de violência. Autores como Serafim Leite (1945), Ruiz de Montoya (1985) e Maxime Haubert (1990) nos passam a imagem de mateiros que se deslocam pelas matas, caçando gente, praticando atos inumanos e se locupletando com o grande número de índios que podiam ser tomados às reduções, índios em processo de catequização, agregado aos milhares pelos inacianos, de certa forma, já amansados e em franca doutrinação. Estes índios eram, portanto, catequisandos que já haviam absorvido parte dos valores europeus. Eram potenciais trabalhadores escravos, agregados, reunidos, aguardando o apresamento, sem saber o que os aguardava. Muitos assassinatos foram perpetrados pelas expedições de Raposo Tavares ao Guairá. Milhares e milhares de cativos foram apresados e levados para o planalto paulista. Organizadas militarmente, as

---

<sup>27</sup> “Nestas marchas [...] andando dois deles sem achar água” (TAUNAY, 1950, p. 59).

expedições que assolaram o Guairá ficaram, de fato, conhecidas pelo elevado nível de violência e pelo farto resultado apresador, em termos numéricos.

Depois do sucesso dos ataques ao Guairá, Raposo Tavares, norteou-se para o oeste, visando apresar índios de outras plagas. A bandeira que este sertanista liderou de 1648 a 1651, atravessou terras hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O violento líder das bandeiras guairenhas encontrou sérias dificuldades nas matas do oeste, mercê da resistência aguerridas dos índios paiaguá e do rechaço dos habitantes do Itatim.

Sobre essa empresa, escreveu John Monteiro:

A ambiciosa aventura empreendida por Antônio Raposo Tavares em 1648 [...] na verdade, Raposo Tavares e seus companheiros, na maioria residentes em Santana de Parnaíba, procuravam, desta vez, investigando a possibilidade de assaltar as missões do Itatim, ao longo do Rio Paraguai, reproduzir o êxito obtido nas invasões do Guairá. Apear de rechaçado pelos jesuítas e seus índios, perseguido pelos irredutíveis paiaguá e molestado pelas enfermidades do sertão, Raposo Tavares seguiu viagem pelo Madeira até o Amazonas, chegando a Belém após vagar por três anos na floresta. Outros da expedição não querendo se arriscar a paragens tão longínquas, voltaram para São Paulo diretamente do Itatim trazendo cativos das missões, o que encorajou futuras investidas nessa direção (2000, p. 81).

Sobre o apresamento levado a cabo pelas bandeiras em Mato Grosso, porém particularizando a contumaz e peculiar violência de Raposo Tavares, alicerçada em Denise Meireles, escreveu Galetti:

Dentre os súditos portugueses, os freqüentadores mais assíduos desses sertões eram os moradores da Capitania de São Paulo, personagens de penetrações audaciosas por caminhos que iam muito além dos limites, ainda imprecisos, entre os domínios das Coroas lusa e castelhana na América. Suas bandeiras, a exemplo da de Raposo Tavares contra as missões do Itatim, deixaram atrás de si, por toda extensa região que percorreram, *exterminando e arrasando povoados indígenas, um rastro de sangue e horror*<sup>28</sup> (2000, p. 50).

Para que possamos situar onde e como se estabeleceram as reduções do Itatim, vejamos o que escreveu Franco:

... os jesuítas que haviam abandonado o Guairá foram fundar novas reduções no território do baixo Mato-Grosso, onde já existiam algumas delas, podendo ser citadas, no conjunto, as doutrinas de Xerez, Tarem, Mboimboi, Terecañi, Maracaju, Caaguaçu, Ipané, Guarambaré, Atira e Nossa Senhora da Fé. Estes estabelecimentos jesuíticos formavam a denominada província do Itatim, cuja capital

---

<sup>28</sup> Meireles, Denis, op. Cit.. p. 99.

foi Vila Rica do Espírito-Santo, doutrina fundada após a destruição do Guairá, em território paraguaio, entre a boca do rio Iguazu e a cidade de Assunção (1989, p. 214-215).

Também acerca da ofensiva paulista, bem como da investida de Raposo Tavares sobre Itatim, escreveu Maria de Fátima Costa: “... o que muda a estrutura das missões pantaneiras é o avanço dos mamelucos paulistas. Em 1647 e 48 o bandeirante Raposo Tavares invade e ataca as missões do Itatim” (1999, p. 47).

Sobre esta questão escreveu também Wehling A. e M. J. Wehling:

O sul de Mato Grosso já era conhecido desde o início do século XVII pelos bandeirantes do “ciclo” da caça do índio. Em 1648, Antônio Raposo Tavares destruiria a missão espanhola do Itatim. Aliás, na segunda metade do século, a região foi palco de freqüentes choques entre bandeirantes – que a denominavam “sertão da Vacaria” – e espanhóis (1994, p. 117).

Sobre o destino de Santiago de Jerez, que foi invadida pelos paulistas quinze anos antes, afirmou Costa:

... sua existência foi selada . As bandeiras paulistas, que desde a primeira metade do século XVIII passam a investir sobre o território espanhol, depois de destruir Guairá, invadem Jerez [...] seus miseráveis habitantes [...] ao sentirem a aproximação dos paulistas resolvem abandoná-la (1999, p. 45).

Assaltante de Itatim – após assolar o Guairá –, Raposo Tavares tornou-se proprietário de uma fazenda em Quitaúna, nos arredores de Piratininga, onde confinou farta escravaria, resultante do apresamento sistemático, realizado em suas sucessivas entradas aos sertões.

A respeito dos ataques à província do Itatim, que, como já vimos, era localizada em terras hoje sul-mato-grossenses, cumpre esclarecer que vários outros sertanistas contribuíram para a sua destruição, embora Raposo Tavares tenha, de fato, desempenhado papel de significativo relevo quanto a essa questão:

Essa região do Itatim fora espaçadamente atingida pelas bandeiras paulistas, que ali destruíram diversas aldeias de índios reduzidos. Uma das mais antigas expedições a essas paragens foi a do morgado de Tomar, Antônio Castanho da Silva, buscando as terras dos índios serranos, no Peru. Com o renovar dessas diligências, em 1632 houve no Itatim, por parte dos paulistas, vários ataques. Em 1644 Jerônimo Bueno, que estivera no Tape, como imediato de seu irmão Francisco Bueno, também buscou ali apresiar índios cristianizados, não tendo sido feliz nos seus desígnios e perecendo com toda a sua bandeira. A verdadeira invasão do Itatim se deu finalmente pela iniciativa de Antônio Raposo Tavares, que com André Fernandes, Antônio

Pereira, que acreditamos ser de Azevedo, Gaspar Vaz Madeira e outros, atacou em novembro de 1648 a redução de Mboimboi [...] a tropa toda comportava cerca de 200 brancos e mamelucos e mais de mil índios [...] ao ataque [...] respondeu o padre Cristóvão de Arenas com um contra-ataque, mas foi derrotado e morto (FRANCO, 1989, p. 415).

Como se percebe, os ataques bandeirantes às reduções do oeste foram sucessivos e encarniçados. É óbvio que o apresamento e morticínio de indígenas, bem como o assassinato de missionários, insuflaram o antagonismo dos inacianos. Com objetivos diametralmente opostos aos dos bandeirantes, os religiosos em questão insurgiram-se contra eles não apenas através da escrita<sup>29</sup>, mas também através das armas. Não é pouco conhecida a peleja que se travou entre missionários – acompanhados de um grande contingente de índios – e paulistas, na província do Tape, às margens do Mbororé. Nessa ocasião, após rechaçar os apresadores com farto aparato bélico<sup>30</sup>, escreveu o Padre Cláudio Ruyes:

... alcançaram com suas orações a Nosso Senhor este sucesso, pelo qual ficaram mortos e feridos e afrontados a flor dos sertanistas de São Paulo [...] inimigos declarados desta atormentada cristandade [...] segadores de Satanás [...] homens que trazem montes de cadeias e grilhões, esporas e coleiras para que sujeitando-os (aos pobres índios) e vencendo-os permanecessem nelas, postos em miserável cativo; homens tão desalmados que alguns deles em altas vozes diziam aos padres que os haviam de matar a escopetadas, outros que os haviam de enforcar e assetear... (RUYES *apud* FRANCO, 1989, p. 414).

Os bandeirantes paulistas, além do Tape, do Guairá, do sertão dos Patos, do sertão dos Parecis, das Minas Gerais e das terras do norte-nordeste, vagaram também pelos sertões então incógnitos do centro-oeste e do extremo oeste do Brasil. Caçando índios ou buscando riquezas minerais, os mateiros de São Paulo vagaram pelos campos da Vacaria, pelo Pantanal, pelo Vale do Guaporé ... Cruzaram as atuais áreas do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, de norte a sul, de leste a oeste. Perlongaram, vadearam e navegaram muitos rios. Atravessaram áreas planas, embrenharam-se por florestas espessas<sup>31</sup> e avançaram por cerrados extensos.

<sup>29</sup> Sabemos que as crônicas ou escritos jesuíticos adjetivam os bandeirantes de maneira pejorativa, em termos talvez superlativos. A “Lenda Negra” sobre os paulistas, segundo Jayme Cortesão (1944) – na obra *Introdução ao Estudo das Bandeiras Paulistas* – teria surgido dessa bibliografia, que inclui nomes como os de Ruiz de Montoya (1985), Simão de Vasconcelos (1977) e Serafim Leite (1945).

<sup>30</sup> Que incluía escopetas e pequenos canhões, cedidos pelo vice-rei do Peru.

<sup>31</sup> As poucas existentes tanto já naquele tempo, que se erguiam no norte do atual Mato Grosso.



Estes homens escravizaram gente, mataram gente e acharam ouro. Não foram de maneira alguma, heróis patrióticos, mas sim atores históricos de seu tempo, atores históricos que, procurando sobreviver em seu contexto, invadiram os domínios territoriais dos moradores ancestrais da América do Sul, desrespeitando e subjugando a cultura e o código de valores sócio-religiosos das diversas tribos aqui existentes.

Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil, Antônio Pires de Campos (pai e filho), Bartolomeu Bueno da Silva (pai e filho), Antônio Raposo Tavares. Estes e outros homens, movidos por interesses próprios – interesses esses determinados pelo meio em que viviam –, contribuíram para a desagregação das sociedades indígenas que viviam nos sertões do oeste. O legado destes mateiros de São Paulo pode ser resumido na ânsia que os movia: escravos e riquezas minerais. E para obtê-los, não conheceram limites de território ... ou de respeito humano.

## CAPÍTULO III

### O HERÓI BANDEIRANTE: PIONEIRO DA IDENTIDADE MATO-GROSSENSE NA ESCRITA DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO E NA POESIA DE DOM AQUINO

#### 3.1. O bandeirante na escrita de Virgílio Corrêa Filho: *Paladino da causa patriótica*

Muito brevemente, já mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho<sup>32</sup>, que em 1946, Virgílio Corrêa Filho proferia uma conferência perante Affonso de Taunay, Sérgio Buarque de Holanda, Alfredo Ellis Júnior, Afonso Arinos de Melo Franco e Joaquim Ribeiro. Na oportunidade, o célebre intelectual mato-grossense afirmou, sem conseguir esconder o seu orgulho, que havia nascido *na própria localidade em que se imortalizou Pascoal Moreira Cabral*, acrescentando ainda que considerava-se *um parente afastado* dos bandeirantes. Cumpre agora, ao iniciarmos este texto – que trata especificamente da figura do bandeirante na formação da identidade mato-grossense – nos determos para analisar essa conferência de Corrêa Filho, que intitulou-se *O bandeirismo na formação das cidades* e acabou integrando, juntamente com os trabalhos dos outros autores mencionados<sup>33</sup>, a obra intitulada *Curso de Bandeirologia*, publicada às custas do departamento Estadual Paulista de Informações. Vejamos a seguir uma figura que ilustrou essa conferência de Corrêa Filho:



<sup>32</sup> Página 45.

<sup>33</sup> *O bandeirismo e os primeiros caminhos do Brasil*, de Affonso de E. Taunay; *As monções*, de Sérgio Buarque de Holanda; *O bandeirismo na economia do século XVII*, de Alfredo Ellis Júnior; *A sociedade bandeirante das minas*, de Afonso Arinos de Melo Franco e *Problemas fundamentais do folclore dos bandeirantes*, de Joaquim Ribeiro.

Em estilo elegante, denotando os maneirismos de sua época e asseverando a sua admiração pelo tema e pela *terra de bandeirantes*, corroborando ainda seu atávico parentesco com os antigos sertanistas paulistas, Corrêa Filho assim abriu sua conferência:

Ao receber o penhorante convite do Diretor Geral do Departamento estadual de Informações, para me emparceirar com outros escritores, convocados a explicar temas acêrca do bandeirismo e suas conseqüências na evolução brasileira, o primeiro intento, acorde com as tendências pessoais, refratárias à tribuna, ditou-me a recusa formal, que a prudencia aconselharia. Antes, porém, que a deliberação escusatória se convertesse em ato decisivo, a gentileza da comunicação forçou-me a procedimento contrário. Rendi-me à atração exercida pelo assunto, e mais ainda, pela Terra de Bandeirantes, antigos e modernos, a quem me seria assim propiciado o ensejo de testemunhar a minha admiração, de raízes atávicas seguramente (CORRÊA FILHO, 1946, p. 31).

Depois disso, antes de começar a abordar as questões relativas às bandeiras e aos bandeirantes, o autor cuiabano aborda o papel desempenhado pela *herança lusitana*, que já deixara seu heroísmo legado à posteridade através da navegação marítima, uma saga epopéica, que antecedeu o avanço dos portugueses pelas terras da colônia, o avanço à pé, *as passadas épicas dos ancestrais, cuja investida anulou inexeqüíveis arranjos diplomáticos* (p. 32). Não há dúvida de que, ao escreveu *arranjos diplomáticos*, o autor mato-grossense aludiu ao Tratado de Tordesilhas, cuja linha divisória foi muitas vezes transposta pelas expedições paulistas.

Sobre os avanços oceânicos dos representantes da metrópole, que antecederam as jornadas sertanejas realizadas no interior do Brasil Colonial, escreveu Corrêa Filho:

... o mesmo ímpeto aventureiro, que levou o minuscuro Portugal a descerrar os horizontes da era moderna, mercê da audácia dos seus nautas, cujos olhares afuroantes foram devassando os misterios dos oceanos temíveis, à procura de terras e ilhas, por onde pudessem “dilatara fé e o império”. Impelidos pela curiosidade insopitavel, servida por hábil técnica de navegação, para cujo aperfeiçoamento contribuíram sobremaneira, perlustraram litorais e o mar largo, cujo descobrimento maravilhou a Europa... (CORRÊA FILHO, 1946, p. 32).

Para o eminente intelectual, o avançamento pelo interior da América portuguesa foi a continuação do avanço metropolitano levado a cabo memoravelmente pelas frotas marítimas lusitanas, cujas naus e caravelas haviam alcançado as praias brasileiras. Agora por terra, os bandeirantes cumpririam o papel de desbravar os sertões desconhecidos, além de *patrioticamente*, contrapor os espanhóis, que punham em

prática a colonização irradiada de Madri, que se operava nas terras a leste dos domínios portugueses no novo mundo:

No Brasil os descendentes dos audazes navegantes imitam-lhe as viagens incomparáveis, embora de maneira diversa. Não mais lhes seriam necessárias as caravelas, que levaram o estandarte das quinas a todos os mares. Já não havia o oceano por descobrir, depois que as naus peninsulares sulcaram o Atlântico e o Pacífico [...] a massa continental, todavia, continuava ainda virgem de olhares europeus, apesar de tentativas inoperantes, as mais das vezes desfechadas em martírio. Os litorâneos limitavam-se a arranhar as praias, a maneira de carangueijos, no dizer expressivo do cronista arguto<sup>34</sup>. A penetração era-lhes vedada pelo meridiano divisório ajustado em Tordesilhas e pelos selvícolas zelosos [...] da defesa de seus domínios [...] graças a ação dos que não se conformaram com a usurpação filipina<sup>35</sup>, rompeu-se em mil segmentos inexpressivos o anacrônico meridiano [...] tornou-se, a propósito, conhecida a intimação de um desses desabusados paladinos da causa patriótica às patrulhas castelhanas que se lhe depararam no planalto maracajuano, entre águas tributárias do Paraná e do Paraguai. ‘Viemos expulsar-vos destas terras que são Del-Rei de Portugal e não de Espanha’ (CORRÊA FILHO, 1946, p. 33-34).

O *paladino da causa patriótica* em questão é Raposo Tavares, a quem é atribuído por não poucos cronistas antigos, esse comportamento de fiel vassalo do monarca português. Autores como John Manuel Monteiro demonstram que a lógica que movia Raposo Tavares não era, de forma alguma, a do patriotismo, ou mesmo a da lealdade vassálica. Como a maioria dos bandeirantes, Raposo Tavares estava interessado em apresar índios, que era por sinal uma prática proibida por lei<sup>36</sup>. Desta forma, este bandeirante não foi, de maneira alguma, um patriota, mas sim um homem de seu tempo, um morador do planalto paulista, acostumado às expedições pelos sertões. Seria talvez mais próprio alcunhá-lo *paladino*<sup>37</sup> *do apresamento* ou *paladino da escravização indígena*. Neste trabalho<sup>38</sup>, já abordamos a atuação deste mateiro em terras hoje pertencentes aos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná, onde sua passagem foi não pouco destrutiva. Aumentar o seu plantel de escravos em sua propriedade de Quitaúna era, sem dúvida, o objetivo maior de suas empresas ... E para

<sup>34</sup> Aqui, Corrêa Filho se refere a Frei Vicente de Salvador, célebre cronista do Brasil Colonial.

<sup>35</sup> Alusão do autor à Felipe II, de Espanha.

<sup>36</sup> Beatriz Perrone-Moisés, estudiosa da legislação indigenista do período colonial, esclarece que o indígena era proclamado livre “... nas três grandes leis de liberdade absoluta: 1609, 1680 e 1775” (1998, p. 117).

<sup>37</sup> O vocábulo *paladino*, em sua terceira acepção, significa: *homem de grande bravura; defensor estrênuo; campeão...* (Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, 1986)

<sup>38</sup> Página 60 a 63.

atingir esse objetivo, muitas vezes o bandeirante em questão foi extremamente violento. No entanto, como vimos, Corrêa Filho o entende como um dos *paladinos da causa patriótica* no Brasil Colonial.

No que diz respeito às terras – hoje pertencentes a Mato Grosso do Sul – que foram palco dos choques entre paulistas e espanhóis, escreveu Corrêa Filho:

... a mesopotamia atravessada pela E. F. Noroeste do Brasil entre o Jupiá e Porto Esperança, proporcionou cenário portentoso ao embate das duas correntes de expansão imperialista, a que procedia de Assunção, orientada para o Norte e a onda que de São Paulo se precipitava para oeste, levando tudo de roldão, fossem aldeamentos de indígenas [...] fossem vilarejos com povoadores brancos, de mistura com os nativos catequizados (CORRÊA FILHO, 1946, p. 34).

Cumprido ressaltar que muitos encontros entre bandeirantes e espanhóis ocorreram nos chamados Campos da Vacaria<sup>39</sup>, que no período colonial era uma área em litígio, cuja posse não estava ainda de todo definida. Para esclarecer essa questão, vejamos o que escreveu Holanda:

Os antigos sertanistas costumavam ir aos chamados Campos da Vacaria (ao sul do atual território mato-grossense) [...] frequentadores constantes da Vacaria, não deixariam os castelhanos, em caso de guerra, de tentar parar o tráfego [...] a própria indecisão reinante na época, acerca do direito de Portugal à posse dessa extensa área, devia aconselhar os governos a usar de toda a prudência e evitar incidentes que pudessem gerar complicações internacionais (2000, p. 57).

Para alicerçar o que escreveu, Holanda reproduziu um trecho de uma carta do governador Rodrigo César de Menezes ao rei de Portugal, escrita em 13 de setembro de 1722:

... porq. a mayor p.te dos sertanistas desta Capitania intentava frequentar a sua marcha por hua paragem chamada *vacaria*, a qual ainda está indeciso se pertence á Real Coroa de V. Mage ou de Castella por falta de demarcação; me parece embarçar-lhes não continuassem aquelle caminho q' como os Castelhanos costumão vir a dita paragem de anos em anos com cavallaria, a observar se os Paulistas fazem ahi alguma prezidencia ou descobri.to (HOLANDA, 2000, p. 58).

Essas considerações foram aqui tecidas pelo fato de que este estudo pretende investigar a formação da identidade de um povo que ocupa um determinado espaço geográfico, que compreende os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

---

<sup>39</sup> O episódio fantasioso que narra Pedro Taques, acerca do heroísmo do bandeirante Pedro Leme na Vacaria, foi por nós abordado neste trabalho, da página 23 à 26.

Os Campos da Vacaria, como já está claro, foi uma área muito freqüentada por paulistas e espanhóis no período colonial, constituindo-se em cenário de várias contendas, mencionadas profusamente na historiografia, mormente o episódio épico- lendário da ferrenha resistência de Pedro Leme perante os castelhanos que queriam ludibriar sua tropa. Em termos breves, os Campos da Vacaria, por estarem dentro dos limites da área por nós investigada, devem ser analisados com detença, pois foi uma área que deu origem à disseminação de muitas narrativas épico-heróicas da era bandeirantista. Na verdade, a Vacaria – como é chamada mais de uma vez por Holanda – é uma área que não pode, sob nenhum pretexto, ser ignorada por qualquer pesquisador que pretenda conhecer o passado de Mato Grosso.

Feitas tais necessárias observações – na verdade, absolutamente indispensáveis – continuemos a analisar a conferência de Virgílio Corrêa Filho. Vejamos o tom épico e elogioso do autor mato-grossense, ao escrever sobre os bandeirantes:

Desfraldavam uma bandeira, a sua própria, em torno da qual se reuniam lutadores impávidos. Não basta essa minguada explicação para lhes definir a impetuosidade combativa e a perseverança dos empreendimentos atrevidos [...] embeberam-se do sadio ar do planalto, que lhes enfurnava os corações fogosos, arbatando-os para as emprezas gigantescas [...] assim penetraram, pelos seus feitos inegaláveis, na história da formação do Brasil. Atuavam como agentes de tarefas sobrehumanas (CORRÊA FILHO, 1946, p. 35).

Está clara a desabrida heroicização contida na conferência do autor em pauta. O timbre epopéico, que já havia aparecido em obras de outros autores – tais como Basílio de Magalhães, Affonso de Taunay e Cassiano Ricardo –, é revivescido pelo mais conhecido dos escritores cuiabanos, para quem os paulistas conseguem realizar tarefas que estão acima da natureza humana – *sobrehumanas* –, vultos históricos detentores de *intrepidez* e *impetuosidade*, além de serem autores de proezas *inegaláveis*. O autor também *reedita* as postulações de Alfredo Ellis Júnior, ao mencionar que os bandeirantes *embeberam-se do ar sadio do planalto*, uma vez que este historiador paulista – Ellis Jr. –, um dos maiores apologetas do bandeirismo, em sua obra *Os primeiros troncos paulistas*, defende que o clima do altiplano de Piratininga, teria influído significativamente nas conquistas dos bandeirantes, mercê de sua singular salubridade.

De fato, parece ser perceptível a influência exercida pelos autores apologéticos na escrita de Corrêa Filho.

Sobre a grande extensão das marchas bandeirantes, bem como acerca da expedição de Raposo Tavares (1648-1651) que atravessou terras mato-grossenses, afirmou o intelectual que se denominara *parente afastado* dos bandeirantes:

... de inúmeras incursões conservaram-se vestígios ou provas documentais, que evidenciam a argúcia exploradora dos bandeirantes, capazes de cruzarem o continente sul-americano de léste a oeste, como atestou o périplo inegalavel de Antonio Raposo, ao marinhar pelas encostas andinas, donde teria regressado por águas amazônicas, ao completar, por terra, o circuito, através do território matogrossense (CORRÊA FILHO, 1946, p. 37).

No que diz respeito à questão do transpasse da linha de Tordesilhas, escreveu o autor em pauta:

Neutralizadores decididos da proibição resultante do Tratado de Tordesilhas, revidavam, no Brasil, as transgressões empreendidas oficialmente pela Espanha no Pacífico. Não reconheciam o meridiano divisório, que lhes impediria as jornadas sem fim, de que resultou o conhecimento da imensidão territorial, em suas linhas principais (CORRÊA FILHO, 1946, p. 37).

Aqui, o intelectual cuiabano promove o entendimento de que os bandeirantes agiam patrioticamente em prol de Portugal, consciente e deliberadamente opondo resistência aos atos ou intencionalidade da coroa espanhola. Os paulistas jamais conceberam, previamente, enfrentar os perigos sertanejos unicamente com o objetivo de ultrapassar a linha de Tordesilhas. Portanto, não foram, em momento algum, os *neutralizadores decididos* do tratado firmado entre Portugal e Espanha. Os bandeirantes foram, sim, *caçadores* de índios, *decididos pesquisadores* de riquezas minerais, e suas andanças pelos sertões, como conseqüência, porém não intencionalmente, contribuíram para que os termos acordados anteriormente entre espanhóis e lusitanos, no que dizia respeito aos limites das terras de ambas as nações, perdessem a sua validade original. Apesar de haver, claramente, inferido que os bandeirantes investiram sistemática e decididamente – e por conseguinte conscientemente – contra o tratado de Tordesilhas, mais à frente o autor parece fazer ressalvas:

... Pedroso Xavier, ao guiar os seus condutícios até a vizinhança de Vila Rica, do Paraguai, donde regressou com algumas centenas de índios aprisionados, não visara a nenhum objetivo político de expansionismo. Tão logo arrebanhou os escravos acobreados, a cuja caça andava, contra-marchou às pressas [...] também os bandeirantes que escalaram os Andes, onde mais de um pereceria, como Ferraz de Araujo e Frias, em luta contra os naturais, nenhuma conquista realizaram, além do reconhecimento das regiões interjacentes (CORRÊA FILHO, 1946, p. 38).

Sobre estes e outros bandeirantes que avançaram tão profundamente em direção ao oeste, o autor teceu elogios significativos:

Formavam [...] a escola do bandeirismo [...] com a sua técnica especial, a têmpera da personalidade, a resistência física sobranceira aos obstáculos por ventura encontrados, e especialmente a decisão de vencê-los [...] vararam a vastidão assenhoreada pelos selvícolas e a ocuparam (CORRÊA FILHO, 1946, p. 38).

Profusos adjetivos enaltecendo, promovendo, claramente, e sobretudo reproduzindo a imagem heróica dos sertanistas paulistas.

Sobre Fernão Dias, citando trechos do célebre poema *O caçador de esmeraldas*, de autoria de Olavo Bilac, escreveu Corrêa Filho:

Fernão Dias Pais Leme [...] depois de fecunda e heróica existência, imortalizou-se no poema bilaquiano, que o faz delirar, agonizante, para ouvir a glorificação do seus feitos.

Nesse louco vagar , nessa marcha perdida,  
Tu foste, como o sol, uma fonte de vida;  
Cada passada tua era um caminho aberto!  
Casa pouso mudado, uma nova conquista  
E enquanto ias sonhando o teu sonho egoísta,  
Teu pé, como o de um deus, fecundava o deserto.

E nos paroxismos dos acessos sezonaticos, o delírio lhe predizia,  
Pela ficção maravilhosa da poesia , o juízo da Posteridade:

Tu cantarás na voz dos sinos, nas charruas,  
No esto da multidão, no tumultuar das ruas,  
No clamor do trabalho e nos hinos da paz:  
E, subjugando o olvido, através das idades,  
Violador de sertões, plantador de cidades,  
Dentro do coração da pátria viverás!

Assim a inspiração do parnasiano exaltou a contribuição do bandeirante para o povoamento da hinterlandia (1946, p. 40).

Notemos que Corrêa Filho, para enaltecer a figura de Fernão Dias, não apenas transcreveu os versos de Bilac, como também se ocupou, ele próprio – Corrêa Filho – em adjetivar a vida do paulista em questão como uma *fecunda e heróica existência*. Os estudiosos do bandeirantismo sabem que o *caçador de esmeraldas* ordenou o enforcamento de seu filho José Dias, na última bandeira que chefiou. O famoso líder bandeirante era bastante afeiçoado ao seu outro filho, Garcia Pais, fruto de seu casamento com Maria Betim. Já José, fruto de um relacionamento de Fernão Dias com uma índia, não recebia do pai o mesmo tratamento. Na obra *Marcha para Oeste*,



Cassiano Ricardo defende a idéia de que nas bandeiras havia *democracia racial*, já que europeus, índios e mamelucos marchavam lado a lado. Antes de mais nada, cumpre salientar que a chefia estava sempre nas mãos de um branco, como era o caso do próprio Fernão Dias.

Discutindo essa questão, afirmou Pacheco Neto:

No que tange à miscigenação, a representação mítica do bandeirismo engendrou a idéia de igualdade e democracia racial. A igualdade inter-racial inexistiu nas bandeiras. Exemplo modelar é o de Fernão Dias Pais, que para seus dois filhos dispensava atenções díspares. Um deles, Garcia, “legítimo branco”, recebia atenções paternas convencionais; o outro, José, “mestiço-bastardo”, experimentou o detrimento imposto por sua hibridez. A última expedição de Fernão Dias partiu do planalto paulista em 1674. Já no sertão houve um motim, que foi debelado com a execução dos amotinados. Entre os assassinados estava José, o filho do chefe bandeirante (2008, p. 35-36).

Este episódio é, como já mencionamos, não pouco conhecido, principalmente entre os pesquisadores das bandeiras. Desta forma, não é difícil entender que a *existência* de Fernão Dias não foi tão *heróica* quanto pretende Corrêa Filho, que na continuidade de sua conferência *O bandeirismo na formação das cidades*, afirma que os bandeirantes foram *exploradores sagazes* (p. 41), que em *arrancadas assombrosas* (p. 41) atingiram as *mais remotas paragens brasileiras* (p. 41). Pascoal Moreira Cabral, Antônio Pires de Campos e Bartolomeu Bueno da Silva são exaltados por conta de suas expedições realizadas no oeste. Sobre Bueno da Silva – o descobridor do ouro goiano – por exemplo, escreveu Corrêa Filho:

... partira Anhanguera de São Paulo, obstinadamente decidido a ir ter a minas comparáveis às de Cuiabá e não desistiu dos seus propósitos antes de estacar às margens do rio Vermelho. Não houve obstáculo que o detivesse, nem cedeu a nenhuma fadiga. Viesses os contratempos dos elementos regionais, como rios, de tamanho do Grande, do Paranaíba, matas a varar, selvícolas ciosos dos seus domínios, cobras venenosas e insetos mortificantes, além de escassez de viveres em certas quadras, ou dos dissidentes da bandeira, caçados de aguardar o prometido êxito, nada conseguiu desviar o rijo sexagenário da busca incessante em que perseverou por doloroso triênio, confiante... (1946, p. 48-49).

Sobre a sua Cuiabá, nascida devido à cobiça de homens como Moreira Cabral e Miguel Sutil, não sem perceptível orgulho escreveu Corrêa Filho:

Cuiabá, de formação bandeirante, provou a sua vitalidade [...] na atualidade, maravilha os forasteiros com o rejuvenescimento de suas feições coloniais. Amplas avenidas rasgaram-se aproximadamente

normais ao córrego da Prainha, de que se vai afastando o centro urbano, com os edifícios de construção moderna que as debruam [...] Alteia-se, na praça da matriz, o palácio da Instrução, que já não comporta o Liceu Cuiabano, a que foi originariamente destinado, em convívio com a escola normal. Nova sede, dotada de todos os requisitos exigidos pela técnica, agrada a mais exigente crítica. Também o palácio da Justiça, a Secretaria Geral, o hotel, o teatro, revelam anseios progressistas... (1946, p. 49-50).

Vejamos que, de fato, o autor enfatiza, reitera as raízes bandeirantes de Cuiabá, como algo digno de recorrente corroboração, dado o seu caráter enobecedor, propiciador de legitimidade histórica. Além disso, envereda por uma descrição triunfalista acerca dos prédios, das avenidas, das instituições; enfim, da então moderna configuração urbana da capital mato-grossense, uma cidade que refletia o legado da vitalidade *bandeirante*.

Aproximando-se do final de sua conferência, Corrêa Filho parece atingir uma espécie de apoteose, no que diz respeito às raízes de Cuiabá:

O seu passado, embebido de tradições bandeirantes, harmoniza-se às maravilhas com o ritmo atual de vida [...] a sua sobrevivência por mais de dois séculos, a despeito de todas as adversidades, evidencia que não se enganaram os destemerosos representantes do bandeirismo paulista, ao plantarem no centro geométrico da América do Sul o arraial, a cujo engrandecimento consagraram os melhores esforços de que seriam capazes. A audácia afigurava-se maior da marca (1946, p. 50).

Aqui, ainda mais uma vez o autor se reporta às *tradições bandeirantes*, além de asseverar que sua terra natal já havia sobrevivido a *todas as adversidades*, uma cidade que parecia fazer juz aos seus heróicos fundadores, os *destemerosos* paulistas, que comumente sobreviviam às adversidades do sertão.

Em recente estudo, Gilmara Yoshihara Franco<sup>40</sup> destaca que a expressão *destemeroso* é usada por Corrêa Filho, entre outras adjetivações elogiosas, ao associar o bandeirante do Brasil colonial ao mato-grossense de séculos depois:

Ao abordar o contexto em que os sertanistas andavam pelo interior da América do Sul, o autor credita aos bandeirantes aquilo que ele considera uma “empreitada épica”, a conquista do *desconhecido*, do *misterioso*, no sentido de que, pela mãos dos paulistas pôde garantir à extensão territorial do Brasil. Essa representação do bandeirante também indica o caráter do futuro mato-grossense, que dentre muitas qualidades seria, sobretudo, *destemeroso*, expressão muitas vezes utilizada por Corrêa Filho (2007, p. 85-86).

<sup>40</sup> Dissertação de mestrado em História pela UFGD, intitulada *A construção da identidade mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho*, defendida em julho de 2007.

Esta é, de fato, uma questão de construção identitária, que guarda semelhanças com o processo de formação da própria identidade paulista, em diversos momentos históricos, porém mais especificamente no início da Primeira República e, posteriormente, no prorromper da Revolução Constitucionalista de 1932. Parece que muita gente deseja herdar as qualidades dos bandeirantes. Foi assim com os barões do café do século XIX, foi assim com a propaganda *revolucionária* dos paulistas anti-varguistas e foi assim com os autores que escreveram sobre Mato Grosso, nesse caso específico, Virgílio Corrêa Filho, cuja análise de sua conferência *O bandeirismo na formação das cidades*, no presente momento findamos.

Cumpra agora, determo-nos para averiguar as representações acerca da figura do bandeirante em outra obra do escritor cuiabano, nomeada *Pantanais Matogrossenses* sobejamente elogiada por Affonso de E. Taunay em julho de 1950, quando publicava o undécimo e último volume de sua extensíssima *História Geral das Bandeiras Paulistas*<sup>41</sup>. De longe o autor que mais escreveu sobre o bandeirismo, Taunay comparou a obra de Corrêa Filho aos trabalhos de Holanda – *Monções* – e Melo Nóbrega – *Tietê* –:

A segunda parte deste Tomo XI [...] levou-me à consulta de três valiosas e recentes monografias: “Monções”, de Sérgio Buarque de Holanda (1945); “Pantanaes Matogrossenses”, de Virgílio Corrêa Filho (1946) e “História de um rio: o Tietê”, de Melo Nóbrega (1948) (TAUNAY, 1950, p. XIII e XIV).

---

<sup>41</sup> Em rodapé à página 80 de seu trabalho, escreve Gilmara Franco: “Entre as obras que dão nova vida a imagem heróica do bandeirante destacam-se: de Alfredo Ellis Júnior – Pedro Taques e seu Tempo (1922), Raça de Gigantes (1926); de Afonso E. Taunay – História Geral das Bandeiras Paulistas (1924); de Alcântara Machado – Vida e Morte do Bandeirante (1929)” (2007, p. 80). A autora está coberta de razão quando afirma que Ellis Jr. deu *nova vida à imagem heróica do bandeirante*. Já sobre o ano de publicação de *História Geral das Bandeiras Paulistas*, a autora produz uma informação insuficiente, afirmando que foi 1924. Esclareçamos que a obra em pauta, composta por onze grandes volumes, foi publicada por Taunay ao longo de 26 (vinte e seis) anos, de 1924 a 1950, às custas do poder público paulista. Não há dúvida, como quer Franco, que Taunay foi um autor que contribuiu para a heroização da figura do bandeirante, porém, o mesmo não pode ser dito em relação a Alcântara Machado, pois sua obra *Vida e Morte do Bandeirante*, que a autora pretende conotar como heroizadora, na verdade põe ênfase não na figura do desbravador desassombrado, mas na do piratiningano pobre, que luta contra a significativa miséria do planalto. Alicerçado no estudo dos testamentos dos antigos paulistas, Alcântara Machado recupera a vida cotidiana carente da Vila de São Paulo, propalando a idéia não do herói paulista, mas do homem que lutava para viver inserido em seu contexto rústico, mesquinho, proibitivo. Cumpra averiguar o que escreveu Carlos Davidoff: “...versão crítica do bandeirantismo [...] com visíveis efeitos desmistificadores, encontra-se no livro de Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*. Publicado em 1929, portanto no período áureo de glorificação da imagem do bandeirante [...] representou um esforço pioneiro de realização de um estudo do bandeirismo preocupado com a observância de critérios interpretativos mais exigentes do que os usuais na época” (1998, p. 91).

Na seqüência, o historiador catarinense<sup>42</sup> acrescentou que o escritor cuiabano detinha grande *autoridade*, no que dizia respeito à história de Mato Grosso, afirmando, por fim, que Pantanaís Matogrossenses contribuía significativamente para a *bibliografia bandeirantista*:

Autoridade do maior tomo quanto a tudo que se refere ao seu estado natal, cujo passado lhe mereceu uma série de obras larga e justamente reputadas veio Virgílio Corrêa Filho com os seus recentes “Pantanaes Matogrossenses” incorporar valoroso estudo à bibliografia bandeirante... (TAUNAY, 1950, p. XIV).

Essa obra de Corrêa Filho, sem dúvida, parece ser indispensável para as intenções de entendimento acerca das representações sobre a figura do bandeirante, no que diz respeito à construção da identidade mato-grossense. Os próprios elogios de Taunay apontam para a indispensabilidade de consultar este livro do autor mato-grossense, que denota claramente um singular tom ufanista, notadamente derivado da historiografia apologética aos paulistas antigos, produzida por autores como Ellis Jr., Basílio de Magalhães e o próprio Affonso de Taunay. Aliás, cumpre mencionar que Taunay e Corrêa Filho elogiavam-se reciprocamente, através de suas obras. A admiração que um nutria pelo trabalho do outro, e vice-versa, era patente.

Continuador das características épicas de escrita de Taunay e outros autores do sudeste, Corrêa Filho dá largas à sua pena na obra *Pantanaís Matogrossenses*, onde escreve sobre as atividades bandeirantes na colônia, privilegiando seu enfoque nos avanços pelas terras do atual centro-oeste:

Achavam-se os mamelucos de São-Paulo familiarizados com o planalto maracajuano, em cujo dorso coleia o divisor de águas do Paraná e Paraguai, a que foram levados pela ânsia de cativar-lhe os povoadores avermelhados. Conheciam-no desde a arrancada assombrosa de ANTÔNIO RAPOSO TAVARES, que após ermar Guaíra, saltou o Paraná, o Paraguai, galgou elevações andinas, donde tornaria pelo vale amazônico, em épico circuito. De caminho, intimou os moradores de Xerez e arraias circunjacentes a que se mudassem, pois “viemos, declarava intrèpidamente, expulsar-vos de toda esta região que é nossa e não do rei de Espanha” (CORRÊA FILHO, 1946, p. 39).

Essa citação é repleta de adjetivações superlativas: *arrancada assombrosa*, *ascensão às elevações andinas*, *épico circuito*, *o sertanista falando intrepidamente*. Afora isso, notemos que Corrêa Filho reproduz a versão apologética de que Raposo Tavares foi um vassalo exemplar, um patriota a serviço do monarca português. Essa

---

<sup>42</sup> Taunay nasceu em Florianópolis, a 11/07/1876 e faleceu em São Paulo, a 20 de março de 1958.

postulação, que Corrêa Filho já havia defendido na conferência *O bandeirismo e a formação das cidades*, retorna aqui novamente, em *Pantanais Matogrossenses*, embora com outros termos.

O cume da heroicização dos paulistas, revela-se quando Corrêa Filho, reproduz um episódio lendário que foi divulgado pela primeira vez na *Nobiliarquia* de Taques – original do século XVIII –, acerca da resistência intransigente de Pedro Leme perante os espanhóis<sup>43</sup>:

Vem a talho o episódio que se registrou nos fastos do bandeirismo, cujas atividades se exerciam intensamente no tablado sobranceiro aos pantanais. Perlustrava PEDRO LEME DA SILVA as campinas das Vacarias à procura de índios, quando topa com marcial piquete espanhol, cujo capitão se revela hábil diplomata. Bem falante e apessoado, não tarda em obter dos assistentes formal declaração de posse favorável à sua gente naqueles rincões. Firmaram-no sucessivamente, com a sua assinatura, BRÁS DOMINGUES PAIS, chefe acatado de bandeira, e cinco auxiliares imediatos. Quando lhe chegou a vez, PEDRO LEME DA SILVA, - o Torto – de apelido, tomou o papel, rasgou-o, resoluto, dizendo que para sustentar os direitos do seu rei ali estava ele com o seu braço. *Miren el Torto*, comentou-lhe o gesto, com desprezo, o comandante adverso. “E coxo também, retrucaria o bandeirante, mas que conhece os direitos de Portugal e a ousadia dos castelhanos” (CORRÊA FILHO, 1946, p. 41).

Ao reproduzir essa grandiloqüente passagem de Taques – embora mude termos – Corrêa Filho contribuía para perpetuar, na década de 1940, um viés narrativo de dois séculos antes, que não tinha outro objetivo que não o de enaltecer as *proezas* dos sertanistas paulistas. Cumpre lembrar que, em *Entradas e Bandeiras*, escreveu Volpato:

... a obra *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica* de Pedro Taques de Almeida Paes Leme [...] escrita no século XVIII, com o objetivo de enaltecer os feitos bandeirantistas... (1985, p. 19).

Para Corrêa Filho, tímida teria sido a contribuição dos espanhóis para a ocupação das terras centrais da América. As fundações de Santa Cruz de La Sierra, na encosta dos Andes, e Santiago de Xerez, às margens do Emboteteu, teriam sido, para o eminente intelectual, episódios ou elementos de uma *conquista efêmera* (p. 36). Nas palavras do autor, a destruição de Xerez se deu *pela investida irreprimível dos paulistas, que o ermaram de todo* (p. 38).

<sup>43</sup> Já analisamos esse episódio na edição da *Nobiliarquia* de 1954. Embora a essência desse episódio seja praticamente a mesma, tanto em Corrêa Filho quanto em Taques, em termos terminológicos existem grandes diferenças. Já no que diz respeito à intencionalidade de heroicizar Pedro Leme, Taques e Corrêa Filho são convergentes, embora lancem mão de vocábulos distintos.

Em tom épico, Corrêa Filho afirma que a conquista do oeste se deu pelas resolutas investidas dos paulistas, ao mesmo tempo em que corrobora, mais uma vez, a precariedade e a transitoriedade da ocupação anterior. Verifiquemos:

Fez-se mister que, ultrapassado o interregno de abandono, investissem os bandeirantes resolutamente a oeste, para que se lhe operasse o desbravamento e ocupação definitiva por maneira diferente da que planejaram os empreendedores da efêmera conquista inicial (CORRÊA FILHO, 1946, p.38).

O autor defende que o sorocabano Pascoal Moreira Cabral era um assíduo freqüentador dos sertões do oeste, bem antes que as minas do Coxipó – descobertas por ele mesmo - e o ouro cuiabano, se transformassem no principal estímulo para o devassamento da área. Caçando índios, este sertanista transitara não pouco pela área que hoje pertence a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul:

Pascoal Moreira Cabral seria, por ventura, dos mais aferrados à campanha, a que se acostumara desde moço. Aí se lhe deparara a sua querência, de que não se ausentava por longo prazo [...] investia contra os itatins, os chanés, os guachis, que aprisionava para o seu serviço, quando não os levava a São Paulo. De ano para ano, porém, tornavam-se mais distantes os núcleos indígenas, à medida que se repetiam os assaltos [...] das circunjacências (CORRÊA FILHO, 1946, p. 42-43).

Tenaz, *aferrado* à lida sertaneja, Moreira Cabral muito andou pelas matas do oeste, antes que descobrisse as famosas pepitas de ouro que incrustavam-se nas barrancas do Coxipó. É essa a imagem que Corrêa Filho delinea a respeito do bandeirante de Sorocaba.

Sobre o apresamento que – como vimos –, o próprio autor menciona ter sido largamente praticado por Pascoal Moreira, nenhuma palavra crítica, depreciativa ou antagônica é mencionada. Importa sim, para o autor, enfatizar que o mateiro paulista era um homem *aferrado*<sup>44</sup> à campanha, deslocando-se pelos amplos espaços do oeste.

Depois que descreveu o achamento do ouro cuiabano, que brotava à flor da terra, Corrêa Filho faz afirmações a respeito das notícias talvez fantasiosas, que se propagaram sobre as jazidas:

Em todos os núcleos relacionados com São-Paulo espalhou-se a fama estonteante, de que se fez cavaleiro andante o padre ANDRÉ DOS SANTOS QUEIRÓS, “cuja voz tudo atroava”. A imaginação popular encarregar-se-ia espontaneamente de aumentar-lhe a ressonância da propaganda, pois que “chegaram a dizer que no Cuiabá serviam de

<sup>44</sup> Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, *aferrado* significa: obstinado, pertinaz, teimoso, afinado.

granetes de ouro de chumbo nas espingardas para caçar veados, que de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham a cozer as panelas e que para o tirar não era preciso mais do que arrancar as touças de capim e nelas vinham pegados os troços de ouro, e outras mais exagerações que chegavam a fabulosas; se bem que isto de arrancar-se capim e verem-se pegadas nas raízes granetes de ouro foi visto por muitas vezes, tanto nas ditas Lavras do Sutil como nas da Conceição, que depois foi arraial (CORRÊA FILHO, 1946, p. 48).

É importante verificar que em *Monções*, obra publicada um ano antes, ou seja, em 1945, por Sérgio Buarque de Holanda, existe uma passagem similar:

... a notícia do achado das minas do Cuiabá, levada a São Paulo [...] produziu alvoroço geral na população. A fama das lavras cuiabanas logo chegaria “thé os fins do orbe, passando os Limites do Brazil a Portugal e daly aos Reynos estrangeiros”. Corriam coisas prodigiosas acerca da riqueza sem par daqueles sertões. Dizia-se, por exemplo, que à falta de chumbo, eram empregados granitos de ouro nas espingadas de caça; que eram de ouro as pedras onde se punham as panelas nos fogões (HOLANDA, 2000, p. 47).

Ambos os autores – Corrêa Filho e Holanda –, citam como fonte a obra *Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*, de autoria de Joseph Barbosa de Sá, publicada no ano de 1901.

Já sobre a afixação do povoamento ao redor das novas lavras, escreveu Corrêa Filho:

Os primeiros bandeirantes, que temporariamente acamparam em Cuiabá, não pretendiam por ventura chumbar-se à região que os surpreendeu com o chamariz das suas luzentes pepitas. Mas a distância das povoações de que procediam, medida em centenas de léguas, os estorvos, que lhes refreavam a mania ambulatória do sertanismo andejo, as doenças fatais na primeira fase de aclimação, e principalmente, a obstinação hostil dos selvícolas regionais, todas as componentes adversas contribuiriam, tanto como as propícias, para o aumento contínuo do arraial, transformando em reduto garantidor da ocupação definitiva das circunjacências e das suas vias de acesso (CORRÊA FILHO, 1946, p. 48).

Na continuidade de seu discurso, o autor cuiabano trata das expedições fluviais, que se sistematizaram depois da descoberta aurífera, elencando os rios que eram navegados pelos sertanistas paulistas, desde Ararituaba até as minas cuiabanas:

... o percurso cansativo em que penavam, por longo prazo, os viajantes, submetidos durante quatro a seis meses a duras provas de resistência e perseverança. Desciam o Tietê, com baldeações em mais de um salto, flanqueado por meio de varadouros, pelos quais se transportavam as cargas à cabeça dos escravos, fossem índios ou negros. Continuavam pelo Paraná abaixo até a boca do rio Pardo, pelo qual subiam, arrostando as suas cachoeiras. A princípio

tomavam pelo Anhanduí, mas, a partir de 1725, preferiram infletir, à direita, até Camapuã, onde os irmãos LEME abriram fazenda, que facilitasse a travessia do divisor de águas, do rio Pardo ao Coxim, em varadouro de 6230 braças. Era o único segmento terrestre, não contando os desvios laterais nos trechos encachoeirados dos afluentes do Paraná... (CORRÊA FILHO, 1946, p. 48-49).

Também a distância percorrida em cada rio, bem como o número de cachoeiras ao longo de todo o trajeto, fizeram parte das preocupações de Corrêa Filho. Alicerçado no *Diário da viagem de Vila-Bela para São Paulo*, de autoria de José de Lacerda e Almeida, escreveu o autor:

... ao longo da perigosa travessia realizada, em 1788, por LACERDA E ALMEIDA, que anotou o resultado de suas medições cuidadosas:

Rio Cuiabá (incluindo o São-Lourenço) .....	89 léguas
“ Paraguai.....	39 “
“ Taquari e afluentes .....	147 “
“ Pardo .....	75 “
“ Paraná .....	29 “
“ Tietê .....	152 “

De Cuiabá ao porto da Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Ararituaba, hoje Porto-Feliz, estendiam-se pelo cálculo do astrônomo paulista, 531 léguas, erichadas de obstáculos, como delata o resumo respectivo

No Taquari.....	1 cachoeira
“ Coxim.....	24 “
“ Pardo.....	33 “
“ Tietê.....	55 “

Essas 113 cachoeiras retinham os navegantes por prazo variável, quando não lhes arrebatavam os carregamentos em naufrágios irremediáveis (CORRÊA FILHO, 1946, p. 49).

Cumpre informar que Holanda – *Monções* (2000) – e Taunay – *Relatos Monçoeiros* (1954), também fornecem informações bastante semelhantes a essas reunidas pelo autor cuiabano, sempre com base em Lacerda e Almeida.

A obra de Corrêa Filho prossegue descrevendo particularidades do rústico percurso fluvial, incluindo a resistência de grupos nativos – paiaguá, caiapó e guaicura – e abordando a célebre expedição de Diogo de Souza, que era formada por 600 homens e foi dizimada pelos paiaguá, no ano de 1725, quando só sobraram dois expedicionários vivos<sup>45</sup>. Embora aponte a resistência indígena que ocorreu no oeste da colônia portuguesa, Corrêa Filho não parece acreditar que os índios *povoavam* as extensas áreas

<sup>45</sup> Holanda também abordou essa expedição em *Monções* (2000).



em pauta. Estes índios pareciam existir apenas abstratamente, pois em seu discurso, transparece a idéia de que o oeste era, antes dos bandeirantes, uma região desabitada. Escrevendo sobre os homens que se afixaram em Mato Grosso, após o devassamento levado a cabo pelos bandeirantes, afirmou Corrêa Filho:

No êrmo, vigiados pelo selvícola bravo, não havia lugar para os fracos e os solitários, ainda que destemidos. Múltiplos perigos abreviavam a existência, cuja conservação exigia a composição de forças coordenadas pela solidariedade humana. Somente aos condutores de homens que evidenciassem capacidade incontestável de agremiá-los e dirigir, seria dado povoar o deserto (CORRÊA FILHO, 1946, p. 68).

Aqui parece estar claro que, para o autor, a presença do índio não torna um lugar menos deserto, ou seja, mais habitado. Se os moradores adventícios estivessem, de fato, no *ermo*, não estariam sendo *vigiados* pelos índios, pois para haver essa vigilância, é necessário que existam vigilantes, ou seja, é necessário existir gente. E se existe gente – e índio é gente –, não há *ermo*, mas *paragem* povoada. No entanto, no discurso de Corrêa Filho existe a vigilância indígena, mas mesmo assim o sertão continua *ermo*. Aqui parece estar implícita a idéia – ou talvez explícita – de que a ocupação ancestral do interior do continente, por parte dos índios, não significa, de maneira alguma, *povoamento*.

Em *Pantaneais Matogrossenses*, Corrêa Filho afirma que o oeste ocupado pela *bugralhada*<sup>46</sup> era um *êrmo*<sup>47</sup>, um *deserto*<sup>48</sup>. Porém, em relação aos bandeirantes, o autor é bem mais elogioso. Para ele – na obra em pauta – os sertanistas paulistas conquistaram *resolutamente*<sup>49</sup> o oeste, arrebatando-o dos espanhóis e iniciando o processo efetivo de ocupação da área por parte da metrópole portuguesa.

Passemos agora a analisar como a figura do bandeirante foi tratada por Corrêa Filho, em outra obra de sua autoria, intitulada *Matto Grosso*, publicada em 1922, após ter sido primordialmente escrita três anos antes, por encomenda do Bispo Dom Aquino Corrêa, presidente de Mato Grosso.

Em rodapé na introdução da obra em questão, Corrêa Filho escreveu que ela foi:

Elaborada em 1919, por ordem do então presidente, Exmo. Revmo. Sr. D. Aquino Corrêa, ligeiramente modificada em 1920, esta memória sae a lume no anno do centenário da independência, por iniciativa e conta do Instituto Histórico de Mato Grosso, mercê do

<sup>46</sup> Assim o autor se refere aos índios à página 43 da obra em pauta.

<sup>47</sup> Corrêa Filho, 1946, p. 68.

<sup>48</sup> Corrêa Filho, 1946, p. 68.

<sup>49</sup> Corrêa Filho, 1946, p. 38.

auxílio que, para tal fim, lhe concedeu o governo do estado (CORRÊA FILHO, 1922, p. III).

Como se nota, o livro que ora passamos a analisar foi custeado com dinheiro público, uma *publicação oficial* (como consta na página de rosto), impressa na *Typographia do Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro.

O Bispo D. Aquino ocupou a presidência do estado de Mato Grosso, de 1918 a 1922. Neste período, o religioso – notadamente culto e instruído – buscou fortalecer as *letras e a história* de Mato Grosso, através de ações pessoais – foi ele, por exemplo, quem elaborou o Braço de Mato Grosso<sup>50</sup> e sua descrição heráldica – e apoio pecuniário à produção alheia, como foi o caso da obra *Mato Grosso*, de Corrêa Filho, que no momento presente, iniciamos a averiguar. Ainda na introdução da obra, chama a atenção as seguintes palavras:

Nada mais conveniente, ao balisarmos a posição de presente conquistada, do que curioso volver de olhos para o passado, acompanhando a marcha evolutiva de Matto Grosso, desde o primitivo embryão, constituído pela bandeira de Moreira Cabral ancorada em São Gonçalo, até os dias presentes (CORRÊA FILHO, 1922, p. II).

Como se percebe, para o autor a semente da evolução de Mato Grosso foi plantada pelo bandeirante Moreira Cabral. Antes que o *embryão* da *marcha evolutiva* da região fosse lançado pelo sertanista, nada havia em Mato Grosso que indicasse evolução, já que *embryão* é a situação germinal, o ponto de partida de uma nova situação – em termos figurativos, como foi empregado por Corrêa Filho – ou o princípio de um novo ser, em termos biológicos. Se apenas depois da chegada do bandeirante ocorreu evolução, entende-se, por conseguinte e obviamente, que antes dessa chegada, existia o atraso, a involução. Pascoal Moreira Cabral, portanto, trouxe consigo o gérmen da evolução. É essa a idéia que indubitavelmente perpassa as palavras do intelectual mato-grossense, que mais à frente, em tom épico, afirma:

... Sobejam-nos razões para nos ufanarmos de descender dos sertanistas insignes, que integraram a base physica da nacionalidade brasileira, e dos continuadores, que lhes herdaram a impavidez sem par, a que demos o devassamento dos nossos sertões (CORRÊA FILHO, 1922, p. III).

---

<sup>50</sup> Deteremo-nos mais nessa questão, quando abordarmos a construção da identidade de Mato Grosso, na poesia de Dom Aquino.

O ufanismo do autor aqui é confesso, seguido de elogios e adjetivações enaltecidas aos bandeirantes, no que diz respeito à expansão geográfica – *base physica* – do Brasil. Porém, o que aqui mais é expressivo, é a idéia de que os bandeirantes deixaram aos moradores posteriores de Mato Grosso uma herança, um legado de *impavidez sem par*. Parece que aqui, nitidamente, é possível verificar a formação da identidade de Mato Grosso, tendo como base a figura do bandeirante. Os moradores de Mato Grosso seriam, portanto, impávidos, como os seus ancestrais, os sertanistas paulistas.

A *introdução* é finalizada afirmando que a obra é um:

Pallido bosquejo embora, servirá, não obstante as lacunas, inevitáveis em trabalho ultimados à soffrega, de espelhar as magnificências do estado portentoso, em cujo seio fecundo turbilhoram forças geratrizes capazes de elevá-lo a proeminente posição, entre os demais irmãos brasileiros (CORRÊA FILHO, 1922, p. III).

Portentividade e magnificência caracterizam Mato Grosso, cujas *forças geratrizes*, herdadas da ascendência bandeirantista, alçarão o estado, fazendo-o ombrear-se com outras unidades. Todas essas citações aqui apostas e comentadas até agora, integram apenas a introdução de *Matto Grosso*.

A obra, propriamente dita, é assim iniciada:

Quando a expansão paulista, chofrando, nas paragens trágicas do Rio das Mortes, a onda dos emboabas, refluíu para o occidente, Matto Grosso afflorou à história, canalizando todas as energias insopitáveis daquelles destemerosos mamelucos (CORRÊA FILHO, 1922, p. 04).

Aqui, o autor explicita, enfática e epicamente, a idéia de que Mato Grosso surgiu para a história por causa dos bandeirantes. Essa idéia já havia sido arremedada anteriormente pelo autor na introdução, quando atribuiu à Moreira Cabral a glória de haver iniciado a *marcha evolutiva* de Mato Grosso. Porém, aqui, a afirmação é clara. A região *afflorou à história*, ou seja, nasceu para a história por causa dos *destemerosos* bandeirantes. Antes deles, nada de história, embora uma grande profusão de povos nativos habitasse as matas do oeste, muito antes que qualquer caminhante *destemeroso* vagasse por ali: guaicuru, paiaguá, caiapó, guató, bororo, coxiponé, chamacoco e muitos outros, formavam uma população densa e heterogênea, porém não considerada pelo autor como construtora de história. No artigo *O escravo índio, esse desconhecido*<sup>51</sup>,

<sup>51</sup> MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 2000.

John Monteiro faz uma discussão bastante esclarecedora a respeito do papel histórico do índio no Brasil colonial, explicando que o heroísmo atribuído ao bandeirante *apagou* a figura do homem natural da terra, relegando-a a um plano muito recuado, às vezes invisível, na historiografia convencional. Corrêa Filho simplesmente não cogita, mesmo que remotamente, a possibilidade de que havia já aqui – no Brasil, e por conseguinte em Mato Grosso – um povo com história própria, um povo cujos domínios foram invadidos, desrespeitosamente, sem qualquer cerimônia. Importa sim, para o intelectual cuiabano, frisar que foram os paulistas os iniciadores, os atores iniciais da história de Mato Grosso, que antes deles inexistia.

Sob a ótica de Corrêa Filho, o sertanista Antônio Raposo Tavares, um dos mais violentos apressadores de índios da colônia – e que também assassinou muitos deles –, é entendido como um facilitador para os bandeirantes que depois dele vieram para Mato Grosso, um *aplainador* das *difficultades* que aqui existiam:

... Antônio Raposo Tavares [...] aplainara as dificuldades, destruindo em 1632 as reduções de índios São José de Itatines, Angelos e San Pedro y San Paulo, que os jesuítas haviam fundado no rio Pardo e, mais tarde, de 1641 a 1648, a povoação espanhola de Xerez, nas nascentes do Aquidauana (CORRÊA FILHO, 1922, p. 3).

Aplainar dificuldades, aqui, significa destruir povoações e reduções, além de apresar e matar gente. Foi assim que Raposo Tavares facilitou o avanço dos paulistas que, depois dele, vieram para o oeste.

Já verificamos, neste trabalho, que na conferência que proferiu em São Paulo – intitulada *O bandeirismo na formação das cidades* e que integra o livro *Curso de Bandeirologia* –, Corrêa Filho considerou Raposo Tavares o *paladino da causa patriótica*. Pois aqui – na obra *Matto Grosso* –, o autor novamente se preocupa em apresentar este bandeirante como um grande patriota, um vassalo exemplar do rei de Portugal, que chefiando homens *intrépidos*, bradava energicamente aos espanhóis, instando-os a abandonar os domínios que ele entendia serem portugueses. Vejamos as palavras do autor:

... Antônio Raposo Tavares, com os seus intrépidos sequazes, expelliram de Guayra e do sul de Matto Grosso os súbditos de Felipe III, a quem intimavam com energia: ‘Viemos expulsar-vos de toda esta região que é nossa e não do rei de Hespanha’ (CORRÊA FILHO, 1922, p. 4).

Cumpra esclarecer que, esta frase atribuída ao mateiro paulista não tem comprovações acadêmico-documental. Aliás, Raposo Tavares, como é largamente sabido pelos estudiosos das bandeiras, é um personagem adjetivado de maneira notadamente superlativa pela historiografia que trata do tema.

Ainda sobre este bandeirante, escreveu Corrêa Filho:

... o planalto de Amambahy proporcionava amplo cenário onde se expandisse o gênio aventureiro dos paulistas, que por ali seguiriam com Antonio Raposo, meiado do século XVIII, ‘avassalando terra e mar para o seu rei’ até escalar os Andes, tornando pelo Amazonas, tão outro do que sahira de São Paulo, que a própria família desconheceu (1922, p. 05).

Raposo Tavares jamais escalou os Andes. Chegou até próximo aos sopés, aos contrafortes da grande cordilheira, mas não a galgou. A suposta escalada dos Andes, bem como a sua surreal transposição, são elementos de impossível comprovação. Pacheco Neto discutiu essa questão<sup>52</sup>, deixando claro que o bandeirante em pauta jamais chegou ao Oceano Pacífico, após atravessar os Andes, como quiseram alguns autores. Nenhum ser humano – e não apenas Raposo Tavares – jamais conseguiu chegar a pé ao Pacífico, tendo partido praticamente da costa Atlântica. Em outras palavras, no período colonial, ninguém atravessou a América do Sul, do extremo leste ao extremo oeste.

Já quando o autor escreve sobre a transfiguração física, que Raposo Tavares teria sofrido no sertão (voltando a São Paulo “tão outro do que sahira [...] que a própria família o desconheceu...”), faz-se necessário apontar que ele nada mais faz do que dizer o que diria Taunay, a maior de suas influências, já que este historiador veio a afirmar que Raposo Tavares: “tão desfigurado chegou à sua casa, conta-se que nem parentes nem amigos o reconheceram” (TAUNAY, 1951, p. 100).

Sobre Manoel de Campos Bicudo, que andou pelos sertões do oeste ao aproximar-se o final dos *seiscentos*, escreveu Corrêa Filho:

No derradeiro quartel do século, por ali estendera a sua possante malha de captação dos índios, em sucessivas entradas pelos sertões, da parte meridional do Paraguay ao Alto dos Parecys, o destemido Manoel de Campos Bicudo<sup>53</sup>, predestinado a prolongar-se em prole illustre nos fastos de Matto Grosso (1922, p. 05).

<sup>52</sup> PACHECO NETO, Manuel. *O bandeirante como tema na educação brasileira: um estudo dos livros didáticos produzidos entre 1894 e 2006*; Tese de Doutorado, UNIMEP, 2007.

<sup>53</sup> Já analisamos neste trabalho a ação de Campos Bicudo e seu filho Antônio Pires de Campos em Mato Grosso.

A construção desta frase é interessante, pois quase conota os índios não como seres humanos, mas como animais, já que, como peixes, pássaros ou quadrúpedes, eram *captados* – eufemismo para apresados – com uma *possante malha*, pertencente a um homem corajoso, *destemido*, que legou a Mato Grosso uma *ilustre* descendência, uma descendência – Antônio Pires de Campo – que continuou o trabalho do pai, no que concernia ao desrespeito ao homem natural da terra. Está clara a intencionalidade do autor cuiabano, no que diz respeito a comunicar-se exprimindo a idéia de que um sertanista destemido, além de prestar um grande serviço a Mato Grosso – devassando vastas áreas de seu território, em suas incursões que incluíram ainda Goiás e Paraguai – ainda legou o nome de seu filho aos *fastos* da região.

Sobre as primeiras incursões do ainda menino Antônio Pires de Campos, que em companhia de seu pai, Campos Bicudo, devassara os sertões do oeste, escreveu Corrêa Filho:

Antônio Pires de Campos, que seguira a Manoel de Campos Bicudo, nas famosas entradas a Matto Grosso, e educado na escola severa dos bandeirantes, affeito a affrontar os perigos e conhecedor dos sertões [...] chegara com seu pae, por volta de 1672, à lendária Serra dos Martyrios, onde se lembrava de haver colhido, como brincos infantis, granetes do metal tão cobiçado (1922, p. 05).

Pires de Campos é aqui não pouco elogiado. *Afrontador* dos perigos sertanejos e *formado em escola sévêra*, este sertanista é tido por Corrêa Filho, como o homem que percorreu caminho que depois seria trilhado por Pascoal Moreira Cabral e pelas monções, já que depois de haver crescido, teria organizado uma bandeira e tentado alcançar a região onde havia visto ouro em sua infância, na mítica Serrados Martírios. Mais uma vez denominando elogiosamente o mateiro em questão, escreveu Corrêa Filho:

Sertanista insigne, Pires de Campos reuniu os seus companheiros em bandeira destinada a alcançar os Martírios [...] seguindo [...] a rota que mais tarde freqüentariam as monções [...] navegou de arripio as águas do Paraguay, e pelo São Lourenço chegou ao rio Cuiabá, até São Gonçalo Velho, na aldeia dos coxiponés [...] seguir-lhe-ia as pegadas, subindo depois o Coxipó, o seu emulo Pascoal Moreira Cabral... (1922, p. 06).

Para o autor, seguindo os passos do *insigne* Pires de Campos, Pascoal Moreira encontrou o ouro do Coxipó, porém passando a enfrentar sérias dificuldades com os índios da região. A carência de armas e munições agravava ainda mais a situação ante a resistência dos coxiponés, até que um socorro providencial chegou de outro paulista,

que acompanhado de sua gente, associou-se aos homens de Cabral, debelando o ânimo belicoso dos nativos. Sobre este importante auxílio ao descobridor do ouro de Coxipó e seus companheiros, afirmou em tom literalmente épico o autor:

Veu-lhes em socorro [...] o famoso paulista Fernando Dias Falcão, que desbaratou os indígenas afugentando-os para longe das minas. Deste modo se abriu o mais empolgante capítulo do heróico poema das entradas, em que o nomadismo dos bandeirantes se transformou, fixando-se em Cuiabá... (CORRÊA FILHO, 1922, p. 09).

Neste trecho, promove-se o entendimento de que a história das bandeiras, de tão admirável que é, pertence aos domínios da poesia. Não há dúvida de que o sentido aqui é triunfalista, comunicando de maneira inegável a intencionalidade de afirmar que os bandeirantes são heróis. Isso é feito de maneira explícita, pois o processo de devassamento do interior é adjetivado como o *heróico poema das entradas* (p. 09), cujo *capítulo mais empolgante* foi protagonizado por Moreira Cabral, Fernando Dias Falcão e seus respectivos comandados, quando *desbarataram e afugentaram* os indígenas para longe das minas recém-descobertas, permitindo assim o assentamento dos bandeirantes em Mato Grosso.

A seguir, o autor enfoca a comunicação regular que se estabeleceu entre Cuiabá e Ararituaguaba, através de rústica navegação fluvial, período que se iniciou logo após a descoberta aurífera e segundo Holanda (2000, p. 65) se estendeu até 1838. Estas jornadas fluviais, denominadas monções, foram epicamente chamadas pelo autor como: “... a longa via sacra dos sofrimentos que o rijo temperamento dos bandeirantes venceu, rompendo a linha de Tordesilhas, para levar até ao Guaporé a fronteira ocidental do Brasil” (CORRÊA FILHO, 1922, p. 09). Para o autor, com a descoberta das minas próximas ao rio Guaporé, ao norte de Mato Grosso, “... balizavam os bandeirantes [...] o heróico avanço para o ocidente” (CORRÊA FILHO, 1922, p. 16).

Como vemos, reitera-se no discurso de Corrêa Filho a heroicização e os elogios desabridos aos bandeirantes: *rijo temperamento* (p. 09) ... *heróico avanço* (p. 16).

Em relação ao assombro experimentado por Rodrigo César de Menezes<sup>54</sup>, quando empreendeu a viagem entre Ararituaguaba e Cuiabá, escreveu Corrêa:

A 15 de novembro de 1726, terminou a trabalhosa viagem iniciada a 16 de julho, em Ararytaguaba, em que por vezes se lhe desfalleceu o ânimo, ante os ameaçadores perigos, naturaes à vida sertaneja. Assaltava-o, em pleno sertão, o espetáculo impressionador da intensa

<sup>54</sup> Então Governador da Capitania de São Paulo.

lucta, que os bandeirantes, mal transfigurados em mineradores, sustentavam contra os mais díspares inimigos (1922, p. 51).

Vejamos que o autor escreve buscando significar que o governador ficou muito impressionado com a *lucta* dos bandeirantes, quando contemplou, *in loco*, seu *espectáculo impressionador*.

O triunfalismo continua pelo livro afora, quando o autor se refere ao tempo histórico das expedições paulistas como “cyclo radioso das entradas” (p. 93), mencionando também a “audácia forte dos bandeirantes” (p. 93).

Pouco à frente, Corrêa Filho frisa, corrobora sua intenção de heroicizar os bandeirantes:

O povo audaz e forte, que rompendo os sertões bravios, iniciou a colonização de Mato Grosso, celebrizou-se [...] pela impavidez tenaz com que affrontava os mil perigos e obstáculos oppostos à sua marcha (CORRÊA FILHO, 1922, p. 105).

Desdobrando-se em adjetivações que pudessem valorizar o caráter heróico dos paulistas, escreveu Corrêa Filho: “Enrijados no adversar continuo às resistências da natureza bruta, os bandeirantes [...] povoaram Matto Grosso” (1922, p. 117).

Buscando caracterizar a figura do cuiabano, relacionando-a à ascendência bandeirante, afirmou o autor:

Causada pelo ouro das minas do districto cuiabano, cuja descoberta surpreendeu os bandeirantes de Moreira Cabral, chumbando-os nos longínquos sertões, a colonização de Matto Grosso veio favorecer a fusão de raças várias... (CORRÊA FILHO, 1922, p.467).

Na seqüência, o historiador cuiabano menciona as mulheres indígenas, as *cunhas*, de tribos distintas, que miscigenando-se com os paulistas, teriam iniciado a definir as características étnicas dos futuros nativos de Cuiabá:

Do caldeamento destas raças, resultaria o typo cuiabano [...] cada qual contribuiu com as suas qualidades peculiares em maior ou menor dose para a formação da mais legítima estirpe dos bandeirantes, que povoou Matto Grosso (CORRÊA FILHO, 1922, p. 469).

Está bem clara a preocupação em demonstrar que a população cuiabana é especial, pois foi formada pela *mais legítima estirpe dos bandeirantes*, descendendo portanto destes extraordinários ancestrais. É recorrente em Corrêa Filho a intenção de afirmar essa descendência, esse legado. Se essa intenção era já explicitada no ano de



1922, quando *Matto Grosso* foi publicado, sua recorrência, em tons mais ainda enfáticos, se faria perceber quando da escrita da conferência *O bandeirismo na formação das cidades*, no ano de 1946, quando o próprio autor, como já vimos à página 44, se denominou *parente* dos bandeirantes.

Na obra *Matto Grosso*, essa idéia de exaltação à ascendência paulista, é construída no sentido de afirmar que a herança deixada pelos bandeirantes aos cuiabanos traduz-se na *arrojada bravura* e no *heroísmo incessante* que, tal como seus avós, também contribuíram muito para o povoamento do centro geográfico do continente:

Ao cuiabano, nome por que se fizeram conhecidos lá fora os filhos todos de Matto Grosso, competiu a incomparável missão histórica de fecundar, com o seu esforço, a terra maravilhosa com que os seus avós integraram a base física da nacionalidade brasileira, distendendo-lhe as raias até a baixada Guaporeana. A arrojada bravura dos conquistadores não desmereceu no heroísmo incessante [...] heróico esforço, a que Matto Grosso deve o seu apreciável progresso [...] a energia tenaz do caboclo cuiabano, em luta porfiada com a natureza bruta (CORRÊA FILHO, 1922, p. 475-476).

Ainda buscando ressaltar os primeiros cuiabanos, bem como suas qualidades, que seriam posteriormente passadas de geração em geração, ancorando-se em outro autor, escreveu o intelectual cuiabano:

Couto de Magalhães, que os conversou de perto, definiu-os como activos, laboriosos, emprehendedores e dignos herdeiros dos paulistas que lhes descobriram o solo (CORRÊA FILHO, 1922, p. 476).

Após mais essa afirmação a respeito da ancestralidade dos cuiabanos, o autor parte para a *conclusão* de sua obra, onde se faz presente, pela última vez, e com grande eloquência, os elogios aos sertanistas paulistas:

Taes, em apressado escorço, os traços geraes da Terra maravilhosa, que os paulistas do século XVIII descortinaram à civilização. Arrojando-se pelos sertões em fora, distenderam as lindes brasileiras para além do meridiano que o Convenio de Tordesilhas fez extremenho das possessões portuguezas e hespanholas. Ao seu influxo creador, fecundou-se o deserto, erigiram-se povoados. Foi tenaz a luta em que a energia indomável dos conquistadores se expunha de continuo à ação dos elementos adversos, que os golpeavam nas longas travessias, e à vingança incoercível dos aborígenes [...] não os derrearam, porém, as dificuldades que se lhes deparavam. Persistiram, vencendo por fim. Assim, nasceu Cuiabá, o primeiro núcleo social estável, á custa de sacrificios inenarráveis dos seus primeiros povoadores (CORRÊA FILHO, 1922, p. 477).

Depois de averiguar a heroicização da figura do bandeirante na escrita de Virgílio Corrêa Filho – privilegiando a análise das obras *O bandeirismo na formação das cidades*, *Pantanaís Matogrossenses* e *Matto Grosso* – podemos afirmar, com não pouca segurança, que o autor, além de construir um discurso acentuadamente triunfalista sobre os bandeirantes, também se preocupa, com semelhante ênfase em divulgar a ascendência bandeirante do próprio cuiabano, desta maneira, contribuindo para a formação de uma identidade regional que, certamente, coloca os mato-grossenses como os continuadores do heroísmo dos paulistas, detentores de uma vasta gama de qualidades, que de tão proeminentes, os tornam heróis.

### **3.2. A odisséia triunfal bandeirante na poesia de D. Aquino**

Passemos agora a analisar como a figura do bandeirante aparece na poesia de Dom Francisco de Aquino Corrêa, bispo católico, orador e poeta, que exerceu o cargo de presidente do estado de Mato Grosso, no período compreendido entre 1918 e 1922. Para tanto, utilizaremos em nossa análise a obra intitulada *Terra Natal*, coletânea de poesias do religioso, onde a figura do sertanista paulista se faz presente, de maneira recorrente. Essa obra foi lançada no ano de 1940. Porém, antes que iniciemos a averiguação, cumpre informar que 22 anos antes, quando no exercício do poder em Mato Grosso, Dom Aquino se deu ao trabalho de elaborar o *brazão de armas do estado*, além de descrevê-lo heraldicamente, enviando-o à Assembléia Legislativa, para que fosse oficializado.

Na obra *Datas Matogrossenses*, Estevão de Mendonça transcreve na íntegra, em três páginas inteiras, este trâmite oficial. Observemos este importante trecho inicial:

1918 o Presidente do Estado de Mato Grosso, D. Francisco de Aquino Corrêa, organiza e submete ao conhecimento da Assembléia Legislativa o seguinte projeto, que foi convertido em lei sob nº 799, de 14 de agosto: “Art. 1º - O braço de armas do Estado de Mato Grosso compõe-se de um escudo em estilo português, isto é, com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinople, sobre o qual assenta, lado a lado, um morro de ouro com dois cabeços, sendo um no centro do escudo, o outro um pouco mais abaixo, para a sinistra do mesmo. O resto do escudo é um céu em blau, sobre o qual comina, em chefe, a peça heráldica ultimamente consagrada no braço da cidade de S. Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada e ornada com a cruz da ordem de Christo, tudo de prata, exceto a cruz, que é de goles. O escudo tem por timbre uma

fênix de ouro a renascer em sua “imortalidade” ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e o outro de erva-mate, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda: “Virtude plus quam auro<sup>55</sup>” (AQUINO, *apud* MENDONÇA, 1973, p. 77).

Essa descrição heráldica do escudo ou brasão de Mato Grosso, nos revela a evidente preocupação de Dom Aquino, no que dizia respeito à exaltação da figura do bandeirante. O religioso escreve que o *braço armado do bandeirante* a empunhar a bandeira, domina *em chefe* o céu azul (em blau), afirmando ainda, que a mesma criação pictórica, simbolizando o bandeirante, aparece no brasão da capital paulista. De fato, como já verificamos à página 11, os dois brasões são bastante assemelhados, já que o braço que simboliza o sertanista piratiningano aparece no centro de ambas as composições heráldicas.

O envio do brasão e da sua descrição heráldica à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, acompanhou-se ainda de uma mensagem, também de autoria do Presidente do Estado, Dom Aquino Corrêa. Estevão de Mendonça também reproduziu na íntegra essa mensagem, da qual extrairemos um trecho, que interessa aos objetivos de nossa pesquisa:

“Mais oportuna ocasião, penso eu, não se nos poderá deparar a este fim, do que esta, em que governo, assembléia e povo, patrioticamente unânimes, cogitam de festejar solenemente o bicentenário da nossa história [...] a nossa gente e a nossa história aí estão igualmente representadas pela fênix e pelo braço do bandeirante. Nesse braço armado que desfralda a bandeira com a cruz vermelha da Ordem de Christo, palpita para o povo mato-grossense um mundo de tradições. Foi esse braço forte que lutando corpo a corpo, contra a natureza e o homem igualmente selvagens, inaugurou a nossa história, abrindo-nos definitivamente as portas da civilização. Esse braço é também a estirpe vigorosa donde brotou, na profundez imensa deste sertão, a família e a sociedade mato-grossenses. Mato Grosso, portanto, que marcou assim o supremo esforço dos bandeirantes paulistas na avançada afoita para o ocidente, não poderia esquecer em seu braço de armas a ínclita memória daqueles heróis” (AQUINO, *apud* MENDONÇA, 1973, p. 78).

Nessa mensagem de Dom Aquino, aparecem as mesmas idéias contidas nos escritos de Virgílio Corrêa Filho: o heroísmo do bandeirante; a *inauguração* da história mato-grossense a partir do devassamento bandeirantista, sem levar em conta o índio como ator histórico; os mato-grossenses como *descendentes da estirpe vigorosa dos heróis* paulistas.

---

<sup>55</sup> “Confiemos na virtude, mais que no ouro”.

Na mensagem do bispo consta ainda:

... o braço do bandeirante [...] essa divisa quer dizer que a nossa terra, com ser tão rica [...] foi valorizada [...] pela virtude, pelo esforço, pelo valor do bandeirante, porque tudo isso, e mais ainda, como sabeis, pode significar o termo latino “virtus” (AQUINO, *in* MENDONÇA, 1973, p. 79).

Aqui o paulista está ligado ao *valor* e à *virtude*.

A elaboração do escudo de Mato Grosso, sua descrição heráldica, o envio do projeto à Assembléia Legislativa, com uma mensagem ufanista anexa; todos estes elementos demonstram, evidentemente, o engajamento do presidente/bispo na perpetuação da história de Mato Grosso, sempre partindo da figura do bandeirante, o herói civilizador.

As considerações até agora tecidas sobre Dom Aquino, visaram, sobretudo, a elencar informações preliminares acerca de um personagem histórico importante para qualquer intenção de entendimento sobre a identidade mato-grossense, um personagem cuja produção poética pretendemos analisar neste estudo. Sobre este político e religioso, escreveu Galetti:

Primeiro cuiabano a ser nomeado bispo, formado em Teologia e filosofia em Roma, foi professor e diretor do Liceu Cuiabano, e exercia uma liderança religiosa sobre parte significativa de seus conterrâneos. Figura carismática e paternal, que impressionava a muitos com os sermões que proferia do púlpito, era, além disso, reconhecido como um intelectual e como um apaixonado poeta das qualidades da terra natal (2000, p. 276-277).

Como se vê, Dom Aquino foi um homem claramente culto, versado nas letras, além de eloqüente verbalmente. Este personagem teve nas mãos o poder político máximo de Mato Grosso, num momento importante quando o Estado completava seu bicentenário. Já vimos neste trabalho<sup>56</sup>, que Dom Aquino, enquanto Presidente do Estado, bancou a publicação da obra *Matto Grosso*, tendo inclusive a encomendado junto a Virgílio Corrêa Filho.

Sobre a obra *Datas Matogrossenses*, de Estevão de Mendonça – da qual nos servimos para analisar a iniciativa de oficializar o brasão estadual e seu significado heráldico, por parte de Dom Aquino –, escreveu Galetti:

Em 1919, viria à luz *Datas Matogrossenses*, um livro de efemérides da história de Mato Grosso, cobrindo o período 1719-1919, com fartas informações e citações de fontes da história local. As

---

<sup>56</sup> Página 80.

efemérides que compõem o livro já vinham sendo publicadas na imprensa cuiabana por seu autor, Estevão de Mendonça, um dos mais entusiastas fundadores do instituto histórico local. A publicação dessa obra foi financiada pelo governo do bicentenário, e prefaciada por D. Aquino (2000, p. 292).

Essa obra de Mendonça, além de ser financiada pelo governo de Mato Grosso, foi ainda prefaciada pelo próprio Presidente do Estado. Sobre essa obra e seu autor, Zorzato faz uma significativa reflexão:

É importante mencionar que Estevão de Mendonça (1869-1949) cumpre um papel de precursor na organização memorialista do estado. Antes mesmo da criação do Instituto, do qual aliás, é um dos fundadores, sua contribuição à preservação documental é bastante expressiva. É forte sua presença na definição de temáticas e na busca de espaços para divulgação dos elementos que compõem a base identitária local [...] sua principal obra [...] é *Datas Matogrossenses*, onde registra as ‘efemérides’ da história local, pontos de apoio sobre os quais se constrói a memória que se quer divulgada. O caráter de epopéia, o heroísmo de seus personagens, o registro dos feitos dos antepassados como obra ‘civilizadora’ e até o tom aristocrático [...] estão presentes em seus escritos (1998, p. 29).

Essas palavras de Zorzato esclarecem o importante papel desenvolvido por Estevão de Mendonça, cuja obra *Datas Matogrossenses* constitui-se como de significativa importância para este trabalho, pois adentra o recorte temporal por nós proposto, registrando um ato oficial do bispo/presidente Dom Aquino, que criando o brasão de Mato Grosso, descreveu-o heraldicamente e o enviou aos deputados matogrossenses, visando a oficializá-lo, inclusive anexando uma mensagem acentuadamente ufanista ao material oficial, uma carta que continha épicos elogios aos bandeirantes paulistas, personagens coloniais que ora passamos a investigar, nas poesias produzidas pelo bispo/presidente, em seu livro intitulado *Terra Natal – versos a Mato-Grosso, o grande estado do oeste brasileiro*. A obra é uma coletânea de poemas escritos pelo religioso ao longo de vários anos de sua vida. São 205 (duzentas e cinco) páginas, onde o autor se desdobra em louvores líricos a Mato Grosso. Para o nosso intento, utilizaremos a terceira edição da obra em pauta, publicada em 1940 e em cuja contracapa está escrito *Comemorativa da “Marcha para Oeste” e da ereção do monumento aos heróis de Laguna e Dourados*. No topo dessa contracapa lê-se: “Dom F. de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá da Academia Brasileira<sup>57</sup>”.

---

<sup>57</sup> Dom Francisco de Aquino Corrêa entrou para a Academia Brasileira de Letras, no ano de 1927.

Creemos estar bem enunciada a intencionalidade de Dom Aquino, no sentido de mostrar-se alinhado com a ideologia do governo brasileiro de então. Essa intenção é corroborada, de maneira ainda bem mais explícita, na página seguinte, onde o prelado escreve a seguinte dedicatória: “Ao Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas, que proclamou a ‘Marcha para Oeste’ (AQUINO, 1940, p. 09).

Depois dessas palavras, segue-se a primeira poesia do livro, sintomaticamente intitulada *Marcha para Oeste*, cujos trechos aqui reproduzimos:

A civilização é como o sol brilhante.  
Que sai do berço em flor das rosas do levante,  
E vai, sempre para oeste, o zênite atingir:  
A marcha para oeste é marcha para a altura,  
É marcha para o azul, para onde mais fulgura  
O progresso a irradiar na glória do porvir.

Bem haja, pois, a voz da República nova,  
Concitando a essa marcha, em que assim se renova  
A avançada genial das velhas gerações,  
Que recuaram a linha ideal de Tordesilhas,  
Anexando ao Brasil, todas as maravilhas  
Do eldorado, que são nossos verdes sertões!

Foi essa a marcha audaz das épicas bandeiras,  
Que o nosso ínvio ocidente entraram, por primeiras,  
E mostraram ao mundo, em fantástica luz,  
As lendárias regiões, onde brotam os rios,  
E erram em solo de ouro, os tapuias bravios,  
Num sonho de esmeralda e diamantes... (AQUINO, 1940, p. 11).

Aqui, na primeira sextilha, verifica-se o panegírico, o elogio desabrido ao programa de Vargas, *Marcha para Oeste*, na verdade a razão da composição dessa poesia. Já na segunda e terceira sextilhas, predomina o louvor ao heroísmo dos bandeirantes – *avançada genial das velhas gerações [...] marcha audaz das épicas bandeiras...* –, enfocando a anexação dos sertões do oeste, adjetivado como o *Eldorado*.

Algumas poucas páginas adiante dessa poesia, aparece um texto nomeado *À maneira de Prefácio – o belo nas letras*, que é a reprodução do discurso oficial de Dom Aquino, quando da instalação da Academia Mato-grossense de Letras, em 07 de setembro de 1921, instituição que foi chamada, inicialmente, de Centro Mato-grossense de Letras. Nesse discurso, abordando a história de Mato Grosso, o bispo não se esqueceu de exaltar os sertanistas paulistas. Vejamos:

Esflorais, de leve, os capítulos da sua história. Desdobrai-lhe a primeira página, que exala ainda o perfume das crônicas primevas. Ouve-se a marcha triunfal dos conquistadores. É o ciclo das bandeiras. É a cavalaria andante do sertão. É a sagrada Serra dos

Martírios, feita o São Graal dos rudes cavaleiros bandeirantes, que veem de longes terras em conquista de ouro e pedrarias (AQUINO 1940, p. 31).

Aqui o enaltecimento aos bandeirantes toma ares que remontam à mais célebre lenda medieval, rei Arthur e os Cavaleiros da Távola Redonda, um círculo de cavaleiros de probidade incontestável, homens de sólido caráter, que tinham como objetivo de suas ilibadas vidas, encontrar o Santo Graal, o cálice que teria sido usado na última ceia de Cristo, objeto, portanto, sagrado, entendido como capaz de restaurar a paz no reino de Arthur. Detentores de qualidades de caráter análogas às dos cavaleiros arturianos, os bandeirantes, no discurso do bispo cuiabano, vieram de *longes terras*, em busca de seu Graal, *a sagrada Serra dos Martírios*.

Vejamos agora um trecho da poesia nomeada *Canção Matogrossense*:

Limitando, qual novo colosso,  
O ocidente do imenso Brasil,  
Eis aqui, sempre em flor, Mato-Grosso,  
Nosso berço glorioso e gentil!  
Eis a terra das minas fascinantes,  
Eldorado como outros não há,  
Que o valor de imortais bandeirantes  
Conquistou ao feroz Paiaguá” (AQUINO 1940, p. 43).

Mato Grosso é, de novo, o Eldorado, mas não só isso, como também um *novo colosso*. Os paulistas são homens de *valor*, eternos, imorredouros, *imortais*. Já os paiaguá parecem ser quase animais, posto que são *ferozes*, detentores de fereza, ou seja, possuem índole de fera.

Vejamos agora, na íntegra outra composição poética de Dom Aquino, intitulada *Em frente à Barra*:

Salve, aurífero rio de ondas gaias,  
Que saltas de bocainas sertanejas,  
E a urna dos teus cristais aqui despejas,  
Sobre a esmeralda do capim das praias!

Outrora, nesta foz em que te espraiais,  
Manso, acolhias as monções andejas  
Dos emboabas cansados das pelejas.  
A devassarem do sertão as raias.

E quando eles entraram sob a flórea  
Umbela do teu bosque verdejante.  
Foi que o sol despontou da nossa história.

E hoje o teu curso d’água murmurante,  
É um belo canto idílico de glória,  
Na odisséia triunfal do bandeirante (AQUINO, 1940, p. 49).

Observe-se que o *sol da história só desponta* com a chegada do civilizado. Se sol significa luz, iluminação, a ausência dele comunica treva, escuridão. Antes do adventício, não havia luz, não havia história ... Nada de índio, nada de glória. O nativo, que nos versos anteriormente analisados aparece como um ente *feroz*<sup>58</sup>, aqui nem mesmo é mencionado. Parece que o índio só surge no próprio processo de devassamento, como um obstáculo, um elemento opositor ao progresso. Já o bandeirante, neste poema épico é o protagonista de uma *odisséia triunfal*, cujos murmúrios do rio inspirador, comunicam e evocam ao bispo-poeta, mais de dois séculos depois, *um belo canto idílico de glória*.

Outra poesia significativamente interessante para as intenções de nossa pesquisa nomeia-se *Rio Acima*, cujo trecho suscita importantes reflexões:

Entre barrancas marchetadas de ouro,  
Por onde se debruça, esmeraldina,  
A pompa do sarãs, voga, em surdina,  
A monção, nesse dia imorredouro [...]

E eis que animado a rútila paisagem,  
Brincam, vestidos de ouro, na selvagem  
Praia silfos em bando, uns pequenitos:

Índios Coxiponés! E os bandeirantes,  
Tudo esquecendo que sofreram dantes,  
Vivem seus áureos sonhos infinitos... (AQUINO, 1940, p. 50).

Aqui, o bispo narra, em versos poéticos, a chegada da bandeira de Manuel de Campos Bicudo a Mato Grosso, na década de 1670. Viajava junto com Campos Bicudo, o seu filho Antonio Pires de Campos, ainda um menino bem novo. Reza a tradição que, ao se encontrarem com os coxiponés, os paulistas notaram que muitos deles adornavam-se com ouro, em especial as crianças, que teriam inclusive brincado com o menino Pires de Campos, que teria guardado na memória esse acontecimento de sua infância, retornando a Mato Grosso décadas depois, em busca deste lugar em que os nativos brincavam com ouro. Essa segunda jornada de Pires de Campos ao oeste, ocorreu na mesma época em que Pascoal Moreira Cabral descobriu o ouro do Coxipó. As duas bandeiras, inclusive, encontraram-se em Mato Grosso. Geralmente, apenas os iniciados

---

<sup>58</sup> Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, *feroz* significa: 1. que tem índole ou natureza de fera; selvagem; bravio. 2. Perverso, desumano, cruel... 3. violento... 4. ameaçador, sanhudo, terrível.



no estudo do bandeirismo sabem estes detalhes. Desta forma, cumpre apontar que a poesia *Rio Acima* é hermética, de impossível compreensão para os leitores que não conhecem a história das bandeiras e, por conseguinte, a história de Mato Grosso.

Vejamos parte de outra poesia, chamada *Forquilha*:

Lá, onde o rio se bifurca e abraça,  
Entre arrepios de cristais, uma ilha,  
Para a monção... A praia toda brilha,  
Florindo em ouro, ao claro sol que passa.

Oito de abril. E numa agreste praça,  
Cabral, a quem tanto ouro maravilha,  
Funda as gloriosas minas da “Forquilha”,  
Selvagem berço de uma heróica raça [...]

Começa a faina. O solo se encapela  
Em ondas de cascalho. Ouve-se o brando  
Vagir da terra à luz de uma era nova... (AQUINO, 1940, p. 51).

Eis aqui o descobrimento do ouro no rio Coxipó, por Pascoal Moreira Cabral, no ano de 1718. Nessa poesia, Dom Aquino é épico, pois afirma que as minas então descobertas constituíram o *berço de uma heróica raça*, acrescentando, com adjetivos grandiloqüentes, que o evento foi o início de uma *era nova*. Porém, o bispo não é, aqui, apenas épico e grandiloqüente, mas também hermético, mais uma vez, pois a construção toda dessa poesia exige do leitor, para que possa ser compreendida, considerável conhecimento prévio acerca da história bandeirantista/ mato-grossense. O próprio descobridor das minas – Pascoal Moreira Cabral – é denominado apenas *Cabral*, o que poderia causar um entendimento equivocado ao leitor menos versado, levando-o a entender ser o *Cabral* em questão o *descobridor* do Brasil, já que Pedro Álvares é recorrentemente mencionado na historiografia apenas como *Cabral*. Quanto ao nome do rio onde Pascoal Moreira Cabral encontrou seu tão cobiçado ouro – Coxipó – o autor não dá qualquer pista. *Forquilha* é, de fato, uma peça poética para iniciados.

Observemos agora, na íntegra a poesia *Primeira Missa*:

Frente ao rio, nimbada nas miragens  
Do orvalho, que de pérolas a irrorra,  
Aos arrebóis da sertaneja aurora,  
Assoma a capelinha entre as ramagens.

Sobre nuvens de pétalas selvagens,  
Orago virginal, Nossa Senhora  
Da Penha lá sorri, a protetora  
Dos que partiram para as longas viagens.

E enquanto, lá fora, as enxurradas

De fevereiro roncam, empoladas,  
Os bandeirantes dobram o joelho,

E adoram, em silêncio, a Hóstia santa,  
Que ali, à vez primeira, se levanta  
Nos braços de Jerônimo Botelho (AQUINO, 1940, p. 52).

Pela *pena* de Dom Aquino, erige-se liricamente o cenário da primeira celebração católica ocorrida em Mato Grosso. Reverentemente e *cristãmente*<sup>59</sup>, os bandeirantes contemplam a hóstia ajoelhados, respeitosos. Cumpre mencionar, que em algumas obras historiográficas, a exaltação do bandeirante como devoto de Cristo, contribui para ocultar o apresamento e ressaltar seu heroísmo. Sobre essa questão, afirmou Pacheco Neto:

Essa relevante faceta do bandeirante, caçador e traficante de indígenas, é minimizada sobremaneira na obra de Ricardo, que engendra uma concepção identitária do homem planáltico como um desbravador heróico e cristão, em busca de ouro e pedras de valor (2008, p. 33-34).

É bastante expressiva a imagem do bandeirante rezando em pleno sertão. Observemos essas palavras: “Confessa-se o chefe da bandeira antes de partir. Logo depois parte o grupo heróico e aguerrido. Rezarão por ele os que ficaram. Também ele o fará, já nos confins do mundo” (RICARDO, 1942, p. 211).

Tal como em Ricardo (1942), o bandeirante da poesia do bispo mato-grossense também reza nos *confins do mundo*, ou nos *confins da civilização*, como escreveu Galetti (2000), acerca das representações sobre Mato Grosso.

Observemos agora, integralmente, a poesia nomeada *Bandeirantes*:

Nessa armadura arcaica e tão grosseira  
De couro cru, rebrilha, em alvoradas,  
O heroísmo, que ao sol destas douradas  
Praias, deixou tão luminosa esteira.

Vosso rude arcabuz de pederneira,  
Reboa ainda as glórias alcançadas;  
E há frêmitos de homéricas jornadas,  
No trapos e na cruz dessa bandeira.

Engrandecestes o Brasil, domando,  
Corpo a corpo, em conflito formidando,  
A mata, o rio, a peste, a fome, a guerra!

Salve, heróis! Salve, humildes bandeirantes!

<sup>59</sup> Na obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo afirma que os bandeirantes agiam *cristãmente* (1942, p. 211).

Fenícios do sertão! Monções errantes,  
À conquista imortal da minha terra! (AQUINO, 1940, p. 117).

Mais uma composição poética exaltadora do *heroísmo* dos bandeirantes. O tom épico se configura, com vários elementos vocabulares que comunicam eloquência e triunfalismo: *heroísmo*, *luminosa esteira*, *glórias alcançadas*, *homéricas jornadas*, *salve heróis*, *fenícios do sertão*.

Cumprido mencionar que a *armadura* de couro, a que alude o bispo, não era a vestimenta usual dos bandeirantes. Eles trajavam o *gibão acolchoado*, também chamado *escupil*, isso quando tinham condições econômicas para tal<sup>60</sup>. A maioria envergava vestimenta bem simples, constituída principalmente de peças de tecido grosseiro. Muitos integrantes das bandeiras eram indígenas, que comumente andavam seminus, valendo ainda lembrar que diversos sertanistas – não apenas índios, mas também mamelucos – andavam descalços. Na verdade, essa simplicidade no vestuário era, nada mais que um reflexo da carestia econômica que caracterizava a vila de São Paulo.

Observemos agora, a poesia *Lavras do Sutil*:

Antemanhã, quando no céu de leste,  
Mal se esgarçava em luz a noite mansa,  
Miguel Sutil de Sorocaba avança,  
Rumo ao mistério do sertão agreste.

Estrada longa e atroz! Mas ele a investe,  
Com redobrado heroísmo, e não se cansa.  
Vão-lhe à frente dois índios, e a Esperança  
Visões de ouro não há, que não lhe empreste.

E ei-los que chegam a estes sítios belos,  
Onde o ouro excede todos os castelos  
Do sonho audaz do bandeirante. Lá,

Ao longe, em praias verdes e desertas,  
Faiscava o rio... Estavam descobertas  
As minas imortais do Cuiabá (AQUINO, 1940, p. 118).

Aqui, mais uma vez se repete o hermetismo. Quem não é familiarizado com a história de Mato Grosso não vai entender, de forma alguma, que os índios que vão à frente de Sutil já haviam descoberto o ouro no dia anterior, quando procuravam mel para o bandeirante sorocabano. Os dois já haviam comunicado o achamento ao sertanista, que agora sim, ao alvorecer, os acompanhava até o lugar de onde haviam

<sup>60</sup> A vestimenta humana era bem cara no planalto paulista. Não apenas gibões, mas qualquer peça de vestimenta mais exclusiva. Na obra *Vida e Morte do Bandeirante*, Alcântara Machado (1980) esclarece bem essa questão.

trazido os granetes de ouro, que na noite anterior haviam lhe trazido. A poesia não esclarece, nem mesmo remotamente, que foram os dois nativos *meleiros* que descobriram o ouro de Cuiabá. Afora isso, *Lavras do Sutil* reitera a heroicização da figura do bandeirante, atribuindo a Sutil um *redobrado heroísmo*.

Muito mais solene é a composição intitulada *Moreira Cabral*:

Jazes na tumba de ouro deste solo,  
Sob a cúpola em flor do coqueiral,  
E as estrelas gentis de um novo polo,  
Bravo conquistador, nobre Pascoal!

Tu, sangue de Cabral, foi teu consolo  
Sonhar, como ele, um misterioso ideal:  
Ele, afrontando o mar, para transpô-lo.  
Tu, vencendo o sertão largo e brutal.

Hoje, a teu lado, ao pé da fúlgida haste  
Da cruz, que neste chão ergueste, audaz,  
Palpita o grande povo, que findaste.

E tu, voltado para o céu risonho,  
Dormes, ó velho bandeirante, em paz,  
Sepulto no eldorado do teu sonho! (AQUINO, 1940, p. 119).

Dormindo o sono eterno, no *Eldorado* que descobriu, o *bravo, nobre e audaz*, conquistador do *sertão largo e brutal*, jaz ao lado da cruz que outrora erguera. Aqui, além do heroísmo, o bispo-poeta atribui ao bandeirante a qualidade de bom cristão, que repousa nas proximidades da cruz de Cristo, cruz que lá foi erguida por suas próprias mãos.

Em outra poesia, *Paládio da minha terra*, cujo trecho aqui reproduzimos, o religioso cuiabano conota a virgem Maria como um *farol*, que teria guiado os bandeirantes pelos sertões, até que chegassem às minas descobertas por Moreira Cabral, no lugar conhecido como *Forquilha*, onde foi construída a primeira capela, em terras mato-grossenses:

Quando folheio os velhos documentos  
Da história destas minas, que por lentos,  
Mas já gloriosos séculos se estende,  
Vejo um farol, que desde então esplende,  
E vem iluminando a nossa terra,  
Da mata ao campo e da planura à serra,  
Como o divo fanal, que em rumo certo,  
Já norteara os hebreus pelo deserto.  
Do vale em flor do Cuiabá se espraia  
Até as margens brutas do Araguaia,  
E deste ao rude Guaporé sombrio,  
Ao Paraguai e ao Paraná bravio.

Esse iris de doçura e de alegria,  
 É o sorriso de amor, Virgem Maria,  
 Que dos teus lábios irradiou, Senhora,  
 Lá na capela da Forquilha outrora,  
 A primeira capela, que se erguera,  
 Destes bosques na eterna primavera,  
 E inda as vetustas crônicas redoura,  
 Num rosicler de aurora imorredoura (AQUINO, 1940, p. 139).

Verifiquemos agora o lirismo dos versos de *Brasão Extinto*:

Brasão da minha terra! Tu que ostentas  
 O ouro do pátrio solo abençoado,  
 A sinopla das matas opulentas  
 E das campinas, onde pasce o gado!

Tu que, em teu céu de blau, nos representas  
 Esse pendão do bandeirante ousado,  
 Em cujas dobras lúcidas e bentas,  
 A cruz de Cristo diz todo um passado!

Tu que nos falas de um ideal infindo,  
 No surto dessa fênix estupenda,  
 Brasão da minha terra! como és lindo!  
 E como é lindo, nobre, imorredouro  
 O poema dessa fúlgida legenda:  
 “Confiemos na virtude, mais que no ouro!” (AQUINO, 1940, p. 141).

Essas palavras nada mais são do que a expressão poética do bispo, em louvor ao brasão de armas por ele mesmo criado. A exaltação ao bandeirante se delinea através da adjetivação relativa à ousadia, bem como à alusão ao fato de que o desbravamento, levado a termo por este personagem histórico ousado, trouxe *a cruz de Cristo* ao sertão oeste.

Vejamos agora a poesia nomeada *A Monção*:

Beijam a praia de Ararituaba  
 Centenas de canoas. Num céu lindo,  
 Reponta a madrugada, colorindo  
 O arraial, lá do rio na verde aba.

No tosco altar da Penha, a Missa acaba.  
 Raia o sol. Já são horas de ir partindo:  
 Ei-los então, num borborinho infindo,  
 Índios e negros, o paulista e o emboaba.

Partem. Há beijos pelo azul sonoro,  
 E no Tietê, em soluçante coro,  
 A barcarola das saudades erra ...

Assim, de rio em rio, aves em bando,  
 A monção vai boiando

Para o eldorado em flor da minha terra (AQUINO, 1940, p. 142).

Interessante verificar, que se nas poesias anteriores, D. Aquino utiliza adjetivos sumamente heroizantes ao focar bandeirantes, aqui, ao compor versos sobre as monções, o tom épico se esvanece. Não aparece o heroísmo, não aparece o ufanismo grandiloquente, mas uma lírica fina, que descreve a partida de uma frota fluvial, que deixa Porto Feliz. Os monçoeiros não avançam *corajosamente* ou *bravamente* como os bandeirantes. Não marcham enfrentando perigos infínitos. Navegam placidamente, em meio a um cenário idílico, bucólico. Nenhuma dificuldade se impõe ao avanço, e *a monção vai boiando, boiando*, rumo às minas de Cuiabá, descoberta anteriormente numa das *homéricas jornadas*<sup>61</sup> dos bandeirantes. Como se percebe, se para o poeta as jornadas bandeirantistas foram difíceis, os avanços monçoeiros parecem ter sido incursões lúdicas, que partidas da *praia* de um vilarejo e iluminadas por um *céu lindo*, *boiavam* tranquilamente em direção ao *Eldorado*.

O caminho fluvial sugerido pelo bispo e poeta não comunica, mesmo que remotamente, as dificuldades da longa jornada de 3500 quilômetros, que atravessara uma rede hidrográfica composta por diversos rios e seus afluentes, onde existiam 113 cachoeiras a transpor, doenças, fome e, muitas vezes, índios a enfrentar, especialmente os grupos paiaguá e guaicuru, que resistindo à invasão de seus territórios ancestrais, atacaram muitas monções, dizimando algumas delas inteiramente. A poesia *Monções* não dá qualquer idéia acerca de todas essas dificuldades, que são esclarecidas com maestria nas obras de Sérgio Buarque de Holanda<sup>62</sup>. Sabemos que a natureza das composições poéticas por suas características próprias, não permite o aprofundamento ou a elucidação plena dos fatos históricos. A poesia de Dom Aquino, por estar submetida à métrica e à rima, é necessariamente mais sintética, mais sucinta do que a *prosa* ou a elaboração textual de qualquer historiador. Isso está claro para nós. Contudo, certas questões históricas fundamentais, sequer aparecem nas poesias *pretensamente* históricas de Dom Aquino, tornando-as – como já tivemos oportunidade de apontar – herméticas, fechadas ao leitor não versado na história de Mato Grosso.

Observemos agora alguns versos da extensa poesia *Primeiro Natal*:

Aquele tempo, os vírdes e ledos  
Sítios do Cuiabá eram cobertos,

<sup>61</sup> Na poesia nomeada *Bandeirantes*, como vimos à página 97 o bispo assim adjetiva os avanços das bandeiras.

<sup>62</sup> Especialmente *O Extremo Oeste* (1986) e *Monções* (1990).

Só de altos e “grandiosos arvoredos”.

E eram de ver então, em flor abertos,  
Estes sertões, onde a Prainha cava  
Os seus meandros tímidos e incertos.

Ambos os morros, inda em sua brava  
Beleza antiga, ao retornar das chuvas,  
Riam ao grande sol, que os redourava.

E ostentavam as flóridas piúvas,  
Umás vestidas de ouro, outras de rosa,  
Entre a esmeralda clara das chimbuvas.

E em toda a parte, na amplidão radiosa,  
Viam-se as palmas e esses lindos troncos,  
A que, bem no alto, a orquídea em flor se esposa .  
Mas não raro também, medonhos roncoss,  
Entre o gorjear do passaredo ufano,  
Ecoavam perto, nos algares brancos.

Tal era o Cuiabá, quando nesse ano  
De vinte e dois do século dezoito,  
Aqui chegou o audaz sorocabano

Miguel Sutil, o que feliz e afoito  
Lançou as bases duma grã cidade,  
Neste de feras verde valhacoito.

Mas lhe pagou a terra, na verdade,  
Com a maior “mancha de ouro” brasileiro.  
De que havia menção naquela idade [...]

Naquele ano, com pompa sertaneja,  
Erguera já o capitão-mor Jacinto  
Barbosa Lopes a primeira igreja.

Mais não era que um rústico recinto,  
Onde, nas festas, uma colunata  
De flores supre capitéis e plinto.

E foi aí, sob o luar de prata,  
Que se cantou, com célica alegria,  
O primeiro Natal nesta ampla mata.

Coberta só de palha, parecia  
Toda a igreja um presépio, iluminado  
Pelo olhar de Jesus e de Maria.

Nem lhe faltam pastores, lado a lado:  
São bandeirantes, que nas rudes vestes,  
Formam um belo grupo ajoelhado.

E são, além dos nomes, que já lestes,  
Garcia, Antunes, Coimbra e uma fieira

Luminosíssima de heróis agrestes.

Mas dentre todos, eis Pascoal Moreira  
Cabral, o guarda-mor das novas minas,  
Cuja figura emerge, hirta e fragueira,  
Ao trêmulo clarão das lamparinas (AQUINO, 1940, p. 145-7).

Eis novamente a ênfase na idéia de que os bandeirantes eram desbravadores heróicos. Miguel Sutil – o *feliz e afoito* – foi quem lançou as bases da *grã cidade* de Cuiabá, num lugar que antes de sua chegada era um *verde valhacoito de feras*<sup>63</sup>, não um lugar habitado por milhares de índios, seres humanos que viviam nas *verdes florestas*, e não no *verde valhacoito*. A palavra valhacoito – variação de valhacouto – significa: 1. refúgio, abrigo, asilo: valhacouto de ladrões<sup>64</sup>. Está claro que essa palavra comunica conotação pejorativa. Na poesia do bispo, valhacoito comunica a idéia de um lugar nada enobrecedor, ocupado por *feras* ... E aqui pode-se também inferir que ocupado por nativos ferozes, homens-feras, que, na mentalidade do bispo – conforme já verificamos na poesia *Canção Matogrossense*<sup>65</sup> - o *eldorado* cuiabano foi conquistado pelo *valor de imortais bandeirantes junto ao feroz paiaguá*.

Nessa poesia que ora analisamos – *Primeiro Natal* –, além de Sutil aparecer como herói, aparecem ainda outros bandeirantes também como heróis, mas sobretudo como bons e devotos cristãos, que ajoelhados, perfilam-se como pastores, ao lado das imagens de Jesus e de Maria: *São bandeirantes, que nas rudes vestes, formam um belo grupo ajoelhado [...] uma fieira luminosíssima de heróis agrestes*.

Aproximando-nos do final deste texto, torna-se claro, de maneira talvez irrefutável, que nas poesias de Dom Aquino, todas as vezes em que o bandeirante aparece – e isso ocorre com freqüência – acompanham-lhe copiosas adjetivações elogiosas. O bandeirante é, nos versos do bispo-poeta, um herói, em primeira instância, um herói povoador, que semeou a civilização nos desertos do oeste. Semelhante viés de abordagem, encontramos também na escrita de Virgílio Corrêa Filho, que exalta a figura do sertanista piratiningano reiteradamente, proclamando-se ele próprio um *parente* dos bandeirantes. A história de Mato Grosso, tanto para Dom Aquino, quanto para Corrêa Filho, *nasceu* com a chegada dos bandeirantes. As matas do oeste da colônia, nessa perspectiva, configuram-se apenas como *pano de fundo*, como *palco* para o protagonista

<sup>63</sup> Na poesia está escrito: ... *de feras verde valhacoito*; porém aqui invertemos – sem, contudo, mudar seu sentido – para *verde valhacoito de feras*, visando a facilitação da compreensão dessa frase, no contexto da poesia de Dom Aquino.

<sup>64</sup> Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa.

<sup>65</sup> Analisada à página 94 deste trabalho.



que avança imponente, enfrentando todas as adversidades e obstáculos. Sob essa ótica, o indígena não passa de um figurante, um ser conotado quase como irracional, posto que adjetivado como *feroz*<sup>66</sup> e que ainda por cima é habitante de um *valhaoito*<sup>67</sup> de *feras*<sup>68</sup>. Na perspectiva de D. Aquino e Corrêa Filho, o indígena parece não ser, de fato, um ator histórico de seu tempo, mas sim um obstáculo, um empecilho ao devassamento, obra que era protagonizada pelo protagonista de todo este processo: o bandeirante. Neste sentido, se na perspectiva de ambos os autores, a história de Mato Grosso surgiu com o advento dos bandeirantes, os índios são sugeridos, claramente, como elementos antagônicos, opositores não apenas dos paulistas, mas também da própria história, já que dificultavam o avanço de quem estaria *iniciando* a história, os *lutadores impávidos*<sup>69</sup> que desbravaram o ermo, vigiados pelo selvícola bravo<sup>70</sup>. O ponto de partida da história de Mato Grosso foi a odisséia *triumfal do bandeirante*<sup>71</sup>.

Para Dom Aquino e Virgílio Corrêa Filho, as raízes de Mato Grosso estão personificadas na figura do bandeirante, o principal componente identitário da sociedade mato-grossense. Os bandeirantes foram *avós*<sup>72</sup> dos mato-grossenses, os ancestrais, de cuja estirpe descenderam os cuiabanos, tão elogiados pelos também cuiabanos Corrêa Filho e Dom Aquino, em prosa e verso. Esse processo de identificação com a ancestralidade bandeirante – que inclui a heroicização da figura do bandeirante –, não ocorreu primeiramente em Mato Grosso. Nos primórdios da primeira República, a elite paulista buscou ancorar-se na figura histórica do antigo sertanista piratiningano, visando legitimar-se no poder então recentemente instituído, sugerindo-se herdeira – a elite de São Paulo – do legado de liderança deixado pelos bandeirantes. No primeiro capítulo deste trabalho já abordamos essa questão, com base nas discussões de Volpato (1985) e Melgravis (2003). No entanto, acerca da *reedição* dessa identificação em terras mato-grossenses, levada a termo pela elite local – no caso deste estudo representada por Dom Aquino e Corrêa Filho –, muito ainda há por ser pesquisado, apesar de estudos importantes, como os de Zorzato (1998), Vasconcelos (1999), Galetti (2000) e Franco (2007).

---

<sup>66</sup> Adjetivo utilizado por D. Aquino, na poesia *Canção Matogrossense*, como vimos há pouco.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> *Ibidem*.

<sup>69</sup> Assim Corrêa Filho (1946) adjetivou os bandeirantes no texto *O bandeirismo na formação das cidades*, já analisado.

<sup>70</sup> Assim Corrêa Filho (1940, p. 68) escreveu em *Pantanaís Matogrossenses*.

<sup>71</sup> Expressão de D. Aquino (1940), na poesia *Em frente à barra*.

<sup>72</sup> Expressão que Corrêa Filho (1922, p. 49) usou em *Matto Grosso*, em alusão aos bandeirantes, ancestrais dos cuiabanos.

A influência da historiografia paulista – principalmente aquela produzida por Taunay – é claramente perceptível nas obras de Corrêa Filho e Dom Aquino, sobretudo nas do primeiro. O livro *Pantanaís Matogrossenses* (1946) alicerça-se significativamente na extensa obra do historiador das bandeiras<sup>73</sup>, mencionando seu nome diversas vezes. Por seu turno, quatro anos depois, Taunay elogiava Corrêa Filho em seu trabalho, no prefácio do décimo primeiro – e último – volume de sua extensa *História Geral das Bandeiras Paulistas*:

Autoridade do maior tomo quanto a tudo que se refere ao seu Estado natal, cujo passado lhe mereceu uma série de obras larga e justamente reputadas veio Virgílio Corrêa Filho com os seus recentes “Pantanaes Matogrossenses” incorporar valoroso estudo à bibliografia bandeirante (TAUNAY, 1950, p. XIV).

Como se nota, Taunay parece elogiar não apenas um escritor que fez um bom trabalho, mas um autor que corrobora suas próprias idéias, já que como já mencionado, *Pantanaís Matogrossenses* apresenta diversas citações do autor da extensa *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

A influência de Taunay é, de fato, significativa na escrita da história de Mato Grosso. Sobre essa questão, são valiosas as reflexões de Claudio Vasconcelos:

Historiadores de diferentes correntes historiográficas que abordam a história de Mato Grosso [...] parecem partir de uma afirmação comum: a história de Mato Grosso começou com as incursões bandeirantes [...] o pioneirismo de Affonso D’Escaragnole Taunay não pode deixar de ser levado em conta. Na década de vinte deste século ele deu início à sua obra sobre as bandeiras paulistas, reconstituindo, entre outros temas, a descoberta das minas de Cuiabá[...] Affonso de Taunay considerou o bandeirante paulista como responsável pela incursão de grandes extensões de terra ao território brasileiro [...] o índio, nos textos escritos por Affonso de E. Taunay, aparece como um complemento da história das bandeiras paulistas. Assim, tanto os sertões como os *gentios* haviam sido descobertos pelos paulistas. Foi essa também a perspectiva adotada por Virgílio Corrêa Filho que, em 1922, publicou *Matto Grosso*, obra elaborada por ordem do então Presidente do Estado de Mato Grosso, D. Aquino Corrêa... (1999, p. 17-18).

Na obra *Pantanaís Matogrossenses*, como já mencionamos, o intelectual cuiabano fundamenta-se largamente no *historiador das bandeiras*, continuando a seguir o mesmo rumo de abordagem que já havia trilhado mais de duas décadas antes. No outro trabalho de Corrêa Filho estudado nessa dissertação – *O bandeirismo na formação das cidades* – aparece novamente a influência de Taunay, tanto na elaboração textual,

<sup>73</sup> Assim Taunay é chamado por não poucos autores.

quanto na bibliografia apresentada. No próprio corpo deste texto, Corrêa Filho elogia *as pesquisas pacientes de A. de Taunay* (p. 43). Também D. Aquino segue os passos de Taunay, pois em suas poesias repete as mesmas idéias do historiador catarinense: o surgimento de Mato Grosso para a história por obra do bandeirante; o heroísmo bandeirantista; a escamoteação do papel histórico do índio. Afora em suas poesias, é possível ainda verificar a influência de Taunay em sua carta enviada à Assembléia Legislativa de Mato Grosso, quando da apresentação do Brasão do Estado – por ele criado – aos deputados. Na carta, já verificada neste trabalho, o bispo-poeta assim se refere aos bandeirantes: “Foi esse braço forte que lutando corpo a corpo, contra a natureza e o homem igualmente selvagens, inaugurou a nossa história, abrindo-nos definitivamente as portas da civilização” (AQUINO, *apud* MENDONÇA, 1973, p. 78). Como já foi analisada, várias outras palavras ufanistas constam nessa mensagem do bispo-presidente à Assembléia Legislativa. Talvez cumpra, apenas, lembrar que, na descrição heráldica do escudo, também encaminhada à Assembléia, D. Aquino escreve que o braço do bandeirante *domina em chefe o céu em blau*<sup>74</sup> existente no centro do brasão. É fácil também verificar, que a figura do bandeirante *domina em chefe* a própria produção poética do célebre bispo cuiabano.

---

<sup>74</sup> *Blau* significa: 1. Que tem a cor azul dos brasões; 2. Diz-se dessa cor; 3. Essa cor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste trabalho, podemos afirmar, com alguma segurança, que a escrita de Corrêa Filho e a poesia de Dom Aquino reforçam, recorrentemente, a figura do bandeirante herói, do homem que enfrentando perigos infindos, devassou as matas do oeste, descobrindo jazidas auríferas no centro geográfico do continente. Este viés adotado pelos autores em pauta segue o mesmo caminho adotado pelos autores apologéticos analisados no primeiro capítulo deste estudo, autores como Leme, Taunay, Ricardo, Ellis Júnior e Magalhães. Taques, com sua *Nobiliarquia Paulistana*, iniciou, no século XVIII, o processo de heroicização da figura do bandeirante. Aproximadamente cem anos depois, já no final do século seguinte, os cafeicultores paulistas utilizaram-se da figura heroicizada do bandeirante, visando a legitimação dos quadros políticos que davam sustentabilidade à empresa cafeeira. Taunay, seguramente o autor que mais escreveu sobre o passado paulista, contribuiu de maneira decisiva para que a concepção heroística do antigo piratiningano se disseminasse. A imensidão de sua obra exerceu uma influência ímpar na historiografia produzida na primeira metade do século XX. Mesmo não chegando a atingir o viés heróico sumamente exagerado de Magalhães, Ellis Júnior e Ricardo, Taunay foi, por excelência, o autor veiculador dos *grandes feitos* dos bandeirantes, dada grande dimensão, desproporcional, de fato, de sua obra.

Em tempos relativamente recentes, a partir da década de 1980, autores como Volpato, Davidoff, Monteiro, Holanda e Abud passaram a figurar mais massivamente nos debates acadêmicos sobre os bandeirantes, propondo uma nova visão a respeito destes mateiros, uma visão que os relacionava ao contexto histórico de Piratininga, uma vila destituída de riqueza, situada à boca das matas que demandavam o interior do continente. Essa visão, que levava em conta as implicações contextuais, naturalmente descrevia – dado que fortemente alicerçada em fontes primárias – o bandeirante como um homem comum, um morador de vilarejo, um sertanista mestiço, descalço, modestamente vestido. No entanto, este viés revisionista, posto que ainda recente, não conseguiu, até o presente, se estabelecer como dominante, perante quase três séculos de representações heroicizantes acerca dos bandeirantes.

A figura do desbravador de botas, chapelão, escupil, mosquete e alfanje, em suma, a imagem do herói, ainda é dominante no imaginário brasileiro. E foi dessa

imagem que Virgílio Corrêa Filho e Dom Aquino se apossaram, na primeira metade do século XX, para escrever e versejar sobre as origens de Mato Grosso.

No segundo capítulo deste trabalho, nos propusemos a averiguar quais foram os bandeirantes que andaram por terras mato-grossenses. Nessa busca historiográfica, encontramos nomes como os de Antônio Raposo Tavares, Manuel de Campos Bicudo, Antônio Pires de Campos, Antônio Pires de Campos (filho do primeiro, denominado pelos bororo como Pai-Pirá), Bartolomeu Bueno da Silva (o pai, denominado pelos índios como Anhanguera – Diabo Velho), Bartolomeu Bueno da Silva (o filho, o segundo Anhanguera), Pascoal Moreira Cabral, Miguel Sutil. Estes homens caçaram muitos índios em terras hoje pertencentes a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, escravizaram muitos índios, mataram muitos índios, ludibriaram muitos índios, usaram muitos índios como guerreiros. Estes homens não descobriram, mas invadiram as terras hoje pertencentes a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, contribuindo – sem o saber – para o recuo do Meridiano de Tordesilhas, bem como para o desmonte, a destribalização dos inúmeros grupos nativos ancestralmente assentados nas terras do oeste.

No terceiro e último capítulo, fundamental para as intenções de nossa investigação, confirmamos nossos pressupostos iniciais, constatando que como para muitos outros autores ufanistas, também para Corrêa Filho e D. Aquino, os paulistas são heróis, incontestável e reiteradamente. Estes *heróis* apresadores, escravizadores, ludibriadores e matadores de gentes aparecem, tanto na obra do intelectual cuiabano, quanto na do bispo-poeta, como os civilizadores de Mato Grosso, os iniciadores da história local, os ancestrais, os literalmente *avós* dos cuiabanos, a quem estão intrinsecamente amalgamados, ligados por laços de consangüinidade, laços que particularizariam, identificariam o povo mato-grossense.

Na escrita de Virgílio Corrêa Filho e na poesia de Dom Francisco de Aquino Corrêa, o herói bandeirante aparece, significativamente, como um importante elemento constitutivo na tentativa de formação identitária mato-grossense.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

Annaes, Museu Paulista. Tomo Quinto. São Paulo: Imprensa Oficial, 1931.

AQUINO, D. Francisco de. *Terra Nata: versos a Mato-Grosso, o grande Estado do Oeste Brasileiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1940.

AZEVEDO, Victor de. *Manuel Preto, o herói do Guairá*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.

BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Roteiro das esmeraldas: a bandeira de Fernão Dias Paes*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

BARROS, Iolanda M. Pierin de. *D. Aquino: política, violência e conciliação*. Curitiba: Renascer, 1996.

BELMONTE. *No tempo dos bandeirantes*. 2 ed. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

BOXER, C. R. *A idade de ouro do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Matto Grosso*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, 1922.

\_\_\_\_\_, Virgílio. *Pantanaís Matogrossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

\_\_\_\_\_, Virgílio. O bandeirismo na formação das cidades. In: *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

CORTESÃO, Jaime. *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

COSTA, Maria de Fátima. *História de uma país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos, 1999.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. *Reflexões sobre o saber histórico*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a Viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: verso e reverso*. 8 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

EINSENBURG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ELLIS, Alfredo Jr. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. São Paulo: Martins Fontes, 1936.

ELLIS, Myriam. As bandeiras na expansão geográfica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A época colonial (Tomol)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

FALCON, Francisco. J. Calazans. *História e Representação*. (mimeo.).

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FILHO, Synesio Sampaio Góes. *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FILHO, Virgílio Correa e outros. *Curso de Banderologia*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1989.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. *A construção da identidade Mato-Grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho 1920-1940*. (Dissertação). Dourados: UFGD, 2007.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GALETTI, Lygia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso (Tese Doutorado)*. São Paulo: USP, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 2000.

HAUBERT, Máxime. *Índios e jesuítas nos tempos das missões*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque. *Monções*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_, Sérgio Buarque. *A época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

LEITE, Mário. *Afonso D'Escragnolle Taunay: historiador de São Paulo*. São Paulo, 1964.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945. (Tomo VI)

LOPES, Reinaldo José. Faroeste Caboclo. *Aventuras na História para viajar no tempo*. São Paulo, n 25, p. 48-53, Setembro de 2005.

MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo: Editora da USP, 1980.

MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*. 3 ed. Rio de Janeiro: Epasa, 1944.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

MATOS, Odilon Nogueira. *Afonso de Taunay: historiador de São Paulo e do Brasil*. São Paulo: Coleção Museu Paulista, Série Ensaios, vol. 1, 1977.

MEGALE, Heitor (org.). *Filologia Bandeirante: Estudos 1*. São Paulo: USP, 2000.

MENDONÇA, Estevão. *Datas Matogrossenses*. 2 ed. Mato Grosso: Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973.

MESGRAVIS, Laima. Afonso de Escragnolle Taunay, o historiador de São Paulo. In: TAUNAY, Affonso E. *São Paulo nos primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

MOISÉS, Beatriz Perrone. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Global, 2000.

\_\_\_\_\_, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_, John Manuel (org.). *Raízes da América Latina*. São Paulo: EDUSP, vol. 5, 1996.

MONTOYA, Antonio Ruiz de. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias de Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Trad. Arnaldo Bruxel. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.



MOOG, Viana. *Bandeirante e Pioneiros*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

PACHECO NETO, Manuel. *Palmilhando o Brasil Colonial: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII* (Dissertação de Mestrado). Dourados: UFMS, 2002.

PACHECO NETO, Manuel. *Motricidade e Corporeidade no Brasil Colonial: bandeirantes, índios e jesuítas*. Dourados: Seriema, 2008.

PACHECO NETO, *O bandeirante como tema da educação brasileira: um estudo dos livros didáticos publicados entre 1894 e 2006*. 2007.487 f. Tese (Doutorado em Educação) – UNIMEP, Piracicaba/SP.

PAIVA, José Maria. *Colonização e catequese, 1549-1600*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1942.

SCHWARCZ, Lilia M. A construção de uma identidade paulista. In: BUENO, Eduardo (org.). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

TAQUES, Pedro. *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*. Dir. Affonso de E. Taunay. 3 ed. São Paulo: Martins Editora, 1954. (Tomos I, II e III).

TAUNAY, Affonso E. e outros. *Curso de Bandeirologia*. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1946.

\_\_\_\_\_, Affonso E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ideal, TomoVII, 1936.

\_\_\_\_\_, Affonso E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Tomo IX, 1948.

\_\_\_\_\_, Affonso E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Tomo XI, 1950.

\_\_\_\_\_, Affonso E. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, Tomos I, II e III, 1951.

\_\_\_\_\_, Affonso E. Prefácio da Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica. In: LEME, Pedro Taques de A. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 ed. São Paulo: Martins Editora, 1954.(Tomol)

\_\_\_\_\_, Affonso E. *São Paulo nos Primeiros anos: ensaio de reconstituição social; São Paulo no século XVI: história da vila de piratiningana*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973)*. Campo Grande: UFMS, 2001.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: UFMS, 1999.

VASCONCELOS, Simão de. *Crônica da Companhia de Jesus no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

VIANA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do Centro-Sul*. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VOLPATO, Luíza. *Entradas e Bandeiras*. 3 ed. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_, Luíza. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

WEHLING, Arno, WEHLING, Maria José C. de M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

ZAGO, Lisandra. *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (século XVIII e XIX)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS/UFGD, Dourados, MS.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados – MS., 8 de agosto de 2008

**ANA CLÁUDIA MARQUES PACHECO**